

# RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2017

**30**  
ANOS  
**FIBRA**  
30 ANOS CUIDANDO DO SEU FUTURO

**FIBRA**  
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
Fundação Itaipu Brasil

COM PROM ISSO A TRAVÉS DO TEMPO

# Mensagem da Diretoria

## Vida longa à Fibra

A família Fibra está completando 30 anos. E, como família, respeitando o legado de nosso passado, empenhando-se ao máximo no presente e depositando fé e esperança no futuro, entregamos este relatório anual em um momento de transição, mas também de merecida comemoração.

Reconhecimento se faça à iniciativa de criação da Fibra, 30 anos atrás, por decisão do então Diretor-Geral Brasileiro, Ney Braga. Nesse período, ao longo de 10 mandatos, 6 diretores-superintendentes, 14 diretores financeiros, administrativos, de seguridade ou de benefícios, 199 membros titulares e suplentes de conselhos, a Fibra cresceu, se aperfeiçoou, sendo hoje reconhecida no mercado por sua excelência técnica, e por seus participantes pela confiança e transparência.

Muitos contribuíram nesta caminhada, e aqueles que virão certamente enriquecerão o legado que agora recebem. Afinal, uma entidade de previdência deve ser reconhecida por sua sustentabilidade, que significa deixar para as próximas gerações condições equivalentes ou melhores do que aquela que receberam. Por isto, pela experiência que nos proporcionou o passado, por tudo aquilo que construímos no presente, e pelo processo técnico e transparente de sucessão que agora se realiza, é que depositamos confiança em nosso futuro.

Alegramo-nos com a elevação da longevidade de nossa população e com a redução dos juros do país, mas estamos cientes de que estas questões representam importantes desafios para um sistema de previdência capitalizado, pois demandam mais recursos para cobrir períodos de aposentadoria maiores, em um cenário de menores rendimentos em aplicações conservadoras. Por isto, a sustentabilidade do plano de benefícios criado 30 anos atrás exige reflexões profundas, e encaminhamentos estão sendo feitos neste sentido. A família Fibra, que superou 30 anos de crises e volatilidade, certamente saberá enfrentar os desafios que se apresentarem, fundamentada na boa técnica, na transparência, na ética e no respeito aos direitos adquiridos.

Um agradecimento especial à diretoria de Itaipu, pelo apoio e respeito à governança da Fibra; aos membros dos colegiados que, de forma independente e harmônica, contribuíram para os resultados alcançados; aos colaboradores, que emprestam seus talentos para que as atividades sejam desenvolvidas dentro dos melhores padrões disponíveis; e, principalmente, aos participantes ativos e assistidos, pela confiança que depositaram nas gestões passadas, depositam na gestão que agora se encerra e certamente continuarão a depositar na gestão que agora se inicia.

Vida longa à Fibra.



Silvio Renato Rangel Silveira (Diretor-Superintendente), ao centro  
Denyse Gubert Rocha (Diretora de Administração e Processos), à esquerda  
Flórcio Medeiros da Costa (Diretor de Seguridade), à direita



## Síntese dos Resultados

Os resultados da Fibra em 2017 estão detalhados neste relatório, contudo, apresenta-se a seguir a síntese dos principais números:

- ❖ A Fibra pagou R\$ 243,32 milhões em benefícios a seus assistidos (incluindo o pagamento de Resgates) e recebeu R\$ 94,06 milhões em contribuições dos participantes ativos, autopatrocinados, assistidos e patrocinadores.
- ❖ Encerrou o exercício com 1.818 assistidos (aposentados e pensionistas) e 1.400 participantes (ativos, autopatrocinados, BPD/*Vesting* e em suspensão de contribuição).
- ❖ As provisões matemáticas (passivo atuarial) cresceram 5,13%, passando de R\$ 3,59 bilhões para R\$3,77 bilhões.
- ❖ O Patrimônio de Cobertura do Plano cresceu 5,94%, de R\$ 3,27 bilhões para R\$ 3,47 bilhões.
- ❖ A Fibra encerrou o exercício com um Déficit Ajustado de R\$ 162,16 milhões, correspondente a 4,3% das reservas matemáticas, dentro do intervalo de equilíbrio previsto na legislação. Neste número estão considerados o Déficit Contábil de R\$ 305,48 milhões e o ajuste positivo de precificação dos títulos federais de R\$ 143,32 milhões.
- ❖ As rentabilidades da Fibra foram de 10,55% (pelo sistema de cotas dos Investimentos) e de 10,64% (pelo método de Taxa Interna de Retorno do Patrimônio Líquido contábil), ambas superiores à meta atuarial de 8,88 %. As melhores rentabilidades do ano, por segmento, foram provenientes de renda variável (25,81%), investimento no exterior (23,82%), empréstimos (11,11%), investimentos em imóveis (10,19%) e renda fixa (9,58%). Os resultados inferiores às necessidades atuariais estiveram localizados no segmento de investimentos estruturados (7,41%).
- ❖ A rentabilidade superior à meta atuarial agregou R\$ 56,73 milhões ao resultado do exercício;
- ❖ As provisões atuariais foram influenciadas pela alteração da Hipótese de Crescimento Real de Salário (R\$ 14,18 milhões), sendo amenizada pelas alterações das Hipóteses da Composição Familiar (- R\$ 5,55 milhões), Rotatividade (- R\$ 1,16 milhão) e Fator de Capacidade (- R\$ 2,32 milhões), gerando como resultado um impacto atuarial no passivo de R\$ 5,14 milhões.

## Resultado consolidado de 2017

Em comparação ao ano anterior, o passivo atuarial cresceu 5,13%, inferior à variação do ativo líquido, que foi de 5,94%, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Reservas	2016 R\$ Mil	2017 R\$ Mil	Varição R\$ Mil	Varição %
Reserva Matemática (Passivo Atuarial)	3.588.457	3.772.724	184.267	5,13%
Reserva de Benefícios Concedidos	2.638.248	2.850.000	211.752	8,03%
Reserva de Benefícios a Conceder	997.402	967.291	-30.111	-3,02%
Reserva a Amortizar	-47.193	-44.567	2.626	-5,56%
Reserva Técnica (Ativo Líquido)	3.272.787	3.467.241	194.454	5,94%
Resultado Acumulado	-315.670	-305.483	10.187	-3,23%
Ajuste de Precificação	147.828	143.320	-4.508	-3,05%
Equilíbrio Técnico Ajustado	-167.842	-162.163	5.679	-3,38%

### CURIOSIDADES: você sabia que...

- ❖ Em janeiro de 1997, o patrimônio da Fibra era de R\$ 214,08 milhões?
- ❖ Nos últimos 21 anos, a Fibra recebeu R\$ 1,00 bilhão em contribuições, pagou R\$ 1,78 bilhão em benefícios, e obteve R\$ 3,73 bilhões em rentabilidade de investimentos?
- ❖ Desde 2006 a Fibra vem pagando anualmente mais em benefícios do que recebe de contribuições?
- ❖ O patrimônio da Fibra alcançou o primeiro bilhão em 2005; o segundo bilhão em 2011 e o terceiro em 2016?
- ❖ A Fibra encerrou 2017 com patrimônio de R\$ 3,47 bilhões?

## Governança Corporativa

Para garantir um desenvolvimento constante, a Fibra mantém uma estrutura organizacional e de gestão composta pelos órgãos estatutários que em conjunto com os grupos multifuncionais e a equipe técnica atuam para que os processos, normativos internos, políticas, leis e regulamentos sejam cumpridos e a gestão seja constantemente aprimorada.

### Estrutura de governança

A estrutura de Governança da Fibra é composta por Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva, sendo constituída por membros eleitos, de representação dos participantes ativos e dos assistidos, e membros indicados pela patrocinadora Itaipu Binacional, conforme definido em seu Estatuto.

Com o encerramento dos mandatos do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Comitê de Investimentos, no ano de 2017 foi realizado processo eleitoral para preenchimento de vagas do Conselho e do Comitê. Além disso, por meio da DET/GB/0065/17, foram feitas as indicações tanto para membros do Conselho e do Comitê como para os três cargos que compõem a Diretoria Executiva da Fibra. O mandato atual se encerra em março/2018, e o mandato a ser cumprido pelos novos colegiados será de abril/2018 a março/2021.

Com a saída da atual presidente do Conselho Fiscal para assumir a Diretoria de Administração e Processos da Fibra, foi designada sua substituição por meio da DET/GB/0066/17, a entrar em vigência partir de 1º de abril de 2018, para continuidade do mandato do triênio de 1º de abril de 2017 a 31 de março de 2020, ficando composto, o referido Conselho, como demonstrado ao lado.

### Conselho Deliberativo mandato 2018-2021

Rosimeri Fauth Ramadas Martins	Presidente, nomeada pela Patrocinadora
Victor Hugo Marmelo dos Passos Filho	Presidente Substituto, nomeado pela Patrocinadora
Dalton Fernando da Costa	Representante nomeado pela Patrocinadora
Viviane Aparecida da Silva	Representante eleita pelos Participantes Ativos
Paulo Henrique Guerra Zuchoski	Representante eleito pelos Participantes Ativos
José Antonio Santos	Representante eleito pelos Assistidos

### Conselho Fiscal mandato 2017-2020

Andreia Moreira Camelo	Presidente, nomeada pela Patrocinadora
Clerione Raquel Herther da Rocha	Presidente Substituta, nomeada pela Patrocinadora
Claudia Regina Dal Moro Borges	Representante eleita pelos Participantes Ativos
Dieb Tannouri	Representante eleito pelos Assistidos

### Diretoria Executiva mandato 2018-2021

Mariana Favoreto Thiele	Diretora Superintendente e AETQ
Florcio Medeiros da Costa	Diretor de Segurança
Andrea Silva Medeiros	Diretora de Administração e Processos

### Comitê de Investimentos mandato 2018-2021

Flávio Ricardo Nascimento	Presidente, nomeado pela Patrocinadora
Alexandre Mugnaini	Presidente Substituto, nomeado pela Patrocinadora
Emerson Orsini Ferrari	Representante nomeado pela Patrocinadora
André Rodrigo Holdefer	Representante eleito pelos Participantes Ativos
Flaviano da Costa Masnik	Representante eleito pelos Participantes Ativos
Marco César Castella	Representante eleito pelos Assistidos

## Equipe Técnica

Além desses colegiados, para apoiar e operacionalizar as atividades, a Fibra conta com uma equipe técnica de 36 empregados altamente especializados. E ainda, conta com as gerências departamentais, que trabalham com estruturas matriciais, para apoiar nos controles e na construção de sugestões, bem como contam com grupos multifuncionais, como: o CGE – Comitê de Gestão Estratégica, que é composto por todos os gerentes da Fibra; o Comitê de Análise de Denúncias de Fraudes e de Corrupção, que é composto por representantes do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, do Comitê de Investimentos e por um empregado da Fibra; e o Comitê de Ética, que é formado por empregados da Fibra, nomeados pelo Conselho Deliberativo. Também foi recentemente criado um grupo de trabalho especial, responsável por conduzir o projeto de saldamento do plano vigente e pela criação do novo plano de benefícios.

## Certificação de Colegiados

Para o exercício dos cargos ou funções de membro de órgãos colegiados de EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar é exigida uma certificação profissional, conforme critérios estabelecidos em legislação específica. Portanto, a Fibra investe e continuamente viabiliza diferentes tipos de ações educacionais para os membros de seus colegiados, para a obtenção e a manutenção de seus certificados, além de atualização de conhecimentos relacionados às suas atribuições como conselheiros ou diretores.

Em 2017, a Fibra continuou promovendo a participação em treinamentos e eventos buscando a marca de 100% de certificação dos seus diretores e colegiados, para atender o que a legislação estabelece, e no segundo semestre desse ano todos os novos conselheiros fiscais fizeram as provas e garantiram sua certificação pelo ICSS – Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social, antes de prazo estabelecido por lei.

## Capacitação e Desenvolvimento

Buscando garantir um elevado nível na gestão estratégica e administrativa, a Fibra promove constantemente a capacitação dos seus dirigentes e da equipe técnica. Para isso, foram realizadas no ano, 1.884 horas de treinamentos, sendo 633 horas para os diretores e membros dos colegiados e 1.251 horas para equipe técnica.

## Fiscalização e Auditorias

Em 2017, foi concluído o processo de fiscalização e acompanhamento pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, que é o órgão supervisor das entidades de previdência complementar no Brasil, que teve início em 2016, e nenhum apontamento ou recomendação foi efetuado. Assim, a Fibra está aderente às normas e legislações e na execução das atividades e gestão do negócio.

Nesse ano, foi realizada uma auditoria externa para manutenção da certificação ISO 9001:2008, pela empresa certificadora BVC – *Bureau Veritas Certification*, a qual não apontou não conformidades nos processos e indicou a manutenção do Certificado. A Fibra possui a certificação na Categoria ISO 9000 desde 1999 e em 2017 foram iniciados os procedimentos para conquistar a certificação pela nova versão da norma, a ISO 9001:2015, sendo que a auditoria externa para essa certificação deverá ocorrer em abril de 2018.

# Gestão Estratégica

## Planejamento e Gestão

A Fibra utiliza, desde o ano 2000, o planejamento estratégico como ferramenta de gestão e, desde a sua implantação, vem desenvolvendo ciclos anuais que contemplam a análise de cenários, para compor o direcionamento estratégico e a definição de indicadores que monitoram a sua efetividade.

Em 2017, foram implantados os projetos/intervenções estabelecidos no ano anterior, atingindo as metas definidas, e um novo ciclo de planejamento foi realizado produzindo uma análise ambiental que, em conjunto com outros insumos, como a Pesquisa de Participantes e a Avaliação de Riscos e Controles Internos, subsidiou a Diretoria Executiva na revisão do Direcionamento Estratégico da Fibra e na definição de estratégias para 2018, alinhando as ações aos desafios que se apresentam e definindo os projetos a serem desenvolvidos no período.

Para garantir uma gestão eficaz, a Fibra adota, desde 2006, uma metodologia para a gestão de riscos que atende à Resolução CGPC 13 de 01/10/2004 e que visa identificar, classificar e avaliar os riscos dos seus processos e dos seus objetivos estratégicos. A metodologia utilizada prevê que os riscos sejam monitorados e que todo ano se realize uma nova avaliação dos controles internos com a finalidade de identificar a suficiência de controles.

A 12ª Avaliação de Riscos e Controles Internos, realizada em 2017, identificou um índice elevado de controles, e seu resultado foi apresentado ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal em suas reuniões do mês de dezembro de 2017, demonstrando a maturidade da Fibra em relação à preocupação com os riscos do negócio e com a sua gestão.

## Portal de Ouvidoria

A Fibra deu início ao projeto de criação do Portal da Ouvidoria, com previsão de implantação em março de 2018, que será um novo canal de comunicação para recebimento de solicitações, reclamações, elogios e denúncias. Pretende-se, com este novo canal, contribuir para a melhoria contínua da gestão da Fibra, reconhecendo e fortalecendo seus pontos fortes, e identificando e corrigindo os pontos fracos.

As manifestações serão registradas e direcionadas para a esfera solucionadora e, após analisadas e tratadas, serão respondidas dentro de um prazo preestabelecido.



## Tecnologia da Informação

A Fibra entende a tecnologia como um meio, e não um fim. Com esta perspectiva, vem desenvolvendo esforço relevante na orientação da tecnologia ao negócio, para o desenvolvimento e a inovação necessários à criação de valor, otimizando os processos, aumentando a produtividade, gerando informação precisa para o suporte à decisão, e prestando informações e serviços adequados aos participantes. Neste sentido, a tecnologia da informação é entendida como agente de transformação, e possui um papel fundamental para a evolução e modernidade da Fibra. Com este compromisso, estruturou-se o Escritório de Processos, proporcionando ganhos em produtividade e agilidade por meio de fluxos de processos automatizados. Estes movimentos buscam proporcionar ferramentas e sistemas que garantam a disponibilidade e continuidade do negócio, contribuindo para a sustentabilidade da Fundação.

## Reaquecendo as Turbinas

No ano que passou, a economia trouxe surpresas positivas. Segundo estimativas do Banco Mundial, a economia global deve crescer 3% em 2017, mais do que era esperado e superando o crescimento mundial de 2,4% observado em 2016. Segundo a edição de janeiro de 2018 do *Relatório Global Economic Prospects*, elaborado pelo Banco Mundial, o crescimento dos investimentos foi preponderante para a expansão do PIB global, especialmente em função de custos de financiamento favoráveis, crescimento de lucros das empresas e crescimento das expectativas dos empresários, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.

Nos Estados Unidos, a posse do presidente Donald Trump marcou o início de uma nova dinâmica na relação entre a principal economia capitalista e o resto do mundo. Além da aproximação com a Rússia, os Estados Unidos elevaram o tom com a ameaça nuclear da Coreia do Norte. Além disso, adicionaram incerteza ao ambiente geopolítico as tentativas dos Estados Unidos de enfraquecer o acordo nuclear com o Irã. Na economia, os Estados Unidos sentiram o reflexo da alta do preço do petróleo (Petróleo Brent apresentou alta de 21% no ano, saindo de US\$ 56 para US\$ 67), o que resultou em pressão inflacionária. Associado a isso, o quadro fiscal se deteriorou, com o aumento do déficit público. Ainda assim, ao longo do ano o FOMC (Comitê de Política Monetária) elevou as taxas de juros por três ocasiões, partindo de 0,75% para próximo de 1,50%. Ainda que a previsão para o PIB em 2017 seja de alta de 2,3% (projeção do Banco Mundial), as taxas de juros dos títulos do governo norte-americano subiram no final do ano, suscitando dúvidas acerca dos fundamentos de sua economia.

Na Europa, a economia foi a surpresa positiva do ano, a despeito das importantes mudanças no cenário político europeu, com as projeções do Banco Mundial apontando para crescimento de 2,3% do PIB do Bloco Europeu em 2017, em linha com o crescimento norte-americano. Dentre as razões, destacam-se a retomada do mercado de trabalho, o crescimento das exportações, a inflação comportada e a melhora nas condições de empréstimos.

No Brasil, o ano de 2017 entra para a história caracterizado pela baixa inflação (IPCA acumulou alta de 2,95%). Desde que o Real foi implementado, em 1994, apenas em 1998 foi registrada inflação menor (1,65%) que em 2017. Colaborou para isso o ambiente global de baixa inflação, baixa volatilidade do câmbio (o Dólar partiu de R\$ 3,24 em janeiro para encerrar o ano cotado a R\$ 3,31, alta modesta de 1,9% no ano), boa gestão da política econômica, escassez de recursos e a elevada ociosidade da economia, que ajudou a conter correções de salários e preços.

Em 2017 o governo prosseguiu com a agenda de reformas, seja na esfera microeconômica, visando eliminar distorções na economia, seja em reformas estruturais, como a reforma trabalhista e a criação da TLP (Taxa de Longo Prazo) em substituição à antiga TJLP. Ainda que o governo não tenha obtido sucesso na aprovação da reforma da Previdência, acentuando o quadro de incerteza em relação à sustentabilidade fiscal do país, a economia brasileira deu sinais de recuperação, observada inicialmente por dois fatores importantes: superávit histórico de US\$ 67 bilhões da balança comercial e safra agrícola recorde de 242 milhões de toneladas (30% maior que de 2016).

O impacto sobre a atividade econômica surpreendeu com a reativação do mercado doméstico e a reação do mercado de trabalho muito mais cedo do que se esperava, ainda que os dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) tenham apontado resultado negativo de 20,8 mil vagas de trabalho em 2017. Contribuiu para a reativação da economia a baixa inflação, a qual, por sua vez, permitiu o corte da taxa de juros Selic ao longo do ano pelo Banco Central, de 13,75%a.a. em janeiro para 7%a.a. em dezembro. A conjuntura destes fatores propiciou a recuperação da renda real, o estímulo ao consumo das famílias e as vendas no varejo. Como resultado da aceleração dos índices de atividade econômica, segundo o IBGE, o PIB registrou expansão de 1% em 2017, primeiro resultado no campo positivo após dois anos de queda.

O ano de 2017 também foi marcado por recordes na Bolsa de Valores de São Paulo. Em 13 de outubro de 2017, o Ibovespa atingiu sua máxima histórica ao registrar 76.989 pontos. Após forte alta de 38,9% em 2016, o Ibovespa cravou alta substancial de 26,9% em 2017, encerrando o ano aos 76.402 pontos. Este resultado reflete a melhora dos dados econômicos do país, a recuperação dos balanços das empresas, além das expectativas de crescimento para a economia brasileira em 2018 e 2019.

## Rentabilidade Geral dos Investimentos

A rentabilidade da Fibra em 2017 foi de 10,55% (contábil) ou 12,96% (marcada a mercado), ambas superiores à meta atuarial, que encerrou o ano com 8,88%. Por um lado, o resultado de seus investimentos ficou em linha com a recuperação do cenário macroeconômico, refletindo o desempenho dos principais índices de mercado, que reagiram à recuperação da confiança dos agentes econômicos e do bom momento pelo qual passa a economia global, permitindo que o Ibovespa registrasse o segundo ano consecutivo de alta relevante (26,86%). Por outro lado, o processo de desalavancagem da economia brasileira, com redução substancial da taxa Selic observada ao longo do ano, acompanhada por uma queda importante da inflação, foi fator relevante para o resultado da carteira de renda fixa, a qual representava em torno de 84% dos investimentos em dezembro.

Em 2017, com exceção da Carteira de Estruturados, que obteve rentabilidade de 7,41%, as demais carteiras superaram a meta atuarial.

Assim como ocorrido em 2016, a estratégia de diversificação da Fibra foi fundamental para capturar os ganhos nas diversas classes de ativos. A renda variável local foi, pelo segundo ano consecutivo, a melhor *performance* da carteira de investimentos da Fibra, seguida desta vez pelos investimentos no exterior (fundos de renda variável internacional), em função do momento favorável pelo qual passa a economia global.



## Política de Investimentos

As revisões das Políticas de Investimento do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em dezembro de 2017. Considerando as projeções para o cenário macroeconômico e as sugestões de alocação contidas no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), a Fibra promoveu mudanças na sua Política de Investimentos ao definir novos limites de exposição para cada segmento, em consonância com as projeções de cenário macroeconômico previstas para 2018.

As novas Políticas de Investimento do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa foram publicadas integralmente na página da Fundação na internet.

## Estratégia de Investimentos

No ano de 2017, as estratégias de investimentos da Fibra foram adequadas para superar a meta atuarial e, ao mesmo tempo, controlar a exposição a riscos, em linha com o perfil do plano de benefícios.

O cenário de incertezas do início de 2017, em função das dificuldades do governo para aprovar a reforma da previdência e possíveis reflexos no lado fiscal, indicou a necessidade de atuação cautelosa na alocação. Ainda assim, foi possível a aquisição de títulos públicos federais em momentos pontuais. À medida que se dissiparam as dúvidas dos investidores acerca do crescimento global, a despeito da escalada de conflitos geopolíticos ao redor do mundo, também foi possível incrementar a parcela de investimentos no exterior. No mercado acionário local, a Fibra manteve sua alocação, aproveitando a evolução positiva do Ibovespa, que registrou mais um ano de boa performance, acumulando alta de 26,86%.

Diante disso, lista-se a seguir as principais ações realizadas em 2017:

- ❖ Aquisições de títulos públicos na curva de aquisição, com prêmios acima da meta atuarial;
- ❖ Investimento em três novos fundos de liquidez para compor a carteira de renda fixa, visando agregar valor por meio de maior componente de crédito nas carteiras;
- ❖ Manutenção de parcela em Caixa, garantindo liquidez para novas aquisições de títulos públicos, ou outros ativos/estratégias;
- ❖ Manutenção de parcela da carteira de renda variável em estratégias passivas e indexadas ao Ibovespa, para capturar a retomada da bolsa de valores;
- ❖ Realização de operação de proteção (*hedge*) para garantir a boa *performance* da carteira de renda variável e proteger contra a volatilidade;
- ❖ Investimento adicional nos fundos de investimentos no exterior, procurando aproveitar o bom momento de crescimento da economia e do mercado acionário global.

A continuidade na adoção de políticas mais conservadoras de investimentos, assim como adotado em anos anteriores, baseou-se nas incertezas relacionadas ao cenário político e ao crescimento econômico no Brasil, além da atual característica do Plano Previdencial.



## Rendimentos obtidos em renda fixa

A rentabilidade da renda fixa da Fibra foi de 12,44% (marcada à mercado) ou de 9,58% (marcada na curva), em linha com o *benchmark* (IMA composto), que acumulou 12,45% no exercício. Ao longo do ano, as sucessivas reduções da taxa de juros Selic, que encerrou o ano em 7%a.a., refletiram em compressão dos prêmios dos títulos públicos federais, tendo sido observada também, ao final de 2017, a indisponibilidade de prêmios acima da meta atuarial da Fibra. Buscando incrementar o retorno da parcela de Caixa com maior exposição ao crédito privado, a Fibra investiu em três novos fundos de liquidez com gestão terceirizada.

Dentre os principais movimentos registrados na carteira de renda fixa, a Fibra adquiriu aproximadamente R\$ 92 milhões em títulos públicos federais de médio e longo prazo, aproveitando a disponibilidade de prêmios acima da meta atuarial em oportunidades pontuais ao longo do ano.

Mesmo com a queda consistente da Selic ao longo de 2017, não se observou, assim como nos anos anteriores, atratividade no mercado de emissões de crédito privado, permanecendo o cenário de anos anteriores, ou seja, de baixa atratividade de prêmios em função dos riscos das emissões.

## Rendimentos obtidos em renda variável

A rentabilidade da carteira de renda variável foi de 25,81% em 2017, contra 28,13% do *benchmark* (Ibovespa+1%). As incertezas do cenário macroeconômico local no início do ano, além do ritmo mais lento de retomada da atividade, associadas ao perfil do atual plano de benefícios da Fibra, foram fatores fundamentais para uma abordagem cautelosa na estratégia de renda variável.

Assim, a Fibra manteve a mesma linha de abordagem adotada em 2016, ou seja, estratégias passivas e indexadas ao índice Ibovespa, as quais encerraram o ano representando 89% da carteira de renda variável. O crescimento da parcela indexada da carteira permitiu maior aderência ao Ibovespa e ao *benchmark*, ainda que não tenha sido possível superar tais indicadores.

Tendo em vista a amortização total do Fundo Vinci Gas Valor SmlI FIC FIA ocorrida em janeiro, e também as amortizações realizadas ao longo do ano pelo Fundo Sulamérica Expertise, a parcela ativa da carteira, composta apenas por dois fundos, encerrou o ano representando cerca de 11% da renda variável, impactando negativamente no desempenho da carteira.

A carteira de renda variável encerrou o ano representando 4,93% dos Investimentos da Fibra.



## Rendimentos obtidos em investimentos no exterior

A carteira de investimentos no exterior é a que apresenta o histórico de atividade mais recente na Fibra, tendo iniciado em janeiro de 2014. Nestes quatro anos, os investimentos se mostram acertados e a carteira vem desempenhando seu papel de baixa correlação com a renda variável local.

Em um ano caracterizado pelo início da recuperação da atividade econômica no Brasil, pelo ambiente macroeconômico global favorável e de baixa inflação, além da baixa volatilidade no mercado de câmbio, a carteira de investimentos no exterior surpreendeu e apresentou resultado positivo e em linha com o bom resultado da renda variável local.

Desta forma, em 2017, a rentabilidade da carteira de investimentos no exterior foi de 23,82%, acima da meta atuarial (8,88%). Buscando aproveitar o cenário favorável para as bolsas no exterior e observando um cenário de menor volatilidade cambial, a Fibra realizou novas alocações de cerca de R\$ 15 milhões nos atuais fundos da carteira em 2017. Assim, a carteira de investimentos no exterior encerrou o ano representando 2,20% dos Investimentos da Fibra.

Até o momento, a Fibra investe em dois fundos constituídos e administrados pelo Banco do Brasil, ficando estes fundos brasileiros com a atribuição de repassar os recursos ao exterior e alocá-los em fundos específicos, geridos por dois dos maiores gestores de recursos do mundo, JP Morgan e BlackRock.



## Rendimentos obtidos em estruturados

Os Fundos de Investimento em Participações (FIP) nos quais a Fibra investe têm por característica o investimento na economia real por meio de participação em empresas.

A carteira de Estruturados da Fibra, que contempla os FIP's, encontra-se bastante diversificada, fruto de um trabalho realizado ao longo dos anos com vistas a evitar concentração de investimentos em determinados gestores, setor da economia ou região, buscando diferentes prazos de vencimento dos projetos. Dentre os setores atualmente investidos pela Fibra por meio dos FIP's estão açúcar e álcool, óleo e gás, portos, *shoppings*, energia renovável, entre outros. Os recursos investidos em FIP's estão divididos atualmente em nove fundos e 37 projetos, cuja diversificação permite a minimização dos riscos.

Este segmento de investimentos estruturados é caracterizado pela vinculação a eventos da economia real, sofrendo influências positivas e negativas, relacionadas ao crescimento econômico, desempenho de setores específicos da economia e execução dos projetos previstos. Ainda que alguns fundos tenham apresentado valorização expressiva em 2017 – especialmente na área de tecnologia – outros têm demandado atenção, especialmente nas áreas de açúcar e álcool e energia elétrica.

A *performance* da carteira foi de 7,41%, abaixo da meta atuarial, que atingiu 8,88%.



## Rendimentos obtidos em operações de empréstimos

A rentabilidade da carteira de empréstimos registrou *performance* de 11,11% em 2017, acima da meta atuarial de 8,88%. Com um montante de R\$ 82,9 milhões, esta carteira representa 2,46% da carteira de investimentos da Fibra.

Em 2017, foram concedidos 1.338 empréstimos (média mensal de 112 concessões), que totalizaram o montante financeiro da ordem de R\$ 26,4 milhões, representando crescimento de 16,3% em relação ao volume concedido em 2016. O crescimento do volume e do número de empréstimos concedidos denota o efeito positivo que a baixa inflação propiciou para a carteira de empréstimos. Em um ano em que o INPC acumulou 2,06%, o custo do empréstimo se manteve atrativo, seja para os tomadores do empréstimo, seja para a amortização do saldo.



## Rendimentos obtidos em imóveis

A carteira de imóveis registrou *performance* de 10,19%, acima da meta atuarial de 8,88%. O bom desempenho da carteira pode ser atribuído basicamente à reavaliação dos imóveis, que compõem a carteira, realizada em abril, com o objetivo de ajustar os atuais valores praticados pelo mercado imobiliário, atendendo a exigência legal que determina a reavaliação imobiliária pelo menos a cada três anos. A renda de aluguel, ainda que relevante, vem sendo prejudicada em função da elevada vacância atual dos imóveis localizados do Ed. Centro Comercial Itália, reflexo do prolongado período recessivo de nosso país.

Em 2017, a Fibra aproveitou a oportunidade para vender duas salas (e respectivas garagens) do 13º andar do Ed. Centro Comercial Itália (CCI), permanecendo ainda como proprietária de sete andares naquele edifício, além da propriedade do Edifício Parigot de Souza.



# PROVISÕES MATEMÁTICAS (Passivo Atuarial)

## Gestão do Plano de Benefícios “DE VOLTA PARA O FUTURO”

No trigésimo aniversário da Fibra, recordamos a evolução da gestão do Plano de Benefícios. Como no filme “De volta para o futuro”, onde um típico adolescente norte-americano dos anos 80 é enviado *de volta* no tempo, também voltaremos ao passado da Fibra para recordar as principais “ações” realizadas na gestão do Plano. De lá, retornaremos ao presente para conhecermos sua situação atual. Depois disso, iremos *de volta* para o futuro, vislumbrando as novidades e os desafios que proporcionarão a continuidade do Plano e a tranquilidade esperada pelos seus participantes.

### Começamos pelo “passado histórico” da Fibra

“Se não entendemos o passado, não entenderemos o presente e não saberemos o que fazer com relação ao futuro”.

Renan Marins

## 1. Alterações Regulamentares – principais adequações

### 2005

- ❖ Cálculo da suplementação passa a considerar a média de 36 meses para verbas fixas (salário-base e anuênio) e 120 meses para verbas variáveis (demais verbas);
- ❖ Formalização do Teto Fibra e do Fator de Cálculo de Suplementação, desvinculando o cálculo da suplementação do Teto de Contribuição do INSS;
- ❖ Inclusão da Joia de Inscrição de Beneficiário para aposentados.

### 2006

- ❖ Inclusão da Joia de Agravamento de Risco para solicitações tardias de inscrição no Plano de Benefícios.

### 2010

- ❖ Inclusão da Joia de Inscrição de Beneficiário para Participantes Ativos;
- ❖ Criada a possibilidade de concessão de suplementação por Tempo de Contribuição da Fibra sem a respectiva concessão de aposentadoria na Previdência Social;
- ❖ Criação do Benefício Especial Temporário por Morte.

## 2. Provisões Matemáticas Atuariais

Até 2002, o cálculo das provisões matemáticas era efetuado somente pelo consultor atuarial. A partir desta data, utilizando o mesmo sistema do consultor atuarial, foi possível efetuar a gestão das provisões matemáticas por meio de estudos internos.

Nos últimos anos, os principais impactos nas provisões matemáticas ocorreram pelas mudanças de alguns fatores, dentre os quais foram os principais:

i. **Taxa de Juros:** a taxa de juros teve as seguintes alterações ao longo do tempo, movida pelos ventos da economia, e gerou um acréscimo nas provisões matemáticas da Fibra de mais de R\$ 129 milhões, calculado em dez/2017:

EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS		
Período	(%)	Impacto dez. /2017 (R\$ mil)
1988/2009	6,00	
2010/2011	5,75	
2012/2013	5,50	129.418
2014	5,68	
2015/2016/2017	5,76	

Obs.: O impacto demonstrado: a) considera os efeitos de mudança da hipótese da Taxa de Juros sobre a massa de participantes atual e demais hipóteses atuais; b) já está líquido do aumento das contribuições efetuadas ao longo do tempo; c) não considera os benefícios extintos e os desligamentos.

ii. **Longevidade:** o custo do aumento da longevidade dos participantes é representado pelas tábuas biométricas (estimam a expectativa de vida dos participantes e assistidos), que também evoluíram ao longo do tempo. As alterações tempestivas efetuadas nessas hipóteses provocaram uma elevação nas provisões matemáticas em cerca de R\$ 840 milhões (posicionado em 31/12/2017), conforme demonstração abaixo:

Ano de Mudança da Hipótese	Mudança Praticada			Expectativa de vida média aos 55 anos
	Mortalidade Geral	Entrada em Invalidez	Mortalidade de Inválidos	
1988	CSO 58 Masc.	Light Forte	IAPB 55	19,7
2000	AT 49 Masc.	Light Média	IAPB 55	22,2
2003	AT 83 Masc.	Light Média	(IAPB 55 + AT 49)/2	27
2005	AT 2000 Masc.	Light Média	AT 83 Masc.	27,9
2009	AT 2000 (Desagravada 10%)	Light Média	AT 83 (Desagravada 10%)	28,9
2010	AT 2000 (Desagravada 10%)	Light Fraca	AT 83 (Desagravada 10%)	28,9
2013	AT 2000 (Desagravada 20%)	Light Fraca	AT 83 (Desagravada 10%)	30
TOTAL APROXIMADO			R\$ 839.754 milhões	

Quando o plano da Fibra foi criado, a expectativa de pagamento de benefícios era em média de 19,7 anos e a partir de 2013 o plano considera a expectativa em média de pagamento por 30 anos.

iii. **Ganho Real:** o ganho real concedido aos Participantes e Assistidos foi outro ponto que trouxe grande impacto às Provisões Matemáticas. Nos últimos 11 anos, a patrocinadora concedeu ganho real em 8 anos (de 2006 a 2014, excetuando 2011), gerando um acumulado em 8,92% acima da inflação, assim distribuído:

Mês/Ano	nov./06	nov./07	nov./08	nov./09	nov./10	nov./11	nov./12	nov./13	mar./14	nov./14
Ganho Real	0,5452%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	-	1,25%	1,40%	0,15%	1,25%

Este reajuste influenciou tanto no aumento da reserva de benefícios a conceder (participantes ativos) quanto na reserva de benefícios concedidos (assistidos). A concessão destes ganhos reais na tabela salarial ocasionou um impacto estimado nas provisões matemáticas que ultrapassou R\$ 440 milhões, posicionado em 31/12/2017:

Período	2006 - 2017		
Ganho Real Acumulado <sup>1</sup>	8,92%		
Descrição	Impacto Passado	Impacto Futuro (Reserva Matemática 12/2017)	Impacto TOTAL
Impacto nos Benefícios a Conceder	0	115.492	115.492
Impacto nos Benefícios Concedidos	93.678	230.939	324.617
TOTAL ACUMULADO (RS mil)	93.678	346.431	440.109

<sup>1</sup> Ganhos reais no período: 2006=0,5452%; 2007=1%; 2008=1%; 2009=1%; 2010=1%; 2012=1,25%; 2013=1,4%; 2014=1,4%

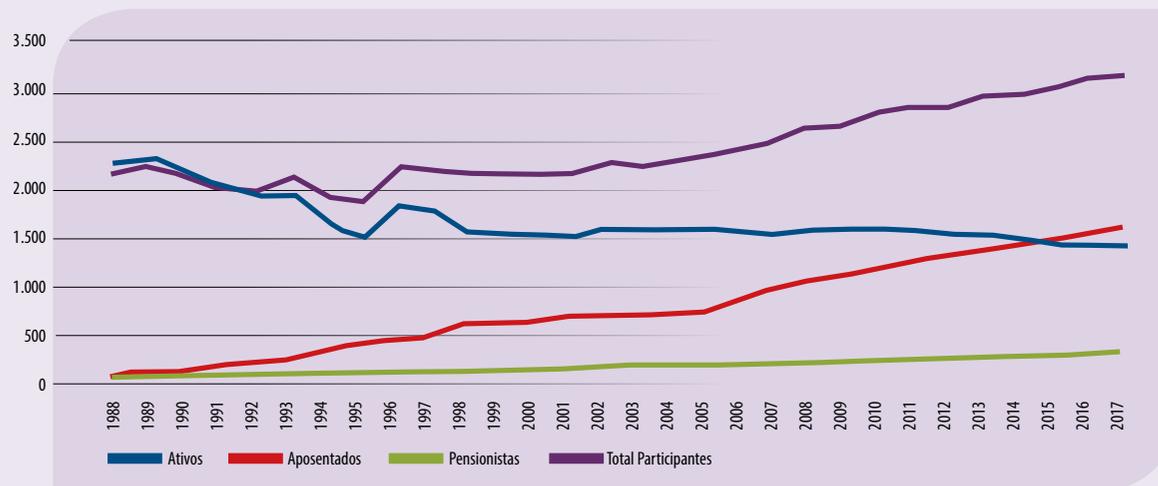
Obs.: O impacto demonstrado: a) considera os efeitos do Ganho Real sobre a massa de participantes atual e demais hipóteses vigentes; b) já está líquido do aumento das contribuições efetuadas ao longo do tempo; c) não considera os benefícios extintos e os desligamentos; d) considera o valor do efeito passado de R\$93.678 (ganhos reais já concedidos), que contemplou o efeito real histórico atualizado com a meta atuarial (IPCA+5,76% de juros atuariais).

Todas as mudanças no Plano até aqui apresentadas somam R\$ 1,4 bilhão de impacto nas provisões matemáticas, demonstrando o esforço empreendido ao longo dos anos para garantir a sua sustentabilidade, seja por rentabilidades superiores às previstas, seja pelo incremento efetuado nas receitas do Plano de Benefícios, em consequência do aumento das alíquotas de contribuição dos participantes ativos em 2004, 2013 e 2014.

### 3. Evolução da massa de participantes e das Receitas e Despesas Previdenciárias

Ao longo de 30 anos, a massa de participantes da Fibra teve uma evolução normal, sem variações extremas. Os desligamentos por aposentadoria foram substituídos, em parte, por novas admissões, e a vida de todos se tornou mais longa.

Histórico da Quantidade de Participantes



Nos últimos 18 anos, o plano de benefícios teve uma variação de 357% nas receitas e 1.142% nas despesas previdenciárias. Isto demonstra o seu estágio de maturidade. Por isso, é realizado um acompanhamento constante para garantir os pagamentos futuros dos benefícios suplementares.

Histórico Receitas x Despesas (R\$ mil)



## “De volta ao presente”, acompanhamos as Provisões Matemáticas da Fibra

“O passado é história, o futuro um mistério e o presente uma dádiva”.

Provérbio chinês

### Plano de Benefícios

A Fibra se encontra num estágio de maturidade com um valor próximo a R\$ 3,8 bilhões em provisões matemáticas, onde o total de assistidos já supera o dos participantes em atividade.

Isto demanda o monitoramento constante das hipóteses atuariais, que são atualizadas, conforme a sua realidade, em relação aos participantes e ao mercado financeiro. Em 2017, foram realizados novos estudos de acompanhamento e algumas hipóteses foram ajustadas para manter a sustentabilidade do plano.

Neste ano, também foram propostas melhorias no Regulamento do Plano de Benefícios, visando à redução do risco de déficits no plano atual e no futuro, onde as principais alterações foram:

- ❖ Ajuste técnico nos Artigos 21, 22, 47, 61, 63 e 67 para substituição dos indexadores de atualização monetária e da taxa de juros, respeitando o direito acumulado dos participantes;
- ❖ Ajuste técnico nos artigos 14, 24 e 25, para deixar claro que os cálculos de contribuição e benefício do Participante Requisitado devem observar as normas complementares aprovadas pelo Conselho Deliberativo;
- ❖ Inclusão de parágrafo nos artigos 15, 16 e 19 para evidenciar a possibilidade de aumento das alíquotas de contribuição normal dos Participantes e Patrocinador, a bem do equilíbrio do Plano;
- ❖ Ajuste técnico no Artigo 47, para mais clareza ao entendimento sobre a devolução de contribuições para pessoas designadas pelo participante que, ao falecer, não tem beneficiários inscritos para gerar suplementação de pensão, adequando o cálculo que limita o montante a ser devolvido aos designados como sendo igual ao saldo de contribuições totais dos assistidos, líquido dos benefícios efetivamente recebidos em vida.

Estas alterações foram disponibilizadas no *site* da Fibra, aos participantes ativos e assistidos, por meio de um Quadro Comparativo, bem como informações do andamento do processo junto à Previc.



## Hipóteses Atuariais

As hipóteses adotadas na avaliação atuarial do Plano de Benefícios do ano de 2017 foram as seguintes:

Hipótese	2017
Taxa real de juros <sup>1</sup>	5,76% a.a.
Sobrevivência:	
a) Tábua de Mortalidade Geral	80% da AT-2000 (masculina)
b) Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca
c) Tábua de Mortalidade de Inválidos	90% da AT-83 (masculina)
Composição de Família	Família Média para Ativos e Família Efetiva para Assistidos
Projeção de Crescimento Real de Salários	Escala logística (média de 2,54%)
Rotatividade	Escala polinomial (média de 0,12%)
Fator de Capacidade de Benefícios <sup>2</sup>	0,9737

<sup>1</sup> Proposta conforme Resolução CGPC nº18/2006 e Portaria nº375/2017.

<sup>2</sup> Fator de Capacidade em 2017 utilizou 4,92% de inflação futura, baseado nos estudos da consultoria Tendências.

### 1. Taxa de Juros

As Provisões Atuariais são representadas pelo valor presente dos fluxos de receitas (contribuições) e despesas previdenciárias (pagamento de benefícios) projetados de acordo com as hipóteses atuariais, utilizando como desconto a taxa de juros atuarial.

No exercício de 2017, a taxa de juros foi mantida em 5,76% a. a., de acordo com o estudo técnico de aderência e adequação elaborado por consultoria externa, com o aval do consultor atuarial do plano de benefícios, conforme prevê a legislação (Instrução Previc nº 23/2015). Portanto, essa hipótese não gerou nenhum impacto no plano.

### 2. Tábuas de Sobrevivência

Até o final do exercício, a proposta de reforma da Previdência Social do governo brasileiro ainda não tinha sido aprovada. As estimativas de déficit crescente e a longevidade dos brasileiros são as principais justificativas para o seu advento. Na Fibra, o aumento da expectativa de vida da população também é observado nos assistidos do plano de benefícios.

Nesse ano, foram efetuados novos estudos técnicos de aderência e adequação das hipóteses biométricas de sobrevivência, elaborados pelo Consultor Atuarial Externo, e aprovados pelo Conselho Deliberativo. Na avaliação atuarial do fechamento de 2017, não houve necessidade de alteração dessas hipóteses, o que não trouxe impacto para as provisões matemáticas.

### 3. Composição de família

É a hipótese que expressa a composição familiar dos participantes para cálculo das obrigações de pensão por morte. Assim, para cada idade, existe uma família padrão associada, que é o compromisso que o participante deixará em relação aos dependentes se vier a falecer.

Em 2017, foi elaborado novo estudo e a hipótese de Composição de Família foi ajustada, utilizando-se a família média, com base no cadastro atual, para os participantes ativos, e a família efetiva para os participantes assistidos. O ajuste técnico dessa hipótese, levando em consideração a massa de assistidos e os respectivos beneficiários, baseada em dez./2016, em relação à base anterior de ago./2015, gerou uma redução de R\$ 5,5 milhões no valor das provisões matemáticas.

#### 4. Crescimento Real de Salário

Esta hipótese analisa a evolução salarial de carreira dos empregados da Itaipu, onde se constrói uma escala estatística por idade, que projeta ano a ano o valor dos salários até o momento da aposentadoria. Baseada na experiência de dados dos últimos 16 anos, resulta na escala salarial mais adequada à massa de participantes do plano. Em 2017, seu ajuste gerou um acréscimo de R\$ 14 milhões nas provisões matemáticas.

#### 5. Rotatividade

Esta hipótese mede, ano a ano, em cada idade, o índice de desligamentos em relação ao total de participantes em atividade. Seu estudo é realizado pela construção de uma escala estatística com experiência de dados dos últimos 16 anos, baseado nas saídas dos participantes que se desligaram do plano no máximo até os 40 anos de idade, sem direito a benefício. Em 2017, seu ajuste gerou uma redução de R\$ 1 milhão nas provisões matemáticas.

#### 6. Fator de Capacidade dos Benefícios – FC

Este fator leva em consideração a capacidade de os benefícios preservarem seu poder aquisitivo ao longo dos anos futuros, considerando uma inflação média anual estimada.

Na avaliação atuarial de 2017, foi utilizado o FC de 97,37% (contra 97,43% em 2016), baseado numa projeção para a inflação futura de 4,92%, estimada pela consultoria Tendências. Essa hipótese gerou uma redução do valor das provisões matemáticas em R\$ 2,3 milhões.

### Impactos Atuariais em 2017

Em resumo, as alterações das hipóteses atuariais anteriormente descritas, causaram um aumento nas provisões matemáticas do Plano de Benefícios, em 2017, da ordem de R\$ 5 milhões:

HIPÓTESES ATUARIAIS E IMPACTOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ mil
1. Taxa de Juros	0
2. Tábuas de Sobrevivência (Mortalidade Geral, Invalidez e Entrada em Invalidez)	0
3. Composição Familiar	(5.550)
4. Crescimento Real de Salário	14.178
5. Rotatividade	(1.158)
6. FC-fator de capacidade dos benefícios de 97,43% para 97,37%	(2.325)
TOTAL DE AUMENTO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS POR ALTERAÇÃO DE HIPÓTESES	5.145

#### 7. Custeio do Plano de Benefícios

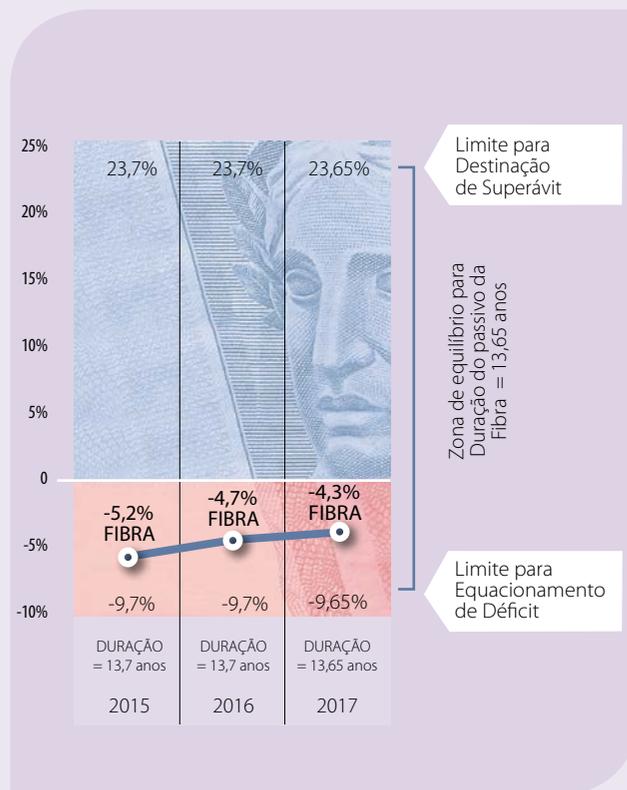
As suplementações de benefícios da Fibra estão estruturadas na forma de capitalização, o que significa dizer que há formação de reservas para o pagamento dos benefícios ao longo do tempo.

O financiamento dos benefícios futuros do plano de benefícios é efetuado por meio das contribuições dos participantes não assistidos e das patrocinadoras, cujas alíquotas são defini-

das de acordo com o custo normal do plano. Esse custo é influenciado pelas características da massa de participantes e pelas hipóteses utilizadas no cálculo das provisões atuariais.

Em 2017, assim como em 2016, não houve necessidade de revisão no custeio do Plano, ou seja, não foi necessário promover qualquer alteração nas alíquotas de contribuição dos participantes, pois a receita prevista de contribuições dos participantes ativos foi suficiente para cobrir os custos normais reavaliados para pagamento dos benefícios futuros deste grupo.

Custos e Contribuição Normal do Plano



Por outro lado, o custo extraordinário do plano está relacionado, especificamente, à cobertura de déficits de reserva matemática. Desde a criação da Fibra não foram cobradas contribuições extraordinárias para cobertura de déficits. No entanto, isso poderá ocorrer caso o déficit ajustado do Plano ultrapasse o limite estabelecido na legislação (Resolução Previc nº 26/2008).

No encerramento do exercício de 2017, o Plano de Benefícios da Fibra apresentou resultado acumulado deficitário, porém, não houve necessidade de equacionamento, pois o mesmo se encontra em patamar inferior ao limite previsto pela legislação, representado por  $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4)$ , que resulta em 9,65%, para uma duração do passivo de 13,65 anos.

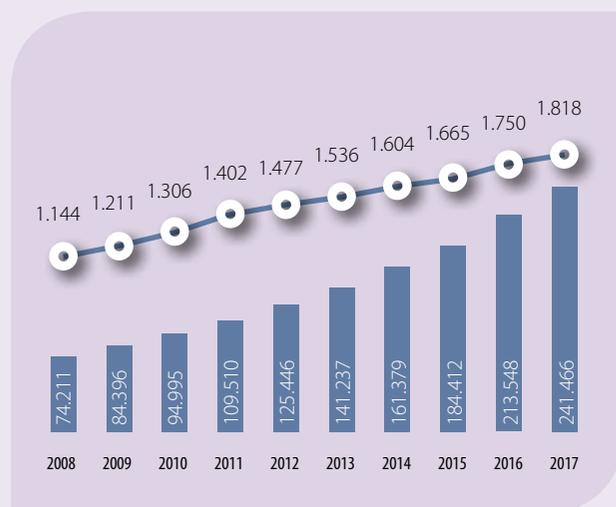
Contabilmente, o resultado deficitário do Plano de Benefícios da Fibra é de R\$ 305 milhões, contudo, para fins de apuração de equacionamento de déficit ou distribuição de superávit, deve-se observar o ajuste dos títulos públicos levados a vencimento. Com isso, o déficit ajustado passa a ser de R\$ 162 milhões, o que representou, em dez/2017, o percentual de 4,30% em relação ao valor total das Provisões Matemáticas, que foi de R\$ 3,77 bilhões. Assim, o resultado deficitário do Plano está localizado na zona de equilíbrio, ou seja, abaixo do limite (9,65%) correspondente à necessidade de equacionamento.

O gráfico ao lado demonstra a redução do déficit nos últimos 3 exercícios, dentro do intervalo de equilíbrio previsto na legislação:

## 8. Evolução de Benefícios e Valores pagos

O exercício de 2017 encerrou com 1.818 benefícios vigentes, 68 benefícios a mais do que no ano anterior, sendo compostos por 1.553 aposentados, 259 pensionistas (originados de 241 pensões) e 6 BETM – Benefício Especial Temporário por Morte. Nos últimos 10 anos, houve aumento de 59% na quantidade de benefícios pagos (de 1.144 para 1.818) e de 225% em relação ao montante total pago (passando de R\$ 74,22 milhões para R\$ 241,47 milhões).

Evolução da Folha de Benefícios e Número de Assistidos



## 9. Receitas e Despesas Previdenciais

As despesas com pagamento de benefícios (continuados e de pagamento único) cresceram 13,2% no ano, fruto do reajuste monetário e do incremento na quantidade de assistidos.

Despesas Previdenciais

Despesas com Pagamento de Benefícios		2016 R\$ Mil	2017 R\$ Mil	Varição R\$ Mil	Varição %
Mensal Continuado	Aposentadoria	192.521	218.142	25.621	13,3
	Pensão	20.859	23.171	2.312	11,1
	Benefício Especial Temporário por Morte	168	153	-15	-8,9
	Subtotal	213.548	241.466	27.918	13,1
Pagamento Único	Restituição de contribuição - Resgate	1.347	1.752	405	30,1
	Portabilidade	0	90	90	100
	Auxílio-Funeral	8	9	1	12,5
	Subtotal	1355	1851	496	36,6
<b>TOTAL</b>		<b>214.903</b>	<b>243.317</b>	<b>28.414</b>	<b>13,2</b>

As receitas de contribuições tiveram aumento de 0,8% em face dos acréscimos salariais ocorridos ao longo do ano, influenciados, em grande parte, pela reposição da inflação no Acordo Coletivo de Trabalho.

Receitas Destinadas ao Programa Previdencial

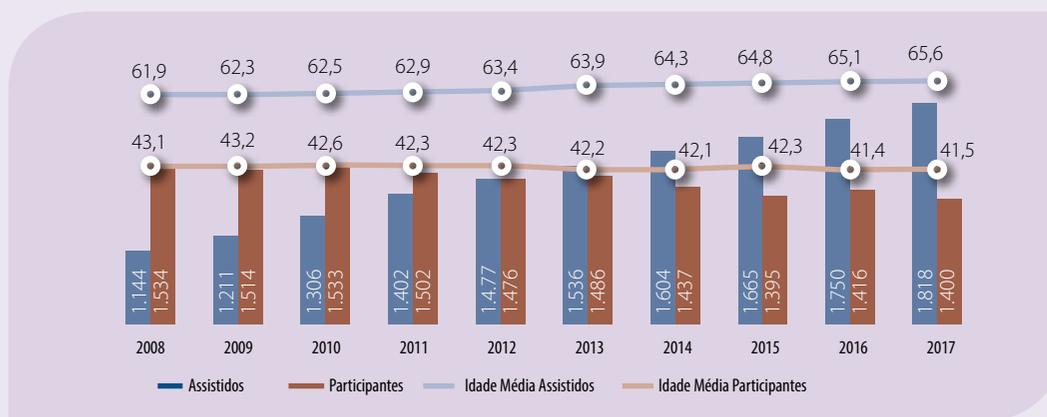
Origem da Contribuição		2016 R\$ Mil	2017 R\$ Mil	Varição R\$ Mil	Varição %
Patroci- nadores	Normal	35.058	37.027	1.969	5,6
	Suplementar	5.421	5.725	304	5,6
	Subtotal	40.478	42.751	2.273	5,6
Partici- pantes	Ativos	25.556	26.600	1.044	4,1
	Autopatrocinados	431	456	25	5,8
	Aposentados	19.306	22.607	3.301	17,1
	Joias, Taxa de Inscrição e Outras <sup>1</sup>	7.552	1.643	-5.909	-78,2
Subtotal		52.846	51.307	-1.539	-2,9
<b>Total</b>		<b>93.324</b>	<b>94.058</b>	<b>734</b>	<b>0,8</b>

<sup>1</sup> Receitas advindas de amortização de débito e aporte da Itaipu

## 10. Perfil dos Participantes

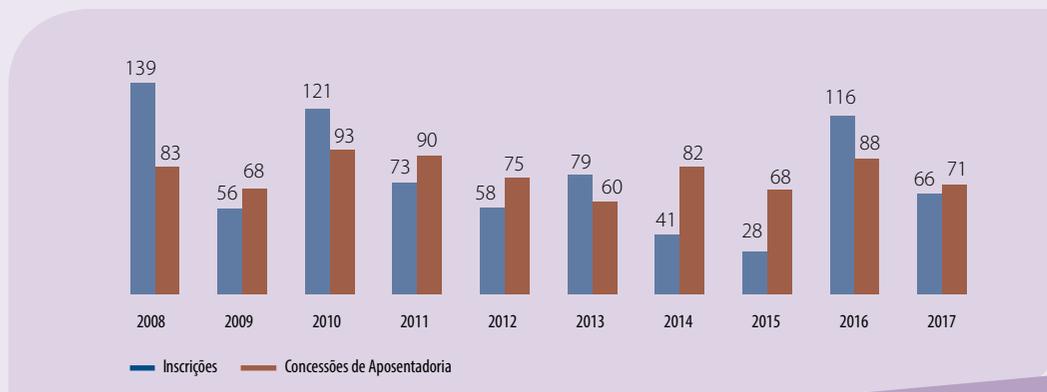
Em dezembro de 2017, o número de assistidos (1.818 suplementações de aposentadoria e pensões concedidas) correspondia a 56% do total de participantes do Plano, contra 44% de participantes (1.400) com benefícios a conceder. Essa diferença tende a aumentar, uma vez que o quadro de empregados de Itaipu tem se mostrado estável ao longo dos anos e a previsão é que o número de aposentados continue a crescer nos próximos anos.

Por outro lado, a quantidade de participantes (ativos, autopatrocinados, BPD/*Vesting* e em suspensão de contribuição) teve uma leve redução em relação a 2016. Observa-se também que a idade média dos participantes ativos se manteve no mesmo patamar, de 41,4 para 41,5 anos de idade.



A quantidade de participantes está diretamente relacionada à redução do quadro de empregados da Patrocinadora Itaipu, ressaltando que o índice de adesão ao Plano de Benefícios estava em 98,52% do total de empregados, em dez/2017.

Em 2017, foram efetuadas 66 inscrições de participantes no Plano e 71 concessões de aposentadoria, conforme demonstrado no gráfico, além de 16 concessões de pensão por morte.



## Futuro

### “De volta para o Futuro”, vislumbramos os novos desafios da Fibra

“A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo”.

Peter Drucker

## Saldamento do Plano de Benefícios Atual

O Plano de Benefícios da Fibra está em funcionamento desde 1º de abril de 1988 na modalidade de Benefício Definido – BD e sua característica principal é o conhecimento prévio do benefício de aposentadoria, cuja fórmula de cálculo é estabelecida em regulamento, sendo custeado através de contribuições variáveis, calculadas atuarialmente, para atingir tal valor previamente estabelecido. Este modelo de plano é mutualista, com formação de reserva coletiva e riscos compartilhados entre participantes, assistidos e patrocinadora.

Em 2005, o Conselho Deliberativo da Fibra criou um Grupo de Trabalho - GT visando a sustentabilidade do Plano de Benefícios. Este Grupo é composto por membros indicados pela Itaipu, pela Fibra, pelos sindicatos, e aqueles eleitos pelos empregados para o Conselho Deliberativo e Fiscal. Na criação do GT, o plano de trabalho previa estudos para curto, médio e longo prazo, conforme demonstrado a seguir:



- As ações de curto prazo, que não demandaram alterações regulamentares e basicamente se concentraram em melhorias na Avaliação Atuarial (hipóteses, método de financiamento, custeio, etc) e avaliação de ações judiciais decorrentes de relação trabalhista da patrocinadora, foram realizadas ao longo de 2005 e 2006;
- As ações de médio prazo iniciaram em 2006 e finalizaram em 2010 quando foram efetivadas as alterações de regulamento com sugestões oriundas das reuniões do GT, contudo, sem alteração da essência do Plano;
- Desde então, paralelamente às ações de curto e médio prazo, a Fibra vem estudando e discutindo o assunto “Saldamento do Plano BD e criação de Novo Plano”.

Em 2012, estreitou a discussão internamente com Itaipu.

Em 2013 e 2014, após várias reuniões com as Entidades Sindicais e Itaipu (Grupo de Trabalho), aprofundou os estudos e finalizou a proposta do Estudo de Saldamento e criação de novo plano enviada à Diretoria de Itaipu.

Em 2016, o Conselho de Administração de Itaipu aprovou diretrizes binacionais para saldamento dos planos BD e criação de novos planos no Brasil e no Paraguai. Além disso, solicitou a contratação de empresa de consultoria atuarial para elaborar estudos de saldamento e novo plano para as duas margens, embasados nas diretrizes já aprovadas. Em dezembro de 2016 Itaipu lançou edital para contratação de Consultoria, contudo, declarado fracassado em março de 2017.

Em agosto de 2017, a Itaipu realizou pregão presencial e contratou empresa para prestar consultoria, que iniciou os trabalhos em outubro de 2017.

## **Fibra Rumo ao Futuro**

O cenário de um novo plano abre a possibilidade de que a Fibra venha a se tornar um fundo multipatrocinado, permitindo o ingresso de novas empresas patrocinadoras ou instituidoras, e de novos tipos de planos, inclusive aqueles que podem ser ofertados aos dependentes dos empregados da Itaipu, da Fibra e das demais empresas que vierem a fazer parte desse projeto no futuro.

### **Reforma da Previdência**

A política brasileira vem debatendo de forma exaustiva a questão da reforma da previdência. O projeto do governo ainda não foi aprovado em função de interesses específicos em cada instância da Administração Pública – União, Estados e Municípios – e o debate pode se prolongar por um tempo maior que o desejado.

Mas no caso específico da Fibra, o que pode mudar? O fundamental neste momento é poder tranquilizar os participantes salientando que, quando houver uma proposta próxima de um consenso, a Fibra dará as explicações a todos.



# Relacionamento com o Participante

A Fibra sempre teve a preocupação em se relacionar da melhor forma com seu Participante. Isto fica evidente nos projetos, modelos e conceitos implantados desde sua criação. Em 2007, por exemplo, foi dado um passo importante com a criação de um sistema de CRM inovador, não só pelos itens de modernidade para a época, como o SMS e a mala direta incorporados no mesmo sistema, mas pela integração ativa com os outros sistemas da Fibra provedores de informações dos Participantes. O sistema possibilitou um salto de qualidade não apenas no atendimento, mas na gestão das ocorrências de solicitações dos Participantes, no fornecimento de informações completas no momento que o Participante as solicita, seja pessoalmente, pelo 0800 ou por *e-mail*.

Outro marco importante aconteceu em 2010, com a reestruturação organizacional e a criação da Gerência de Relacionamento com o Participante, com uma equipe de especialistas em estratégia de relacionamento que tem como objetivo enriquecer a experiência do Participante. Desde então, várias ações foram motivadas por esta nova visão, como o lançamento do aplicativo para dispositivos móveis, a TV Fibra, o Programa de Educação Financeira e Previdenciária, a participação da Fibra no programa “Portas Abertas”, da ABRAPP, abrindo a área de relacionamento e comunicação da Fundação à outras entidades de previdência complementar com o objetivo de compartilhar boas ideias e soluções.

Sem esquecer os canais e modelos já consagrados que agradam especialmente a geração mais experiente, o novo modelo de relacionamento também está alinhado à demanda das novas gerações ao buscar disponibilizar o máximo de informação em tempo real, no formato de autosserviço.

A seguir os principais destaques da área de Relacionamento com o Participante:

**Pesquisa de Satisfação** – Não cansamos de querer saber o que os nossos Participantes pensam. Desde 2000, realizamos uma ampla consulta por meio de instituto de pesquisas para identificar tendências, necessidades e melhorias. Neste ano, com novos contornos e aprofundamento no nível das informações, realizamos uma nova consulta junto aos maiores interessados na Fibra: os Participantes. De forma aleatória, 20% de todos associados foram consultados.

**Case de sucesso – acolhimento Pensionistas** – No 38º Congresso Brasileiro da ABRAPP foi apresentado um *case* da Fibra relacionado ao atendimento de pensionistas, selecionado dentre diversos *cases* de sucesso de fundações do país inteiro.

Ali, mostramos o reflexo do atendimento humanizado no momento mais frágil na vida dos nossos pensionistas: a concessão do benefício pela perda do seu ente querido. Dedicção e pequenas ações que fazem grande diferença.



**Repaginamos o Aplicativo** – A partir da experiência da primeira versão, foi reconstruído um novo aplicativo visando a um ambiente mais amigável e intuitivo.



Novos recursos foram incrementados, tais como: *login* via digital (*touch id*), *login* por CPF, o Fibra Notícias no formato adequado para dispositivos móveis, a tela do Fibra em Números, com um resumo didático dos resultados referentes ao patrimônio e ao equilíbrio atuarial, demonstrativo de pagamento completo para os assistidos, dentre outras informações. Tudo isso para enriquecer a experiência do Participante com o seu Plano de Benefícios.

### **Eleição Colegiados – Votação eletrônica para os assistidos –**

O principal objetivo dessa medida foi aumentar a segurança e propiciar a oportunidade do voto a todos os participantes. Por isso, foi incluída a opção da plataforma de votação eletrônica para os assistidos no processo eleitoral do Conselho Deliberativo e do Comitê de Investimentos deste ano. O resultado foi um recorde de participação no processo eleitoral. O aumento do número de eleitores assistidos cresceu de 697, em 2014, para 825, em 2017, um acréscimo de 18%. O mesmo aconteceu com os ativos: em 2014 foram 885 votantes e, em 2017, esse número saltou para 1017.



**Dia do aposentado** – A participação nesse tradicional evento promovido pela ABRAPP, em comemoração ao “Dia do Aposentado”, tem como objetivo valorizar a figura central e motivadora de todo o sistema de previdência complementar brasileiro: o Aposentado. O homenageado da Fibra foi o participante José Augusto de Castro Azevedo (foto).

**Campeonato Solidariedade** – Promovido pela Associação dos Fundos de Pensão do Paraná (Previpar), o Campeonato Solidariedade tem como objetivo promover a aproximação dos profissionais das instituições e arrecadar alimentos para entidades carentes. Em 2017, foram arrecadados quatro mil quilos de alimentos não perecíveis. A Fibra participou com setecentos quilos. Todo o montante foi doado para o Lar de Idosos Jesus Maria José, em São José dos Pinhais, PR.



**PINE** – Não abrimos mão de fazer parte da vida do empregado da Itaipu desde o seu primeiro momento na empresa. Neste ano participamos do 30º PINE (Programa de Integração do Novo Empregado) da Itaipu com palestra específica para os novos empregados da binacional.



### **Participação dos funcionários da Fibra no PRA –**

A Fibra também se preocupa com os seus empregados que estão próximos a um momento de importante mudança na vida, que é o da aposentadoria. Este ano, pela primeira vez, a partir de um convite do RH da patrocinadora, cinco funcionárias da Fibra participaram do Programa de Reflexão para Aposentadoria de Itaipu.



# Fibra em números

12  
Participantes em BPD, *Vesting* e com suspensão de contribuição

1.818  
Assistidos (Aposentados, Pensionistas e BETM)

3.990  
Beneficiários (dependentes inscritos no Plano de Benefícios)

1.388  
Participantes ativos (empregados que aderiram ao plano + autopatrocinados)

65,6  
Idade média dos Participantes Assistidos

1.338  
Empréstimos concedidos

41,5  
Idade média dos Participantes Ativos

52  
Horas de reuniões realizadas pelo Comitê de Investimentos



71  
Participantes que se aposentaram no ano

8,88%  
Meta atuarial



65,6  
Idade média dos Participantes Assistidos

30.231  
Atendimentos na Área do Participante (site Fibra)

96  
Idade do Assistido mais idoso

36  
Quadro funcional da Fibra

9.194  
Acessos por dispositivos móveis aos serviços da Fibra (Área do Participante e Aplicativo)

12,96%  
Rentabilidade geral dos investimentos (marcada a mercado)

66  
Empregados novos que aderiram ao Plano no ano

21  
Idade do participante Ativo mais jovem

46.654  
Acessos ao site

8.955  
Acessos ao Programa de Educação Financeira e Previdenciária



10,55%  
Rentabilidade geral dos investimentos

120  
Horas de reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal



70%  
Adesão ao SMS (mensagem de texto via celular)

241,5 milhões  
Pagos em benefícios continuados (13,11% a mais que 2016)

32  
Horas de reuniões realizadas pelo Conselho Deliberativo

9.103  
Atendimentos registrados no CRM

2,47 bilhões  
Pagos em benefícios desde a criação da Fibra (corrigido pelo IPCA)



Ano	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	
<b>Participantes Ativos</b>	2.223	2.253	2.138	1.968	1.914	1.900	1.627	1.478	1.788	1.729	1.520	
<b>Assistidos</b>	3	46	62	120	183	232	336	410	443	484	641	
<b>Empregados Fibra</b>	16	27	28	33	36	44	44	44	44	36	31	
<b>Despesas Previdenciais</b>	69.085,56 *	1.364.972,55 *	1.663.760,70 *	2.524.235,35 *	3.354.571,34 *	6.573.056,53 *	R\$ 4.988.549,67	R\$ 8.987.824,51	R\$ 10.599.297,88	R\$ 12.593.264,60	R\$ 16.793.228,53	
<b>Patrimônio</b>	4.995.729,31 *	25.875.874,15 *	30.734.428,52 *	55.766.378,80 *	65.794.071,97 *	89.340.396,10 *	R\$ 127.602.473,59	R\$ 164.532.502,88	R\$ 214.079.186,15	R\$ 260.321.758,50	R\$ 288.750.433,96	
<b>Rentabilidade Geral Fibra</b>	577,37% (abril a dezembro)	2705,90%	1144,33%	762,44%	1230,91%	3199,86%	945,20%	23,86%	23,80%	20,92%	13,51%	
<b>Rentabilidade Atuarial</b>	601,97% (abril a dezembro)	1981,37%	1686,29%	509,62%	1224,00%	2644,46%	991,08%	29,30%	15,66%	10,60%	8,64%	
<b>Taxa de Juros</b>	1962,27%	51664,85%	1238,36%	2494,26%	1724,71%	4010,32%	53,25%	41,22%	23,94%	39,87%	31,24%	
<b>Inflação (IPCA)</b>	567,77% (abril a dezembro)	1972,91%	1620,96%	472,69%	1119,09%	2477,15%	916,43%	22,41%	9,56%	5,22%	1,66%	
<b>Fibra</b>	<p>• 22 de fevereiro - O então diretor geral da ITAIPU, Ney Braga, assina o Ato de Constituição da Fibra.</p> <p>• 1º de abril - a Fibra inicia oficialmente suas atividades.</p> <p>• 30 de novembro - autorizada a funcionar pela Portaria Ministerial MPAS 4367/88.</p> <p>• Aprovação da 1ª versão do Estatuto da Fibra e Regulamento do Plano.</p> <p>• Expectativa de vida média aos 55 anos é 74,7 anos.</p>											
<b>Acontecimentos</b>	         											
<b>Diretoria Executiva / Colegiados</b>	André Zacharow (Diretor Superintendente) Renato Follador Junior (Diretor Administrativo) João Messa Neto (Diretor Financeiro) Silvio Teixeira Álvarez (Diretor de Benefícios)			Fernando C. Gomes (Cons. Curadores) Marcio de Almeida Abreu (Cons. Fiscal)			João Carlos de Souza Lambach (Diretor Superintendente) Arnaldo Luiz Miró Rebello (Diretor Adm. e Financeiro)			Rubens Ghilardi (Diretor Superintendente) Silvio Renato Rangel Silveira (Diretor Administrativo, e Financeiro)		
<b>Itaipu</b>	<b>Diretoria</b>	Ney Aminthas de Barros Braga	Ney Aminthas de Barros Braga	Ney Aminthas de Barros Braga / Fernando Xavier Ferreira	Fernando X. Ferreira / Jorge Nacli Neto	Jorge Nacli Neto	Francisco L. Sibut Gomide	Francisco Luiz Sibut Gomide	Francisco L. S. Gomide / Euclides Girolamo Scalco	Euclides Girolamo Scalco	Euclides Girolamo Scalco	Euclides Girolamo Scalco / Altino Ventura Filho
<b>Unidades Geradoras</b>	12	15	16	18	18	18	18	18	18	18	18	18
<b>Produção Energia (GWh)</b>	38.508	47.230	53.090	57.517	52.268	59.997	69.394	77.212	81.654	89.237	87.845	
<b>Brasil</b>	<b>Presidente</b>	José Sarney		Fernando Collor de Mello			Fernando Collor de Mello / Itamar Franco			Fernando Henrique Cardoso		
<b>Acontecimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promulgada a Nova Constituição Brasileira, a chamada "Constituição Cidadã".</li> <li>Amapá e Roraima deixam de ser territórios, e criação do estado de Tocantins.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Verão.</li> <li>Airton Senna é campeão mundial de Fórmula 1.</li> <li>Eleição direta para Presidente da República no Brasil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Collor I - Confisco de ativos financeiros para combater a inflação.</li> <li>Airton Senna é bicampeão mundial de Fórmula 1.</li> <li>Lançado o 1º telefone celular.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Collor II.</li> <li>Airton Senna é tricampeão mundial de Fórmula 1.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Impeachment de Collor.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plebiscito Presidencialismo X Parlamentarismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Airton Senna morre no GP de San Marino.</li> <li>Início do Plano Real.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quebra do Banco Nacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Massacre de Eldorado dos Carajás.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Moratória da dívida externa e Plano Bresser</li> <li>Intervenção Banco Bamerindus</li> <li>Privatização da Vale do Rio Doce</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crise econômica do Brasil.</li> <li>Emenda Constitucional nº 20.</li> </ul>	
<b>Dívida Externa</b>	US\$ 113,51 bilhões	US\$ 115,51 bilhões	US\$ 123,43 bilhões	US\$ 123,91 bilhões	US\$ 135,94 bilhões	US\$ 145,72 bilhões	US\$ 148,29 bilhões	US\$ 159,25 bilhões	US\$ 179,93 bilhões	US\$ 199,99 bilhões	US\$ 241,64 bilhões	
<b>Mundo</b>	<b>Acontecimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assinatura do Tratado de Integração entre Brasil e Argentina, embrião do que viria a ser o Mercosul.</li> <li>Atentado de Lockerbie explode avião na Escócia.</li> <li>Fim da guerra entre Irã e Iraque.</li> <li>Jogos Olímpicos - Seul.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Queda do muro de Berlin.</li> <li>Retirada da União Soviética do Afeganistão.</li> <li>Na China, um jovem solitário invade a Praça da Paz Celestial e faz parar uma fileira de tanques de guerra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reunificação da Alemanha.</li> <li>Fim do apartheid na África do Sul.</li> <li>Lech Walesa eleito presidente da Polónia (fim do comunismo)</li> <li>Lançamento do telescópio espacial Hubble.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mikhail Gorbatchov anuncia a extinção oficial da União Soviética (URSS).</li> <li>Início do Mercosul.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ratificado o tratado de não agressão e desnuclearização entre as Coreias, em guerra desde 1950.</li> <li>Bósnia Herzegovina declara sua independência da Iugoslávia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em meio à crise constitucional, Boris Iéltsin dissolve o Soviete Supremo e assume poder absoluto na Rússia.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Início da Internet comercial (www).</li> <li>Brasil tetra campeão na Copa do Mundo dos EUA.</li> <li>Nelson Mandela é o 1º presidente negro da África do Sul.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação da Organização Mundial do Comércio - OMC.</li> <li>Começa processo de paz na Irlanda do Norte.</li> <li>Acaba a Guerra da Bósnia.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bill Clinton reeleito presidente dos EUA.</li> <li>Clonagem da ovelha Dolly.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>A nave Pathfinder da NASA aterrissa em Marte.</li> <li>Reino Unido devolve Hong Kong à República Popular da China.</li> <li>Princesa Diana morre em um acidente de carro.</li> <li>Morre madre Tereza de Calcutá.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Moratória Russa.</li> <li>França campeã na Copa do Mundo da França.</li> <li>Fundada a Google Inc.</li> </ul> 

\* Valor histórico convertido para R\$ - Tabela de conversão ORTN-OTN-BTN-IGPM

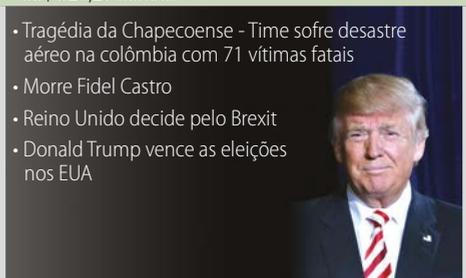
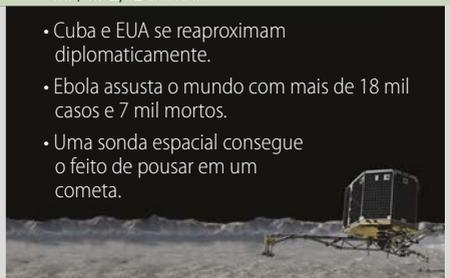
Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
<b>Participantes Ativos</b>	1.493	1.481	1.462	1.526	1.538	1.537	1.545	1.508	1.491	1.536		
<b>Assistidos</b>	658	664	728	746	758	764	791	928	1.062	1.144		
<b>Empregados Fibra</b>	30	32	36	34	33	36	36	37	38	37		
<b>Despesas Previdenciais</b>	R\$ 17.983.076,28	R\$ 19.586.137,20	R\$ 23.611.208,76	R\$ 29.467.145,06	R\$ 33.789.849,41	R\$ 38.342.738,96	R\$ 40.732.913,92	R\$ 49.879.135,58	R\$ 61.853.128,75	R\$ 74.424.231,43		
<b>Patrimônio</b>	R\$ 384.457.811,97	R\$ 410.297.872,35	R\$ 465.834.005,52	R\$ 584.784.057,43	R\$ 811.694.105,71	R\$ 951.740.785,99	R\$ 1.302.532.422,08	R\$ 1.302.532.334,46	R\$ 1.497.711.922,78	R\$ 1.535.298.661,17		
<b>Rentabilidade Geral Fibra</b>	33,17%	6,69%	13,47%	25,39%	29,95%	17,84%	19,03%	17,91%	17,76%	0,95%		
<b>Rentabilidade Atuarial</b>	14,94%	11,59%	16,01%	21,62%	17,01%	12,50%	11,35%	8,98%	11,47%	12,87%		
<b>Taxa de Juros</b>	19,00%	15,75%	19,00%	25,00%	16,50%	17,75%	18,00%	13,25%	11,25%	13,75%		
<b>Inflação (IPCA)</b>	8,94%	5,97%	7,67%	12,53%	9,30%	7,60%	5,69%	3,14%	4,45%	5,90%		
<b>Fibra</b>	<p><b>Acontecimentos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação dos WEB sites da Fibra – internet e intranet.</li> <li>Início da digitalização do acervo documental da Fibra.</li> <li>Certificação ISO 9000 na Área de Investimentos da Fibra.</li> </ul> 											
<b>Diretoria Executiva / Colegiados</b>	<p>Marcos Schwab (Diretor Superintendente)</p> <p>Silvio Renato Rangel Silveira (Diretor Administrativo)</p> <p>Homero Barros de Andrade (Dir. Segurança)</p> <p>Edgar C. Eckelberg (Pres. Conselho de Curadores)</p> <p>Sergio Luiz Machado (Presidente Conselho Fiscal)</p> <p>Marcos Schwab (Coord. Comitê de Invest. / Antonio Dilson Pereira (Pres. do Comitê de Investimentos)</p>				<p>Margaret Mussoi Luchetta Groff (Diretora Superintendente)</p> <p>Silvio Renato Rangel Silveira / Florício Medeiros da Costa (Dir. Adm. e Financeira)</p> <p>Rogério Piccoli / Silvio Renato Rangel Silveira (Dir. Segurança)</p> <p>Rubens Ghilardi / Antônio José Correia Ribas (Pres. Conselho Deliberativo)</p> <p>Márcio Domenici Alves (Presidente Conselho Fiscal)</p> <p>Antônio Dilson Pereira (Pres. do Comitê de Investimentos)</p>				<p>Silvio Renato Rangel Silveira (Diretor Superintendente)</p> <p>Denyse Gubert Rocha (Diretora de Adm. e Financeira)</p> <p>Florício Medeiros da Costa (Dir. Segurança)</p> <p>Antônio José Correia Ribas (Pres. Conselho Deliberativo)</p>			
<b>Itaipu</b>	<b>Diretoria</b>	Euclides Girolamo Scalco	Euclides Girolamo Scalco	Euclides Girolamo Scalco	Euclides G. Scalco / Antonio José C. Ribas	Antonio José Correia Ribas / Jorge Miguel Samek	Jorge Miguel Samek	Jorge Miguel Samek	Jorge Miguel Samek	Jorge Miguel Samek	Jorge Miguel Samek	
<b>Unidades Geradoras</b>	18	18	18	18	18	18	18	19	20	20		
<b>Produção Energia (GWh)</b>	90.001	93.428	79.307	82.914	89.151	89.911	87.971	92.690	90.620	94.685		
<b>Brasil</b>	<b>Presidente</b>	Luiz Inácio Lula da Silva										
<b>Acontecimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desvalorização do Real.</li> <li>Regime de câmbio flutuante e de metas para a inflação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei de Responsabilidade Fiscal</li> <li>500 anos do descobrimento do Brasil.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apagão energético.</li> <li>Lei Complementar nº 108 e 109.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dólar atinge R\$ 4,00.</li> <li>Pior resultado do Risco Brasil, 2.436 pontos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entra em vigor o novo Código Civil brasileiro.</li> <li>Aprovada a reforma da previdência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>População decide pelo desarmamento.</li> <li>Brasil paga dívida do FMI.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Morre Miguel Reale (pai do novo código civil e participação na elaboração do tratado de Itaipu).</li> <li>1º brasileiro no espaço - Marcos Pontes</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Descoberta de bacia gigante de petróleo e gás no litoral de Santos (autossuficiência).</li> <li>Cristo Redentor eleito uma das 7 maravilhas do mundo.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promulgada a "Lei Seca".</li> <li>Brasil recebe o Investment Grade.</li> <li>A Bovespa anuncia a fusão com a BM&amp;F.</li> </ul>			
<b>Dívida Externa</b>	US\$ 241,46 bilhões	US\$ 236,15 bilhões	US\$ 209,93 bilhões	US\$ 210,71 bilhões	US\$ 214,93 bilhões	US\$ 201,37 bilhões	US\$ 169,45 bilhões	US\$ 172,58 bilhões	US\$ 193,21 bilhões	US\$ 198,34 bilhões		
<b>Mundo</b>	<b>Acontecimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bug do Milênio</li> <li>Estouro da bolha da Nasdaq.</li> <li>George Bush é eleito presidente dos EUA.</li> <li>Ciência decifra Genoma Humano</li> <li>Pelé recebe título de Atleta do Século.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atentados ao World Trade Center e no Pentágono, EUA</li> <li>Guerra do Afeganistão.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Euro torna-se a moeda oficial da União Europeia.</li> <li>Brasil pentacampeão na Copa do Mundo do Japão e Coreia do Sul.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>EUA iniciam Guerra contra Saddam Hussein (Iraque).</li> <li>Lançamento do Skype.</li> <li>Saddam Hussein é deposto.</li> <li>Último voo do Concorde.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Terremoto e tsunamis no Oceano Índico provoca destruição no Sudeste Asiático.</li> <li>Barrel do petróleo ultrapassa US\$ 50.</li> <li>Lançamento do Facebook.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Surge o YouTube.</li> <li>Morre João Paulo II e inicia pontificado de Bento XVI.</li> <li>Surto da gripe aviária.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>NASA encontra provas de água no planeta Marte.</li> <li>Itália campeã na Copa do Mundo da Alemanha.</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crise americana do subprime.</li> <li>A Fifa anuncia oficialmente o Brasil como sede da Copa do mundo de 2014.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quebra do Lehman Brothers.</li> <li>Jogos Olímpicos - Pequim.</li> <li>Eleição de Barack Obama.</li> </ul> 		



2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1.514	1.533	1.502	1.475	1.486	1.437	1.395	1.416	1.400
1.211	1.306	1.402	1.477	1.536	1.604	1.665	1.750	1.818
37	36	36	35	35	36	36	37	36
R\$ 84.923.513,28	R\$ 95.204.077,75	R\$ 109.866.479,43	R\$ 126.482.593,87	R\$ 141.656.281,91	R\$ 162.365.020,07	R\$ 185.814.096,31	R\$ 214.902.783,11	R\$ 243.317.160,03
R\$ 1.731.811.509,32	R\$ 1.961.109.114,89	R\$ 2.093.747.389,01	R\$ 2.391.960.054,98	R\$ 2.460.899.208,69	R\$ 2.699.745.979,03	R\$ 2.968.181.236,05	R\$ 3.272.787.641,27	R\$ 3.467.241.315,60
22,34%	11,47%	9,12%	17,11%	5,57%	11,07%	13,48%	14,42%	10,55%
10,57%	12,26%	12,89%	11,92%	11,74%	12,26%	16,96%	12,41%	8,88%
8,75%	10,75%	11,00%	7,25%	10,00%	11,75%	14,25%	13,75%	7,00%
4,31%	5,90%	6,50%	5,83%	5,91%	6,40%	10,67%	6,29%	2,95%
<ul style="list-style-type: none"> <li>Tábua de expectativa de vida média aos 55 anos é de 83,9 anos.</li> <li>Implantação de Plano de Contingência.</li> <li>Reforço no atendimento aos participantes, na gestão de riscos e na gestão de TI, com mudanças organizacionais e de processos.</li> <li>Fibra adota nova logomarca.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alteração da Taxa de Juros Atuarial de 6% a.a. para 5,75% a.a..</li> <li>Melhorias nos processos de segurança e disponibilidade de informação.</li> <li>Alteração do Estatuto para inclusão da paridade nos colegiados entre membros eleitos e membros indicados por ITAIPU.</li> <li>Fibra recebe prêmio da ANCEP na categoria Integração e Comprometimento Técnico.</li> <li>Criação do Benefício Especial Temporário por Morte - BETM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O patrimônio da Fibra atinge a R\$ 2 bilhões.</li> <li>Concessão do 1.500º benefício.</li> <li>Apresentação ao Conselho de Administração de ITAIPU sobre o modelo de gestão, resultados e desafios da Fibra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de novo canal de comunicação – SMS.</li> <li>Nº de Assistidos supera o Nº de Ativos.</li> <li>Implantação do Programa de Educação Financeira e Previdenciária.</li> <li>Alteração da Taxa de Juros Atuarial de 5,75% a.a. para 5,50% a.a..</li> <li>Folha de Benefícios da Fibra ultrapassa 10 milhões mensais.</li> <li>Primeira pensionista da Fibra a completar 100 anos: Cecília Salgado Alvarenga.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tábua de expectativa de vida média aos 55 anos é de 85 anos.</li> <li>Efetuada revisão de 14,50% das alíquotas de contribuição para cobrir custeio do Plano de Benefícios.</li> <li>A Fibra completa 25 anos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Primeiro investimento no Exterior.</li> <li>Mudança do ambiente regularório pelo CNPC Res. nº 15 e 16, alterando critérios de apuração dos ativos e passivos dos fundos de pensão.</li> <li>Reversão do fundo administrativo de R\$ 23,3 milhões em prol do fundo previdenciário.</li> <li>Adesão da Fibra ao REFIS (R\$ 29,4 milhões).</li> <li>A Fibra encerrou o exercício com um equilíbrio técnico ajustado positivo de R\$ 2,2 milhões.</li> <li>Implantada plataforma responsiva no site da Fibra.</li> <li>Efetuada revisão de 4,80% das alíquotas de contribuição para cobrir custeio do Plano de Benefícios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantada metodologia para certificação dos controles internos existentes.</li> <li>Iniciado o Projeto Fibra do Futuro, com o objetivo de assegurar a continuidade das atividades da Fundação, englobando as perspectivas de pessoas, de processos e de infraestrutura para preparar a estrutura para enfrentar os desafios que vierem.</li> <li>Lançamento de APP para dispositivos móveis, com informações em tempo real, dos principais serviços disponíveis no site da Fibra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Patrimônio atinge 3 bi.</li> <li>100% dos dirigentes habilitados e certificados.</li> <li>Portal de Educação Financ. e Previd. é totalmente reestilizado.</li> <li>Plano de sucessão em todos os níveis.</li> <li>Nova visão estratégica - Cuidar do futuro das pessoas.</li> <li>Diretor Superintendente da Fibra, recebe os prêmios de dirigente do Ano da ABRAPP e da ANCEP.</li> <li>Concessão do 2.000º benefício.</li> <li>Aprovação, pelo Conselho de Itaipu, das diretrizes binacionais para saldamento dos planos vigentes e criação de novos planos previdenciários.</li> <li>Folha de Benefícios ultrapassa 15 milhões mensais</li> <li>Implantação de novo canal de Comunicação - TV Fibra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fibra lança nova versão do APP.</li> <li>Eleição para os colegiados (CD e CI) com votação recorde de ativos e assistidos - implantação da votação eletrônica também para os assistidos.</li> <li>Contratação, pela ITAIPU, de consultoria para levar adiante o projeto de saldamento dos planos vigentes e criação de novos planos previdenciários.</li> <li>Case da Fibra (Acolhimento Pensionistas) é escolhido para ser apresentado no 38º Congresso Brasileiro da ABRAPP.</li> </ul>
Silvio Renato Rangel Silveira (Dir. Superint.) Denyse Gubert Rocha (Dir. de Adm. e Financeira) Floricio Medeiros da Costa (Dir. Seguridade) Antônio José Correia Ribas (Pres. Cons. Delib.)			Denyse Gubert Rocha (Diretora de Adm. e Processos)	Denyse Gubert Rocha (Diretora de Adm. e Processos)		Silvio Renato Rangel Silveira (Diretor Superintendente) Denyse Gubert Rocha (Diretora de Adm. e Processos) Floricio Medeiros da Costa (Dir. Seguridade) João Emílio Corrêa da Silva de Mendonça (Pres. Conselho Deliberativo)		
		João Carlos F. Garcia (Presid. Cons. Fiscal)		Márcia Abreu de A. Buerger (Presid. Cons. Fiscal)				Andrea Silva Medeiros (Presid. Cons. Fiscal)
Silvio S. Melamed (Pres. do Comitê de Invest.)		Márcia Abreu de Aguiar Buerger (Pres. do Comitê de Investimentos)		Luiz C. Rossi (Pres. do C. de Invest.)		Luiz Covello Rossi (Pres. do Comitê de Investimentos)		
Jorge Miguel Samek	Jorge Miguel Samek	Jorge Miguel Samek	Jorge Miguel Samek	Jorge Miguel Samek	Jorge Miguel Samek	Jorge Miguel Samek	Jorge Miguel Samek	Luiz Fernando Vianna
20	20	20	20	20	20	20	20	20
91.651	85.970	92.245	98.287	98.630	87.795	89.215	103.098	96,3
		Dilma Rousseff				Michel Temer		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Acordo ortográfico entra em vigor.</li> <li>Fusão entre Sadia e Perdigão.</li> <li>Brasil se torna credor do FMI.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eleição da primeira mulher para a Presidência da República.</li> <li>População brasileira atingi 190 milhões.</li> <li>Brasília completa 50 anos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Autorizada a construção da usina em Belo Monte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SELIC cai para menor índice da história (7,25% a.a.).</li> <li>Governo muda regras da poupança.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil perde a semi final da copa de 7 X 1 para a Alemanha.</li> <li>Deflagrada a Operação Lava Jato.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil entra em recessão.</li> <li>Tragédia de Mariana - Casas, ruas e vidas foram destruídas pelo mar de lama que desceu da barragem de mineração da Samarco, em Minas Gerais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Presidente Dilma Rousseff sofre impeachment.</li> <li>Jogos Olímpicos no Brasil.</li> <li>Fantasma do desemprego assombra os brasileiros.</li> <li>Eduardo Cunha (presidente da Câmara) é cassado e preso.</li> <li>Uber começa operar no Brasil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Morre em acidente aéreo, Teori Zavaski, relator da Lava Jato no STF.</li> <li>Delações premiadas e a prisão de políticos marcam o ano.</li> <li>Inflação baixa, mas desemprego continua alto.</li> </ul>
US\$ 198,19 bilhões	US\$ 256,80 bilhões	US\$ 298,20 bilhões	US\$ 312,89 bilhões	US\$ 312,02 bilhões	US\$ 352,82 bilhões	US\$ 334,74 bilhões	US\$ 326,29 bilhões	US\$ 313,60 bilhões (valor estimado)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Pandemia da gripe H1N1.</li> <li>O Brasil superou a capital espanhola Madri e é escolhido para sediar as Olimpíadas de 2016.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Terremoto no Haiti / morre Zilda Arns.</li> <li>Terremoto no Chile.</li> <li>Resgate de 33 trabalhadores presos em mina no Chile.</li> <li>Espanha campeã na Copa do Mundo da África do Sul.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crise na Europa.</li> <li>Revolta no Mundo Árabe.</li> <li>Terremoto e Tsunami no Japão.</li> <li>Morre Osama Bin Laden.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Barack Obama reeleito presidente EUA.</li> <li>Crise política e econômica na Europa.</li> <li>Cataratas do Iguaçu recebem título de uma das novas 7 maravilhas da natureza.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Renúncia do Papa Bento XVI.</li> <li>Argentino Jorge Mario Bergoglio (Papa Francisco), de 76 anos, é eleito como o sucessor de Bento XVI.</li> <li>Morre Margaret Thatcher.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cuba e EUA se reaproximam diplomaticamente.</li> <li>Ebola assusta o mundo com mais de 18 mil casos e 7 mil mortos.</li> <li>Uma sonda espacial consegue o feito de pousar em um cometa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atentados - Paris sofre dois ataques terroristas impactantes (mais de 350 feridos e 130 mortos).</li> <li>Crise migratória na Europa - Maior crise desde a Segunda Guerra Mundial, causada por refugiados que deixaram países devastados pela guerra e fome.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tragédia da Chapecoense - Time sofre desastre aéreo na colômbia com 71 vítimas fatais</li> <li>Morre Fidel Castro</li> <li>Reino Unido decide pelo Brexit</li> <li>Donald Trump vence as eleições nos EUA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Venezuela enfrenta a fome</li> <li>Guerra de palavras entre EUA e Corela do Norte aterrorizou o mundo</li> <li>500 anos da reforma protestante</li> </ul>



25 anos





## Um pouco de história

Em 1988, há exatos trinta anos, o índice de inflação no Brasil atingia a casa de 980,21%. As reservas internacionais do País eram de pouco mais de US\$ 9 bilhões e a dívida externa superava US\$ 113,5 bilhões. Os 144 milhões de brasileiros ganhavam uma nova Constituição, a chamada “Constituição Cidadã”, e se preparavam para as primeiras eleições diretas para presidente da República, marcadas para o ano seguinte. Foi nesse cenário, recheado de expectativas, incertezas e muita esperança, que nasceu a Fundação Itaipu – Fibra, por meio de um ato assinado pelo então Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu, Ney Braga, em 22 de fevereiro de 1988. O início das atividades deu-se em 1º de abril do mesmo ano.

“A Fibra nasceu de uma vontade coletiva, quando o então DGB, Ney Braga, teve a sensibilidade política para entender sua necessidade e levá-la adiante”, afirmou André Zacharow, o primeiro diretor-superintendente da entidade e um dos formuladores do projeto. Segundo Zacharow, empregados oriundos de outras instituições, como Eletrobras, Furnas e Eletrosul, que já participavam de fundos de pensão em suas empresas de origem, defendiam a necessidade de se criar uma instituição que garantisse aos empregados um benefício complementar por ocasião da aposentadoria oficial.



André Zacharow

À época, sem conhecer a dimensão do que representava a previdência complementar, o próprio Ney pediu que fôssemos estudar”. No final de 1986, uma comissão, formada por Zacharow, Sílvio Teixeira Álvares, Renato Follador Junior e Eraldo Luiz Kuster, deu início aos estudos.

“Tivemos que começar do zero”, lembra Zacharow. As dificuldades foram inerentes a qualquer projeto em início de execução, envolvendo, além das questões legal e burocrática, a criação de um minucioso cadastro dos empregados da Itaipu e seus familiares, como ponto de partida para as questões atuariais. Também foram priorizados investimentos na área de informática, preparando a Fibra para o futuro.

Nos primeiros anos, o crescimento da Fibra foi intenso. “Nós arrecadávamos e investíamos. As despesas, em relação

às receitas, eram mínimas”, lembra o ex-superintendente. No período, aconteceram os primeiros investimentos em imóveis, como a compra do edifício Parigot de Souza, sede da Itaipu em Curitiba, e dez andares no edifício Centro Comercial Itália, também em Curitiba.

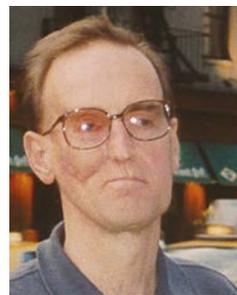
Em 1997, após uma década, a Fibra vivia outro momento. Classificada no *ranking* do setor de previdência complementar entre os 50 maiores fundos de pensão do País, era preciso aprimorar o modelo de gestão em todas as áreas, incrementar novos processos e implantar um sistema que acompanhasse a evolução tecnológica, a começar pelo temor ao Bug do Milênio que se avizinhava. “Eu e meus colegas de Diretoria assumimos a Fibra em um momento crucial. O próprio mundo vivia um período de grandes transformações. E foi isso que procuramos fazer: mudar conceitos e paradigmas”, afirmou Rubens Ghilardi, diretor-superintendente entre 1997-2000.



Rubens Ghilardi

Além de uma série de medidas de ordem administrativa, que visava desde mudanças no quadro de empregados à redução de custos de materiais e serviços, os novos dirigentes priorizaram a implementação do Programa de Qualidade. “Era preciso uma mudança radical no modelo de gestão”, lembra Ghilardi. Para atingir o grau de satisfação desejável, buscou-se a adoção de práticas e modelos voltados à melhoria contínua de seus processos em todas as áreas da Fibra. Por decisão interna, o primeiro setor foi o de investimentos, com a implantação da ISO 9000, que foi posteriormente estendida a todos os demais setores da fundação. “O que se buscou foi a revisão nos processos”, conta ele.

Em 2000, o engenheiro civil Marcos Antonio Schwab assume a função de diretor-superintendente, e o Planejamento Estratégico passa a ser priorizado. Entre outras medidas adotadas, está a introdução da auditoria externa na gestão dos investimentos. Em 2002, o patrimônio da Fibra atinge a casa dos R\$ 500 milhões.



Marcos Antonio Schwab

Em 2003, Margaret Mussoi Luchetta Groff, engenheira civil, é escolhida para ser a nova diretora-superintendente da Fibra. Sua atuação como técnica na fundação foi justamente na área de investimentos. Groff acompanhou e ajudou a implementar

uma série de mudanças ocorridas em períodos anteriores. “A Fibra foi uma experiência profissional muito rica. Tanto como técnica como diretora. Na verdade, as duas funções se complementaram. Pude aprender e depois coordenar ações que contribuíram para a melhoria dos processos e resultados da fundação”, afirmou.

Groff destaca a implantação do modelo Asset Liability Management – ALM em sua gestão, buscando a melhor alocação dos investimentos de recursos garantidores do plano de benefícios, considerando os retornos esperados e os riscos de cada segmento das aplicações, respeitando as restrições legais, regulamentares e os compromissos atuariais. “Trata-se de uma ferramenta altamente eficaz, que visa garantir a sustentabilidade e a saúde de uma gestão estratégica que gerencia recursos de médio e longo prazos”. Citou ainda a reversão da dívida em pagamento dos imóveis de Foz do Iguaçu à Itaipu e o restabelecimento da dívida original a ser paga por Itaipu.

Como um novo e moderno modelo de gestão, lembrou-se da criação, em 2005, do Grupo de Trabalho para Avaliação do Plano de Benefícios, integrado por empregados da Itaipu e da Fibra, membros eleitos dos colegiados e sindicalistas. “Pela primeira vez na história, sindicalistas tiveram acesso a dados, informações e números que compunham o Plano de Benefícios da Fibra. Foi uma demonstração de transparência e larga participação dos trabalhadores. Desse grupo, originou-se uma série de sugestões e medidas que foram adotadas em benefício da segurança do plano para todos os participantes”, lembra Groff. Neste período, a Fibra sobe para 38º lugar no ranking dos fundos de pensão brasileiros e supera o patrimônio de R\$ 1 bilhão.

A partir de 2006, o então diretor de seguridade, Sílvio Renato Rangel Silveira, é escolhido pela patrocinadora como diretor-superintendente. Analista de Sistemas e Bacharel em Direito, com MBA Executivo Internacional, Rangel já ocupava a função de diretor da Fibra há 9 anos, quando acumulou experiência na introdução de inovações na gestão, como o comitê de investimentos, a política de investimentos, o programa da qualidade, a certificação ISO9000, o planejamento estratégico, e os estudos para avaliação do plano de benefícios.



Margaret Mussoi Luchetta Groff



Sílvio Renato Rangel Silveira

Ao assumir como diretor superintendente, Rangel promoveu o aperfeiçoamento do modelo de planejamento estratégico, introduzindo o chamado Balanced Score Card – BSC – com indicadores de gestão que alinharam o pagamento de participação nos resultados aos empregados com o atingimento de metas de gestão.

Também foram promovidas mudanças organizacionais, com a criação da Gerência de Relacionamento com Participantes, da Assessoria de Gestão e Controles Internos e do Comitê de Gestão Estratégica, e priorizando a análise de riscos, como insumo para melhoria contínua dos processos internos. Também foi introduzido o Comitê de Combate a Fraudes e à Corrupção.

Neste período foram intensificadas as discussões sobre o saldamento do plano de benefício definido vigente, inicialmente com a patrocinadora Itaipu, depois com representantes dos participantes, e finalmente com representantes do Paraguai, que culminaram em 2016 com a aprovação, pelo Conselho de Administração de Itaipu, das diretrizes binacionais para saldamento do plano BD vigente e criação de um novo plano, na modalidade de Contribuição Definida.

A atuação associativa de Rangel também foi intensa, destacando-se as funções de presidente da Associação dos Fundos de Pensão do Paraná (PREVIPAR) e de membro do conselho da Associação Brasileira dos Fundos de Pensão (ABRAPP). Por sua contribuição à melhoria da regulamentação do sistema, em 2016 recebeu o prêmio de “Dirigente Nacional” da ABRAPP, e de “Dirigente do Ano” da ANCEP, e também foi honrado pela PREVIPAR, que atribuiu seu nome ao Troféu Solidariedade daquele ano.

Somando o período de diretor superintendente, diretor de seguridade e diretor administrativo e financeiro, Rangel atuou na Fibra por 21 anos. “Quando cheguei na Fibra, em 1997, a entidade possuía pouco mais de R\$ 200 milhões em patrimônio, e só 443 aposentados e pensionistas. Agora, ao me despedir da Fibra, deixo um patrimônio de R\$ 3,5 bilhões, com mais de 1.818 aposentados e pensionistas. Nestes 21 anos em que atuei como diretor, não foram poucas as crises do mercado, e nem pequenos os desafios. Mas acredito que, impulsionado pelo firme compromisso com os participantes e com a sustentabilidade do plano de benefícios, apoiado pela equipe de colaboradores, pelos colegiados e pela direção de Itaipu, com a confiança dos participantes, pude dar minha contribuição à Fibra e ao Sistema de Previdência Complementar, por meio da incansável busca por padrões técnicos e éticos elevados”, concluiu Rangel.

# BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO



R\$ mil			R\$ mil		
ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>134</b>	<b>167</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>13.676</b>	<b>12.996</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>3.627.778</b>	<b>3.426.351</b>	Gestão Previdencial	7.122	6.916
Gestão Previdencial	83.915	93.900	Gestão Administrativa	1.418	1.386
Gestão Administrativa	7.549	7.240	Investimentos	5.136	4.694
<b>Investimentos</b>	<b>3.536.314</b>	<b>3.325.211</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>129.112</b>	<b>124.957</b>
Títulos Públicos	2.546.088	2.470.069	Gestão Previdencial	6.572	6.343
Créditos Privados e Investimentos	15.154	14.763	Gestão Administrativa	6.239	5.873
Fundos de Investimento	661.854	540.989	Investimentos	116.301	112.741
Investimentos Imobiliários	88.169	83.111	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>3.485.640</b>	<b>3.289.176</b>
Empréstimos	82.963	80.506	Patrimônio de Cobertura do Plano	3.467.241	3.272.787
Depósitos Judiciais/Rekursais	142.086	135.773	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>3.772.724</b>	<b>3.588.457</b>
<b>PERMANENTE</b>	<b>516</b>	<b>611</b>	Benefícios Concedidos	2.850.000	2.638.248
Imobilizado	417	438	Benefícios a Conceder	967.291	997.402
Intangível	99	173	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(44.567)	(47.193)
			<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>(305.483)</b>	<b>(315.670)</b>
			Resultados Realizados	(305.483)	(315.670)
			Déficit Técnico Acumulado	(305.483)	(315.670)
			<b>Fundos</b>	<b>18.399</b>	<b>16.389</b>
			Fundos Administrativos	10.331	9.605
			Fundos dos Investimentos	8.068	6.784
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.628.428</b>	<b>3.427.129</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3.628.428</b>	<b>3.427.129</b>

# DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>3.272.787</b>	<b>2.968.181</b>	<b>10,26</b>
<b>1. Adições</b>	<b>454.325</b>	<b>536.490</b>	<b>(15,32)</b>
(+) Contribuições	120.396	121.496	(0,91)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	331.518	414.994	(20,11)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	2.411	-	100,00
<b>2. Destinações</b>	<b>(259.871)</b>	<b>(231.884)</b>	<b>12,07</b>
(-) Benefícios	(243.317)	(214.902)	13,22
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(1.603)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(16.554)	(15.379)	7,64
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>194.454</b>	<b>304.606</b>	<b>(36,16)</b>
(+) Provisões Matemáticas	184.267	312.258	(40,99)
(-) Déficit/ Superávit Técnico do Exercício	10.187	(7.652)	(233,13)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>3.467.241</b>	<b>3.272.787</b>	<b>5,94</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>18.399</b>	<b>16.389</b>	<b>12,26</b>
(+) Fundos Administrativos	726	1.416	(48,73)
(+) Fundos dos Investimentos	1.284	1.395	(7,96)

# DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>3.620.771</b>	<b>3.419.870</b>	<b>5,87</b>
Disponível	126	162	-22,22
Recebível	94.419	103.677	-8,93
Investimento	<b>3.526.226</b>	<b>3.316.031</b>	<b>6,34</b>
Títulos Públicos	2.546.088	2.470.069	3,08
Créditos Privados e Investimentos	15.154	14.763	2,65
Fundos de Investimento	651.766	531.809	22,56
Investimentos Imobiliários	88.169	83.111	6,09
Empréstimos	82.963	80.506	3,05
Depósitos Judiciais/Recursais	142.086	135.773	4,65
<b>2. Obrigações</b>	<b>135.131</b>	<b>130.694</b>	<b>3,39</b>
Operacional	12.258	11.610	5,58
Contingencial	122.873	119.084	3,18
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>18.399</b>	<b>16.389</b>	<b>12,26</b>
Fundos Administrativos	10.331	9.605	7,56
Fundos dos investimentos	8.068	6.784	18,93
<b>5. Ativo Líquido ( 1-2-3)</b>	<b>3.467.241</b>	<b>3.272.787</b>	<b>5,94</b>
Provisões Matemáticas	3.772.724	3.588.457	5,13
Déficit Técnico	(305.483)	(315.670)	-3,23
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a. Equilíbrio Técnico	(305.483)	(315.670)	-3,23
b. (+) Ajuste de Precificação	143.320	147.828	-3,05
(-/+ ) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	<b>(162.163)</b>	<b>(167.842)</b>	<b>(3,38)</b>

# DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

## CONSOLIDADA

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>3.289.176</b>	<b>2.981.760</b>	<b>10,31</b>
<b>1. Adições</b>	<b>456.673</b>	<b>539.215</b>	<b>(15,31)</b>
(+) Contribuições Previdenciais	103.842	106.116	(2,14)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	331.518	414.994	(20,11)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	2.411	-	100,00
(+) Receitas Administrativas	16.556	15.379	7,65
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.062	1.331	(20,21)
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	1.284	1.395	(7,96)
<b>2. Destinações</b>	<b>(260.209)</b>	<b>(231.799)</b>	<b>12,26</b>
(-) Benefícios	(243.317)	(214.902)	13,22
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		(1.603)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(16.892)	(15.294)	10,45
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>196.464</b>	<b>307.416</b>	<b>(36,09)</b>
(+) Provisões Matemáticas	184.267	312.257	(40,99)
(-/+ ) Superavit / Deficit Técnico do Exercício	10.187	(7.652)	(233,13)
(+/-) Fundos Administrativos	726	1.416	(48,73)
(+) Fundos dos Investimentos	1.284	1.395	(7,96)
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>3.485.640</b>	<b>3.289.176</b>	<b>5,97</b>

# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>9.605</b>	<b>8.189</b>	<b>17,29</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>17.618</b>	<b>16.710</b>	<b>5,43</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>17.618</b>	<b>16.710</b>	<b>5,43</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	16.556	15.379	7,65
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.062	1.331	-20,21
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(16.892)</b>	<b>(15.294)</b>	<b>10,45</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>(10.752)</b>	<b>(9.805)</b>	<b>9,66</b>
Pessoal e encargos	(7.697)	(6.967)	10,48
Treinamentos/congressos e seminários	(39)	(45)	-13,33
Viagens e estadias	(200)	(185)	8,11
Serviços de terceiros	(1.355)	(1.195)	13,39
Despesas gerais	(513)	(482)	6,43
Depreciações e amortizações	(109)	(110)	-0,91
Tributos	(839)	(821)	2,19
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>(6.140)</b>	<b>(5.489)</b>	<b>11,86</b>
Pessoal e encargos	(4.629)	(4.056)	14,13
Treinamentos/congressos e seminários	(32)	(57)	-43,86
Viagens e estadias	(171)	(148)	15,54
Serviços de terceiros	(819)	(754)	8,62
Despesas gerais	(189)	(178)	6,18
Depreciações e amortizações	(90)	(91)	-1,10
Tributos	(210)	(205)	2,44
<b>4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-4)</b>	<b>726</b>	<b>1.416</b>	<b>(48,73)</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>726</b>	<b>1.416</b>	<b>(48,73)</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>10.331</b>	<b>9.605</b>	<b>7,56</b>

# DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>3.610.440</b>	<b>3.410.265</b>	<b>5,87</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>3.772.724</b>	<b>3.588.457</b>	<b>5,13</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>2.850.000</b>	<b>2.638.248</b>	<b>8,03</b>
Benefício Definido	2.850.000	2.638.248	8,03
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>967.291</b>	<b>997.402</b>	<b>(3,02)</b>
Benefício Definido	967.291	997.402	(3,02)
<b>1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>(44.567)</b>	<b>(47.193)</b>	<b>(5,56)</b>
(-) Serviço passado	(44.567)	(47.193)	(5,56)
(-) Patrocinador(es)	(44.567)	(47.193)	(5,56)
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(305.483)</b>	<b>(315.670)</b>	<b>(3,23)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(305.483)</b>	<b>(315.670)</b>	<b>(3,23)</b>
(-) Déficit técnico acumulado	(305.483)	(315.670)	(3,23)
<b>3. Fundos</b>	<b>8.068</b>	<b>6.784</b>	<b>18,93</b>
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.068	6.784	18,93
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>12.258</b>	<b>11.610</b>	<b>5,58</b>
4.1 Gestão Previdencial	7.122	6.916	2,98
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	5.136	4.694	9,42
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>122.873</b>	<b>119.084</b>	<b>3,18</b>
5.1 Gestão Previdencial	6.572	6.343	3,61
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	116.301	112.741	3,16

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, em milhares de reais.

## 1 Contexto Operacional

A Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, entidade patrocinada pela ITAIPU Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2017, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pelas Resoluções nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e 4.275, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da Fibra é único e pertence à modalidade de "Benefício Definido", tendo como principal objetivo suplementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da Fibra são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Benefício especial temporário por morte;
- Auxílio reclusão;
- Auxílio funeral por morte de beneficiário;
- Suplementação do abono anual.

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstos pelo Regulamento.

A estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido nas suas políticas de investimentos.

## 2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

### 2.1 Legislação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC. Foi também observada a ITG 2001, Interpretação Técnica Geral aprovada pela Resolução CFC n.º 1.272/10, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas EFPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e de longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA mantidos pela Fundação.

### 2.2 Consolidação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e alterações introduzidas pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, além da ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e abrangem as demonstrações contábeis da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social, relativas ao Plano de Benefícios cadastrado no CNPB 19880012-18 e ao seu Plano de Gestão Administrativo - PGA.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, conforme estabelece os itens 28 e 29, do Anexo A, da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, foram efetuadas as seguintes eliminações, referente às operações entre o Plano de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa - PGA, para não apresentar valores em duplicidade no patrimônio da fundação:

Item	Conta Contábil	Nome da Conta	2017	2016
<b>Plano de Benefícios</b>				
1	1.2.1.9.06	Valores a Receber do PGA	172	172
2	1.2.2.3.01	Participação no Plano de Gestão Administrativa - PGA	10.331	9.605
3	2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo - PGA	(10.331)	(9.605)
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>				
4	2.1.2.9.01.02	Valores a Pagar para o Plano de Benefícios	(172)	(172)

### Registros contábeis no Plano de Benefícios:

(1) o saldo de R\$ 172 (R\$ 172 em 2016) referente a valor a receber do Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativo às contribuições dos empregados descontadas em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano de Benefícios no início de 2018.

(2) o valor de R\$ 10.331 (R\$ 9.605 em 2016) referente à participação no Plano de Gestão Administrativa, registrado no ativo do Plano de Benefícios, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabelece a PREVIC (contrapartida da conta 2.3.2.2.02.01).

(3) o valor de R\$ (10.331) (R\$ 9.605 em 2016) referente à participação no Fundo Administrativo - PGA, registrado no passivo do Plano de Benefícios, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabelece a PREVIC (contrapartida da conta 1.2.2.3.01).

### Registros contábeis no Plano de Gestão Administrativa - PGA:

(4) valor de R\$ 172 (R\$ 172 em 2016) referente à conta a pagar para o Plano de Benefícios, relativo às contribuições dos empregados descontadas em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano de Benefícios no início de 2018 (contrapartida da conta 1.2.1.9.06).

### 3 Resumo das Principais Práticas Contábeis

Apresentamos a seguir, as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, que foram elaboradas em atendimento nos seguintes normativos; Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações introduzidas por meio da Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, que estabeleceram normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, respectivamente e em atendimento à ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas EFPC.

#### 3.1 Apuração de Resultados – Superávit Técnico/Déficit Técnico

Os resultados dos exercícios de 2017 e 2016 do Plano de Benefícios foram apurados pelo regime de competência. A partir do exercício de 2014, a Fundação passou a apurar também o Equilíbrio Técnico Ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 (Notas Explicativas 4.3.7 e 8).

#### 3.2 Investimentos

##### • Títulos Públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

(i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i) acima são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (ii) acima são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

##### • Investimentos Imobiliários

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustados a valor de mercado por reavaliação efetuada em maio de 2017, suportada por laudos técnicos, subtraída a depreciação acumulada e acrescida dos aluguéis a receber. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados

##### • Operações com Participantes

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003 são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC,

acrescidas de juros de 0,7% ao mês, em ambas as operações incidem ainda IOF e seguro.

##### • Provisão para Perdas

Constituída considerando a avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

#### 3.3 Ativo Permanente

Os valores estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, as adições a partir de 1996 estão demonstradas pelo custo de aquisição e consideram ainda:

##### a) Imobilizado

Depreciação anual de 10% para móveis e utensílios e para máquinas e equipamentos (10 anos) e 20% para computadores e periféricos (5 anos), calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição.

##### b) Intangível

Amortização realizada pela taxa anual de 20% (5 anos).

A partir de 02 de maio de 2016, a Fibra passou a adotar o critério estabelecido na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, com relação a bens de pequena monta. Em seu Art 15 estabelece que: *“O custo de aquisição de bens do ativo não circulante imobilizado e intangível não poderá ser deduzido como despesa operacional, salvo se o bem adquirido tiver valor unitário não superior a R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) ou prazo de vida útil não superior a 1 (um) ano.”* Diante disso, os bens adquiridos pela Fibra com valor abaixo de R\$ 1.200,00 foram considerados como despesa, e acima desse valor foram considerados como imobilizados conforme sua nomenclatura.

#### 3.3.1 - O Ativo Permanente teve a seguinte evolução:

	2017	2016
<b>Imobilizado</b>	<b>417</b>	<b>438</b>
Saldo inicial	438	430
Adições no exercício	106	129
(-) Depreciações no exercício	(127)	(121)
<b>Intangível</b>	<b>99</b>	<b>173</b>
Saldo inicial	173	229
Adições no exercício	2	24
(-) Amortizações no exercício	(76)	(80)
<b>Saldo do Ativo Permanente</b>	<b>516</b>	<b>611</b>

### 3.3.2. A composição do Ativo Permanente é a seguinte:

	2017	2016
<b>Imobilizado</b>	<b>417</b>	<b>438</b>
Móveis e Utensílios	117	137
Custo de aquisição	326	327
(-) Depreciações acumuladas	(209)	(190)
Máquinas e Equipamentos	61	80
Custo de aquisição	219	266
(-) Depreciações acumuladas	(158)	(186)
Computadores e Periféricos	239	158
Custo de aquisição	809	754
(-) Depreciações acumuladas	(570)	(596)
Imobilizado em Andamento		
Custo de Aquisição	-	63
<b>Intangível</b>	<b>99</b>	<b>173</b>
Custo de aquisição	588	586
(-) Amortizações acumuladas	(489)	(413)
<b>Saldo do Ativo Permanente</b>	<b>516</b>	<b>611</b>

### 3.4 Exigível Operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

### 3.5 Exigível Contingencial

Os valores registrados no exigível contingencial, relativos à Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no Grupo Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados pelos valores históricos atualizados.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF judicialmente, tomando como base à alíquota de 20% sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001. Os valores dos depósitos judiciais atualizados estão registrados no Ativo na Fundação, conforme estabelece a PREVIC.

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 01 de janeiro de 2005, a Fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda.

Em 2014, a Fundação aderiu ao REFIS, conforme aprovação de seu Conselho Deliberativo (Nota Explicativa 6).

### 3.6 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas do Plano de Benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos da consultoria atuarial externa Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda, contratada pela entidade.

#### 3.6.1 Métodos de Financiamentos e Hipóteses Atuariais Utilizadas nas Reavaliações Atuariais

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos ao auxílio reclusão e ao benefício especial temporário por morte, que são avaliados pelos métodos de capital de cobertura e ao auxílio funeral e a devolução de contribuição a designado, pelo método de

repartição simples. A estrutura do cálculo atuarial considera o crescimento real de salário, por meio da curva logística, que apresentou um crescimento médio de 2,54% ao ano (2,45% em 2016) na idade média dos participantes do Plano, uma taxa de rotatividade média de 0,12% ao ano (a mesma adotada em 2016), apurada pela curva polinomial do 3º grau e uma taxa de desconto atuarial à razão de 5,76% ao ano.

Na avaliação atuarial do ano de 2017, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais, conforme aprovação do Conselho Deliberativo, por meio da Resolução nº 011, de 31 de outubro de 2017:

Item	Hipóteses Atuariais	2017	2016
1	Taxa Real de Juros	5,76%	5,76%
2	Reajuste Salarial	2,70% (IPCA nov/16 a out/17)	7,87% (IPCA nov/15 a out/16)
3	Crescimento Real de Salário	2,54%	2,45%
4	Fator de Capacidade de Benefício	97,37%	97,43%
5	Rotatividade	0,12%	0,12%
6	Tábua de Mortalidade Geral	AT- 2000 desagravada em 20%	AT- 2000 desagravada em 20%
7	Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT- 83 desagravada em 10%	AT- 83 desagravada em 10%
8	Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA
9	Composição Familiar	Família Média de dez/16 – HX (12) p/ ativos e Família Efetiva p/assistidos	Família Média de ago/15 – HX (12) p/ ativos e Família Efetiva p/assistidos

#### Definições:

- 1 - taxa real de juros para cálculo de desconto atuarial;
- 2 - IPCA - indexador utilizado pelos patrocinadores;
- 3 - percentual calculado por meio da curva logística, que expressa o crescimento real de salário, ao longo da carreira, na idade média dos participantes do Plano;
- 4 - fator atuarial que reflete a perda do poder aquisitivo do benefício entre duas datas sucessivas, com base na última reavaliação atuarial;
- 5 - percentual calculado por meio da curva polinomial de 2º grau, que expressa o percentual de saídas do Plano sem benefícios, ao longo dos anos futuros, na idade média dos participantes do Plano;
- 6 - base atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na expectativa de vida e morte do participante;
- 7 - base atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na experiência de mortalidade de inválidos;
- 8 - base e atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na experiência de entrada em invalidez;
- 9 - cálculo de reversão de benefício em pensão por morte de participante ativo ou aposentado, com utilização da "Família Média (Hx<sup>12</sup>)", baseada no cadastro da Fibra, para ativos, e "Família Efetiva", para assistidos.

#### • Benefícios Concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os atuais participantes e assistidos, que se encontram em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, aposentadorias, pensões e Benefício Especial Temporário por Morte (BETM).

#### • Benefícios a Conceder

A provisão de benefícios a conceder representa o valor atual dos compromissos líquidos futuros da entidade para com os atuais participantes que ainda não se encontram em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, é o valor atual dos benefícios futuros, líquido do valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes.

#### • Provisões Matemáticas a Constituir

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço passado, vinculado à Previdência Social dos participantes fundadores, conforme estabelece o inciso II do Artigo 19, do Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra. A metodologia de cálculo da Provisão Matemática a Constituir, bem como a atualização de seu saldo devedor, foi elaborada pelo atuário responsável quando da constituição do Plano e aplicada deste então. O detalhamento do cálculo das provisões matemáticas a constituir é o seguinte:

- a. **Cálculo original:** Montante apurado na criação da Fundação, considerando a massa de participantes e as premissas atuariais vigentes àquela época, que resultou em um custo suplementar a amortizar em 40 anos, correspondente a 2,32% do total da folha de remuneração dos empregados dos patrocinadores;
- b. **Prazo de amortização:** 480 meses a contar da data de constituição da Fundação, em abril de 1988, restando 135 parcelas para sua amortização total. Os prazos estabelecidos para amortização da provisão matemática a constituir não estão sujeitos aos prazos máximos estabelecidos nos itens 10 e 11 do Regulamento do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, por ter sido aprovada antes de 05 de setembro de 2002, conforme exceção prevista no item 12, do Anexo à citada Resolução;
- c. **Valor das parcelas:** Valor correspondente à aplicação de taxa Suplementar de 2,32% sobre a folha de salários dos empregados dos patrocinadores ITAIPU Binacional e Fibra. O patrocinador ITAIPU contribuiu com R\$ 5.594 em 2017 (R\$ 5.295 em 2016) e o patrocinador Fibra com R\$ 132 em 2017 (125 em 2016);
- d. **Data de vencimento das parcelas:** A data de vencimento das parcelas destinadas à cobertura da provisão matemática a constituir é de até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, conforme estabelece o artigo 20 do Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação;

- e. **Penalidade por atraso no pagamento das parcelas mensais:** De acordo com o §1º do Artigo 21 do Regulamento do Plano de Benefícios, no caso de atraso no pagamento das parcelas mensais destinadas a dar cobertura à provisão matemática a constituir, os encargos serão calculados da seguinte forma: multa de 2% sobre a totalidade do débito, sem prejuízo da atualização monetária e juros reais mensais de 0,5%, calculados pro rata dia ou encargos correspondentes às exigências atuariais de rentabilidade, o que for maior;
- f. **Taxa de Juros do recálculo atuarial anual:** Para fins de apuração do valor a ser contabilizado anualmente como saldo devedor utiliza-se a mesma taxa vigente nos cálculos atuariais, que em 31 de dezembro de 2017 corresponde a 5,76% ao ano; e
- g. **Saldo Devedor:** O saldo devedor é reavaliado anualmente pelo cálculo da anuidade que leva em conta a taxa de juros atuarial vigente, a folha de pagamentos com crescimento salarial e o número de parcelas de pagamento da dívida até sua extinção. Mensalmente é atualizado a partir do resultado obtido na avaliação do final do exercício, pelo método de recorrência, aplicando-se o percentual de 2,32% sobre a folha de pagamento corrigida, utilizando o indexador do Plano (IPCA) mais juros atuariais de 5,76% ao ano.

### 3.7 Fundos

#### • Plano de Gestão administrativa - PGA

##### Permanente

Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos da gestão administrativa dos recursos da gestão previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

##### Financeiro

A contribuição para atender aos gastos administrativos da Fibra, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições do patrocinador ITAIPU Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras, entre esse limite e o valor efetivamente realizado, são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo, para custeio futuro (Notas Explicativas 3.9 e 9).

##### • Investimentos

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas.

### 3.8 Recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na gestão previdencial e transferidos desta para a gestão administrativa para cobertura das despesas administrativas, conforme estabelece as normas da PREVIC.

### 3.9 Custeio Administrativo - PGA

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabeleceu as regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribuiu ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes para o custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil, dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma política de investimentos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA, a exemplo do que ocorre com o Plano de Benefícios.

De acordo com o Regulamento do PGA - Plano de Gestão Administrativa da Fibra, os recursos do Fundo Administrativo serão utilizados exclusivamente para fins de custeio de Despesas Administrativas e para reversão ao Plano Previdencial, observados os limites estabelecidos. Com base nos critérios aprovados, o saldo do fundo administrativo será revisto a cada 3 anos e poderá, mediante aprovação pelo Conselho Deliberativo, ser revertido o saldo que superar 50% das despesas administrativas do exercício anterior.

Em 2014 foi revertido R\$ 23.320 do Fundo Administrativo para o Plano de Benefícios. Em 2017, foi realizada análise e identificado que seria possível reverter R\$ 1.368. Porém para o exercício de 2018, estão previstas várias ações, que, no caso realizadas, irão demandar gastos administrativos extras por parte da Fibra, com destaque para: i) saldamento do plano de benefícios atual, incorrendo em várias despesas, dentre elas pareceres jurídicos e previdenciais, aquisição de sistemas e outras; ii) mudança da sede da Fibra para o Edifício do Centro Comercial Itália - CCI para que seja dada a continuidade nas reformas do Edifício Parigot de Souza, necessitando de ajustes na área a ser ocupada pela Fibra no CCI; e iii) construção do mezanino no Edifício Parigot de Souza para futura instalação da Fibra naquela área. Além das despesas extraordinárias previstas, o valor estimado para eventual reversão parcial do Fundo Administrativo é pouco relevante para o plano de benefícios da Fibra, mas será de suma importância para a garantia dos gastos administrativos futuros. Diante disso, e, primando pela prudência, uma vez que, após a reversão dos recursos estes não mais poderão retornar ao PGA, definiu-se pela não reversão neste exercício.

O Regulamento do PGA determina, também, que a Fundação deverá estabelecer indicadores de Gestão Administrativa e suas metas, para cada exercício, os quais deverão ser aprovados pelo Conselho Deliberativo. Para o exercício de 2017, os referidos indicadores e suas metas foram estabelecidos pelo Conselho Deliberativo, por meio da RCD nº 10/2016, de 12 de dezembro de 2016, e são:

a) **Taxa de Administração Hipotética** - Fórmula [(Despesas Administrativas Totais/Recursos Garantidores) x 100]. Seu objetivo é mensurar a relação das Despesas Administrativas sobre os Recursos Garantidores da Fibra. A meta para 2017 para este indicador era ficar abaixo de 0,6% e foi realizado 0,49% (0,46% em 2016);

b) **Taxa de Carregamento Hipotética** - Fórmula [(Despesas Administrativas Totais / (Contribuições + Benefícios)) x 100]. Seu objetivo é medir a relação das Despesas Administrativas sobre o fluxo Previdencial (Contribuições + Benefícios). A meta para 2017 era ficar abaixo de 7% e foi realizado 4,78% (4,82% em 2016);]

c) **Controle do Orçamento Administrativo** - sua forma de controle baseia-se no acompanhamento das despesas realizadas/despesas orçadas, objetivando verificar o percentual de assertividade da execução do orçamento administrativo. A meta para 2017 era de assertividade superior a 90% e foi realizado 95,54% (96,74% em 2016); e

d) **Cumprimento das Metas da PR 2017** - acompanhamento do percentual de conclusão das metas estabelecidas no Programa de Participação nos Resultados, tendo como objetivo verificar de forma ampla o desempenho quali-quantitativo da Fibra. A meta para 2017 era superar 95% de assertividade e foi realizado 97,37% (96,78% em 2016).

## 4 Realizável

### 4.1 Gestão Previdencial

	2017	2016
Contribuições normais e de autopatrocinadores	<b>5.665</b>	<b>5.474</b>
Patrocinador ITAIPU Binacional	5.640	5.467
Autopatrocinadores e Participantes	25	7
Contribuições extraordinárias - patrocinador ITAIPU Binacional	<b>872</b>	<b>845</b>
Contribuições contratadas - patrocinador ITAIPU Binacional	<b>71.756</b>	<b>79.322</b>
Outras contratações - Rescisão de Dação em Pagamento (nota explicativa 10)	71.756	79.322
Depósitos Judiciais/Rekursais	<b>309</b>	<b>430</b>
Depósitos Judiciais/Rekursais	309	430
Valores a receber do patrocinador ITAIPU - Art. 79 do Regulamento (Nota Explicativa 6.2)	<b>5.313</b>	<b>1.824</b>
Impacto atuarial - a receber do patrocinador ITAIPU - Art. 79 do Regulamento (*)	-	6.005
	<b>83.915</b>	<b>93.900</b>

(\*) Valor recebido pela FIBRA de R\$ 6.005 em 2016, decorrente da aplicação do § 1º do artigo 79 do Regulamento do Plano de Benefícios, em função da revisão administrativa da Norma de Periculosidade por Risco Elétrico realizada por Itaipu, nos termos da RCA 002/16, de 26 de fevereiro de 2016.

O detalhamento do Fundo Administrativo do PGA para a Gestão Previdencial consta nas Notas Explicativas 3.9 e 9. Enquanto que o detalhamento das contas que foram eliminadas para fins de Consolidação das Demonstrações Contábeis consta na Nota Explicativa 2.2.

### 4.2 Gestão Administrativa

	2017	2016
Contas a Receber	<b>1.288</b>	<b>1.327</b>
Sobrecarga Administrativa - patrocinador ITAIPU Binacional	1.288	1.327
Despesas antecipadas	<b>22</b>	<b>40</b>
Adiantamentos	22	40
Depósitos Judiciais/Rekursais	<b>6.239</b>	<b>5.873</b>
Depósitos Judiciais - PIS	872	821
Depósitos Judiciais - COFINS	5.367	5.052
	<b>7.549</b>	<b>7.240</b>

## 4.3 Investimentos

### 4.3.1 Composição analítica da carteira de investimentos do Plano de Benefícios - BD e do Plano de Gestão Administrativa – PGA

Tipo de Investimentos	2017		2016	
	Custo Histórico Aquisição	Valor Contábil	Custo Histórico Aquisição	Valor Contábil
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.807.846</b>	<b>2.546.088</b>	<b>1.767.597</b>	<b>2.470.069</b>
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>198.206</b>	<b>267.151</b>	<b>136.763</b>	<b>185.058</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e LFT - Plano BD	198.206	267.151	136.763	185.058
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>1.609.640</b>	<b>2.278.937</b>	<b>1.630.834</b>	<b>2.285.011</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e C - Plano BD	1.609.640	2.278.937	1.630.834	2.285.011
<b>Créditos Privados e Depósitos Instituições Financeiras</b>	<b>10.175</b>	<b>15.154</b>	<b>10.167</b>	<b>14.763</b>
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>71</b>	<b>76</b>	<b>63</b>	<b>70</b>
CDB- Certificado de Depósito Bancário - Plano BD	71	76	63	70
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>10.104</b>	<b>15.078</b>	<b>10.104</b>	<b>14.693</b>
Debentures Não Conversíveis - Plano BD	10.104	15.078	10.104	14.693
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>550.316</b>	<b>661.854</b>	<b>476.778</b>	<b>540.989</b>
<b>Fundos de Renda Fixa</b>	<b>296.923</b>	<b>303.688</b>	<b>220.100</b>	<b>233.580</b>
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>291.045</b>	<b>298.200</b>	<b>214.222</b>	<b>227.179</b>
Votorantim FI Institucional RF - Plano BD	79.524	84.323	-	-
Votorantim FI Institucional RF - PGA	3.990	4.172	-	-
Bradesco FI Ref. DI Premium - PGA	5.820	5.916	8.790	9.181
Bradesco FI Ref. DI Premium - Plano BD	101.711	103.428	205.432	217.998
AZ Quest Luce FIC FIRF CP LP - Plano BD	50.000	50.192	-	-
Porto Seguro FIRF CP - Plano BD	50.000	50.169	-	-
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>5.878</b>	<b>5.488</b>	<b>5.878</b>	<b>6.402</b>
BRZ Crédito Privado FIM - Plano BD	5.878	5.488	5.878	5.587
FIDC CEDAE - Plano BD	-	-	-	815
<b>Fundos Mútuos de Renda Variável- Plano BD</b>	<b>113.238</b>	<b>166.550</b>	<b>134.954</b>	<b>154.893</b>
M Square Inst FIC FIA	10.000	16.746	10.000	13.262
Ishares BOVA 11	79.497	112.265	79.510	88.571
Ishares PIBB 11	23.458	36.010	23.458	28.314
Sulamérica Expertise FIA	283	1.529	11.226	12.011
Vinci Gas Valor SmaI FIC FIA	-	-	10.760	12.734
Valores a receber	-	0	-	0
<b>Fundos de Investimentos em Participações - Plano BD</b>	<b>86.155</b>	<b>117.425</b>	<b>82.724</b>	<b>105.220</b>
Brascan de Petróleo e Gás	-	-	1.787	827
Capital Mezanino	-	-	-	-
Empreendedor Brasil FMIEE	3.309	8.795	3.309	9.322
Logística Brasil FIP	7.080	34.135	7.080	36.322
Terra Viva	4.782	553	4.751	552
BR Energias Renováveis I	30.000	14.188	30.000	12.098
Neo Capital Mezanino II	4.797	7.499	5.056	7.476
Pátria Real Estate II	7.412	11.801	7.160	12.743
Pátria Special Opportunities I	11.297	13.904	11.080	13.430
P2 Brasil Infraestrutura III FIC FIP	7.817	10.221	3.007	3.459
Ória Tech I FIP	9.661	16.329	9.494	8.991
<b>Fundos de Investimento no Exterior - Plano BD</b>	<b>54.000</b>	<b>74.191</b>	<b>39.000</b>	<b>47.296</b>
BB Multimercado BlackRock IE FI	32.430	42.351	19.430	23.435
BB Multimercado JPM IE FI	21.570	31.840	19.570	23.861
<b>Investimentos Imobiliários - Plano BD</b>	<b>11.701</b>	<b>88.169</b>	<b>11.701</b>	<b>83.111</b>
Aluguéis e Renda	11.701	88.169	11.701	83.111
<b>Empréstimos e Financiamentos - Plano BD</b>	<b>-</b>	<b>82.963</b>	<b>-</b>	<b>80.506</b>
Empréstimos	-	82.963	-	80.506
<b>Depósitos Judiciais de Investimentos - Plano BD</b>	<b>52.017</b>	<b>142.086</b>	<b>52.017</b>	<b>135.773</b>
<b>Total dos investimentos</b>	<b>2.432.055</b>	<b>3.536.314</b>	<b>2.318.260</b>	<b>3.325.211</b>

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. A Fundação contratou o Banco Bradesco S.A para atuar como custodiante das diversas carteiras de investimentos e os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, SELIC ou CBLC, conforme o caso.

Os títulos públicos da carteira do Plano BD possuem os seguintes vencimentos:

Prazos	Títulos para negociação			Títulos mantidos até o vencimento			Total Carteira
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma	
Até 60 dias							
De 61 a 180 dias							
De 181 a 360 dias				15.485		15.486	15.486
Acima de 360 dias	267.151		267.151	2.263.451		2.263.451	2.530.602
<b>Total</b>	<b>267.151</b>	<b>-</b>	<b>267.151</b>	<b>2.278.937</b>	<b>-</b>	<b>2.278.937</b>	<b>2.546.088</b>

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria.

### 4.3.2 Letras Financeiras do Tesouro – AL

Em 1995 e 1996 a Fundação adquiriu Letras Financeiras do Tesouro de Alagoas – LFTAL, que não foram honradas nos respectivos vencimentos, em junho de 1997, 1999 e 2000, ocasião em que, foram consideradas integralmente como perda, com as devidas baixas contábeis. Devido à inadimplência, a Fundação ingressou com ação judicial, tendo obtido sentença favorável em primeira instância relativa a um dos lotes vencidos.

A União, com base inicialmente na Resolução do Senado nº 36/2000 e posteriormente na Resolução nº 53/2002, firmou contrato de refinanciamento com o Estado de Alagoas. A União firmou também contrato com os credores, com a interveniência do Estado de Alagoas, que resultou na troca dos Títulos Estaduais por Títulos Federais.

Esta troca foi realizada nos termos e condições do acordo entre os Credores e o Estado de Alagoas, mediante a concessão de deságio em favor do Estado de Alagoas, conforme aprovado pelo Conselho de Curadores da Fibra, por meio das Resoluções nº 005, de 22 de março de 2002, e nº 013º, de 16 de setembro de 2002, com a manifestação favorável da diretoria jurídica de ITAIPU.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela consultoria jurídica, pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela Fibra e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

A discussão judicial quanto à validade dos títulos transcorreu no âmbito da Justiça Federal do Rio de Janeiro e no âmbito da Justiça Estadual de Alagoas. Em decisão de 25 de outubro de 2011, o Tribunal de Justiça

de Alagoas se manifestou pela incompetência, pugnando por remeter o processo à Justiça Federal.

Foi Instaurado conflito de competência, com o processo retornando à Justiça Estadual, onde foi julgado em 29 de novembro de 2016, pela improcedência dos recursos. Desse julgamento foram apostos embargos declaratórios. A estratégia jurídica sugerida pelo escritório de advocacia contratado em Brasília e adotada pela Fibra foi a de não recorrer ao STJ, fundamentado na blindagem à devolução de valores por ser terceiro de boa fé, conforme considerado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas.

#### 4.3.3 Provisões CDBs de Emissão do Banco Santos S.A.

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Associate-FI administrado pelo Banco Votorantim S.A. Com a extinção do fundo exclusivo, realizado pelo resgate dos ativos, este direito de crédito passou para a carteira própria, estando registrado pelo valor da habilitação na massa falida (R\$18.896), com a provisão para perda do mesmo valor.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20 de setembro de 2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela ABRAPP e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindo-se também, por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra falências, caso se revele conveniente.

Nos termos autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o administrador da Massa Falida do Banco Santos S.A. distribuiu, aos credores, em 2010, o valor correspondente a 30% do valor da habilitação na massa falida.

Em função da decisão, a Fibra recebeu R\$ 1.756 em julho de 2010 no primeiro rateio para credores, R\$ 3.161, em dezembro de 2010 no segundo rateio, R\$ 1.134 em janeiro de 2013, no terceiro rateio e, em dezembro de 2016, a Fibra recebeu uma nova parcela referente ao quarto rateio no valor de R\$ 1.093, totalizando, até o momento, recebimentos da ordem de R\$ 7.144, ou, 40,1% do valor de habilitação da massa falida. O saldo remanescente da provisão é de R\$ 10.416, em 31 de dezembro de 2017.

Estes valores foram contabilizados em receitas de investimentos e baixados da provisão retificadora do ativo. Devido ao levantamento destes valores, conforme contrato, houve o pagamento de honorários de êxito ao escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, cujo percentual foi de 4% do valor levantado.

O escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, contratado da Fibra, acompanha o processo e eventualmente poderá sugerir outras medidas a serem adotadas. A Fibra permanece monitorando iniciativas de alguns credores que manifestaram, no passado,

interesse em criar um fundo de credores para acelerar o processo de recebimento do restante dos créditos, mas não possui, ainda, posição firmada a respeito do tema.

#### 4.3.4 Investimentos imobiliários

A entidade procedeu, em maio de 2017, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes “Decatur Engenharia e Avaliações Ltda.” O método de avaliação utilizado foi o “Método comparativo de dados de mercado”, conforme descrito no item 8.2.1 da ABNT NBR 14653-1:2001, fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor. O resultado da reavaliação dos imóveis foi positivo em R\$ 5.522 e foi contabilizado no exercício de 2017.

Os ativos reavaliados passaram a partir de maio de 2017, a serem depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 40 anos ou 2,50% ao ano.

Em junho de 2016 a Exxon Mobil indenizou a Fibra em R\$ 2.601, pela devolução antecipada dos andares 9º, 10º e 11º do Centro Comercial Itália, conforme previsto em contrato, e contabilizado como receita sobre aluguel.

O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2017, está a seguir demonstrado:

Imóvel	Saldo em Dez/16	Valor da Reavaliação Maio/2017	Depreciação Jun a Dez/17	Direito Alienação	Aluguéis a Receber	Saldo em Dez/17
Edificações de uso próprio	5.110	3.933	-58	-	-	3.875
Edificações locadas à patrocinadora	40.742	44.438	-657	-	205	43.986
Edificações locadas a terceiros	37.259	41.085	-1.701	-	249	39.633
Direitos em Alienação	-	-	-	675	-	675
<b>Total</b>	<b>83.111</b>	<b>89.456</b>	<b>-2.416</b>	<b>675</b>	<b>454</b>	<b>88.169</b>

#### 4.3.5 Avaliação dos Controles Utilizados na Gestão dos Investimentos

A auditoria externa, em conexão com seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, entendeu os procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade para planejar e executar seus trabalhos.

#### 4.3.6 Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

A composição consolidada da carteira de investimentos do Plano de Benefícios – BD e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, estão a seguir demonstrados:

	2017			2016		
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma
<b>Títulos Públicos</b>	<b>2.546.088</b>	<b>0</b>	<b>2.546.088</b>	<b>2.470.069</b>	<b>0</b>	<b>2.470.069</b>
Títulos Públicos Federais	2.546.088	0	2.546.088	2.470.069	0	2.470.069
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>15.154</b>	<b>0</b>	<b>15.154</b>	<b>14.763</b>	<b>0</b>	<b>14.763</b>
Instituições Privadas	15.154	0	15.154	14.763	0	14.763
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>651.766</b>	<b>10.088</b>	<b>661.854</b>	<b>531.809</b>	<b>9.180</b>	<b>540.989</b>
Fundos de Renda Fixa	293.600	10.088	303.688	224.400	9.180	233.580
Fundos Mútuos	166.550	0	166.550	154.893	0	154.893
Fundos de Investimentos em Participações-FIP's	117.425	0	117.425	105.220	0	105.220
Fundos de Investimento no Exterior	74.191	0	74.191	47.296	0	47.296
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>88.169</b>	<b>0</b>	<b>88.169</b>	<b>83.111</b>	<b>0</b>	<b>83.111</b>
Alugueis e Renda	88.169	0	88.169	83.111	0	83.111
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>82.963</b>	<b>0</b>	<b>82.963</b>	<b>80.506</b>	<b>0</b>	<b>80.506</b>
Empréstimos	82.963	0	82.963	80.506	0	80.506
<b>Depósitos Judiciais/ Recursais</b>	<b>142.086</b>	<b>0</b>	<b>142.086</b>	<b>135.773</b>	<b>0</b>	<b>135.773</b>
Depósitos Judiciais – IR – Anistia – MP nº 2.222/01	118.793	0	118.793	113.302	0	113.302
Depósitos Judiciais – IR – RET – MP nº 2.222/01	23.293	0	23.293	22.471	0	22.471
<b>Total dos investimentos</b>	<b>3.526.226</b>	<b>10.088</b>	<b>3.536.314</b>	<b>3.316.031</b>	<b>9.180</b>	<b>3.325.211</b>

#### 4.3.7 Ajuste de precificação dos títulos públicos federais – Res. CNPC nº 16, de 19 nov. 2014, Instrução MPS/PREVIC/DC nº 19, de 04 fev. 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 22 dez. 2015

A Resolução CNPC 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabelecendo novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A PREVIC emitiu em 04 de fevereiro de 2015, a Instrução nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Conforme Art. 11-A, §1º, da Resolução CNPC nº 16/2014, o ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,76% (ver NE 4.3.8) e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos, em 31 de dezembro de 2017 resultou em um valor positivo de R\$ 143.320, conforme demonstrativo a seguir

#### Carteira de Títulos públicos - ajuste de precificação - Resolução MPS/CNPC nº 16 de 19/11/2014

Descrição	Taxa Aquisição	Data Aquisição	Taxa Atuarial	Vencimento	Quantidade	Valor aplicado	Valor contábil	Valor pela taxa atuarial	Ajuste de precificação
NTN-B 6,3095 22/01/2014	5,76	15/08/2018	5,0000	12,006	15,486	15,535	49		
NTN-B 5,9051 24/10/2014	5,76	15/05/2019	10,0000	25,534	30,642	30,697	55		
NTN-B 6,1472 26/11/2013	5,76	15/08/2022	10,0000	23,527	30,879	31,335	456		
NTN-B 6,5811 20/02/2014	5,76	15/08/2022	10,0000	22,991	30,378	31,335	957		
NTN-B 5,6890 28/08/2014	5,76	15/05/2023	10,0000	25,509	31,040	30,943	-96		
NTN-B 5,6890 28/08/2014	5,76	15/05/2023	3,0000	7,653	9,312	9,283	-29		
NTN-B 6,5110 24/07/2015	5,76	15/05/2023	10,0000	26,297	29,948	30,943	996		
NTN-B 6,8115 29/07/2015	5,76	15/05/2023	10,0000	25,881	29,561	30,943	1.382		
NTN-B 7,2995 25/08/2015	5,76	15/05/2023	10,0000	25,400	28,947	30,943	1.996		
NTN-B 8,5013 23/10/2008	5,76	15/08/2024	12,412,00	17,683	33,999	39,032	5.033		
NTN-B 6,7970 24/03/2009	5,76	15/08/2024	20,0000	33,852	59,650	62,894	3.244		
NTN-B 6,7970 24/03/2009	5,76	15/08/2024	10,0000	16,926	29,825	31,447	1.622		
NTN-B 6,2497 22/12/2014	5,76	15/08/2024	10,0000	25,136	30,667	31,447	780		
NTN-B 6,2601 18/02/2015	5,76	15/08/2024	10,0000	25,063	30,651	31,447	796		
NTN-B 6,0300 15/02/2011	5,76	15/08/2030	10,0000	19,941	31,005	31,714	709		
NTN-B 6,1516 16/03/2011	5,76	15/08/2030	10,0000	19,928	30,693	31,714	1.021		
NTN-B 6,1733 17/03/2011	5,76	15/08/2030	10,138,00	20,167	31,061	32,152	1.091		
NTN-B 6,1738 24/03/2011	5,76	15/08/2030	1,00	2	3	3	0		
NTN-B 5,9985 07/11/2013	5,76	15/08/2030	8,1000	19,143	25,180	25,689	508		
NTN-B 6,3082 26/11/2013	5,76	15/08/2030	10,0000	23,050	30,298	31,714	1.417		
NTN-B 6,7604 19/02/2014	5,76	15/08/2030	5,0000	11,060	14,597	15,857	1.261		
NTN-B 6,7707 20/02/2014	5,76	15/08/2030	10,0000	22,112	29,169	31,714	2.546		
NTN-B 6,2998 19/12/2014	5,76	15/08/2030	10,0000	24,849	30,319	31,714	1.396		
NTN-B 6,2850 10/02/2015	5,76	15/08/2030	10,0000	25,510	30,356	31,714	1.359		
NTN-B 6,3500 12/02/2015	5,76	15/08/2030	10,0000	25,396	30,193	31,714	1.521		
NTN-B 6,2900 18/02/2015	5,76	15/08/2030	10,0000	24,828	30,343	31,714	1.371		
NTN-B 6,2656 27/02/2015	5,76	15/08/2030	10,0000	25,046	30,404	31,714	1.310		
NTN-B 6,3296 06/03/2015	5,76	15/08/2030	10,0000	25,007	30,244	31,714	1.470		
NTN-B 6,5000 13/03/2015	5,76	15/08/2030	10,0000	24,718	29,822	31,714	1.892		
NTN-B 6,9501 12/06/2008	5,76	15/05/2035	20,917,00	32,510	58,217	65,729	7.513		
NTN-B 7,7505 10/12/2008	5,76	15/05/2035	10,0000	14,560	25,739	31,424	5.685		
NTN-B 7,6100 15/12/2008	5,76	15/05/2035	10,0000	14,816	26,090	31,424	5.334		
NTN-B 7,0309 16/04/2009	5,76	15/05/2035	11,131,00	18,324	30,733	34,978	4.245		
NTN-B 6,4519 18/06/2009	5,76	15/05/2035	21,170,00	36,934	61,946	66,524	4.579		
NTN-B 6,4519 18/06/2009	5,76	15/05/2035	10,750,00	18,450	30,944	33,231	2.287		
NTN-B 6,6192 22/10/2009	5,76	15/05/2035	6,396,00	11,293	18,401	20,099	1.697		
NTN-B 6,6192 22/10/2009	5,76	15/05/2035	10,794,00	19,058	31,054	33,919	2.865		
NTN-B 6,6312 06/11/2009	5,76	15/05/2035	10,0000	17,699	28,735	31,424	2.689		
NTN-B 7,5366 21/01/2016	5,76	15/05/2035	10,0000	24,053	26,276	31,424	5.148		
NTN-B 6,1070 09/06/2016	5,76	15/05/2035	10,0000	28,763	30,312	31,424	1.112		
NTN-B 5,7890 06/06/2017	5,76	15/05/2035	10,0000	30,830	31,329	31,424	95		
NTN-B 6,1000 15/04/2010	5,76	15/08/2040	10,142,00	19,315	31,169	32,444	1.276		
NTN-B 6,2904 10/06/2010	5,76	15/08/2040	10,351,00	19,581	31,115	33,113	1.997		
NTN-B 5,4999 21/12/2011	5,76	15/08/2040	10,0000	22,954	33,005	31,990	-1.015		
NTN-B 5,4998 22/12/2011	5,76	15/08/2040	10,0000	22,964	33,005	31,990	-1.015		
NTN-B 5,5000 12/06/2013	5,76	15/08/2040	7,850,00	19,628	25,908	25,112	-796		
NTN-B 5,5000 12/06/2013	5,76	15/08/2040	2,150,00	5,376	7,096	6,878	-218		
NTN-B 6,7268 22/01/2014	5,76	15/08/2040	10,0000	22,258	28,602	31,990	3.388		
NTN-B 6,1090 30/09/2014	5,76	15/08/2040	10,0000	24,556	30,700	31,990	1.290		
NTN-B 6,2300 10/11/2014	5,76	15/08/2040	10,0000	24,505	30,271	31,990	1.719		
NTN-B 6,2000 12/12/2014	5,76	15/08/2040	10,0000	24,880	30,376	31,990	1.613		
NTN-B 6,2110 12/12/2014	5,76	15/08/2040	10,0000	24,846	30,338	31,990	1.652		
NTN-B 6,5099 17/12/2014	5,76	15/08/2040	10,0000	24,001	29,313	31,990	2.677		
NTN-B 6,5250 13/03/2015	5,76	15/08/2040	1,300,00	3,160	3,804	4,159	355		
NTN-B 6,1020 13/06/2016	5,76	15/08/2040	10,0000	29,195	30,725	31,990	1.265		
NTN-B 7,6475 06/12/2006	5,76	15/05/2045	10,0000	12,985	25,067	31,639	6.572		
NTN-B 6,8096 11/06/2008	5,76	15/05/2045	10,0000	15,636	27,687	31,639	3.952		
NTN-B 6,8001 12/06/2008	5,76	15/05/2045	10,377,00	16,256	28,765	32,882	4.067		
NTN-B 7,4500 15/12/2008	5,76	15/05/2045	10,0000	14,829	25,647	31,639	5.992		
NTN-B 7,5400 15/12/2008	5,76	15/05/2045	10,0000	14,664	25,380	31,639	6.259		
NTN-B 7,0505 16/04/2009	5,76	15/05/2045	11,309,00	18,324	30,410	35,781	5.371		
NTN-B 7,0000 15/05/2009	5,76	15/05/2045	10,0000	15,928	27,054	31,639	4.585		
NTN-B 6,4207 18/06/2009	5,76	15/05/2045	10,625,00	18,493	30,872	33,616	2.744		
NTN-B 6,5600 19/08/2013	5,76	15/05/2045	10,0000	24,603	32,103	31,639	-464		
NTN-B 6,1310 09/06/2016	5,76	15/05/2045	10,0000	28,610	30,147	31,639	1.492		
NTN-B 6,1000 15/04/2010	5,76	15/08/2050	10,151,00	19,314	31,151	32,641	1.489		
NTN-B 6,2603 10/06/2010	5,76	15/08/2050	10,339,00	19,581	31,052	33,245	2.193		
NTN-B 4,6090 02/04/2013	5,76	15/08/2050	10,0000	28,426	38,066	32,155	-5.911		
NTN-B 4,5000 15/05/2013	5,76	15/08/2050	10,0000	29,320	38,714	32,155	-6.558		
NTN-B 5,0397 03/06/2013	5,76	15/08/2050	10,0000	26,987	35,667	32,155	-3.512		
NTN-B 5,6997 19/08/2013	5,76	15/08/2050	10,0000	24,144	32,427	32,155	-272		
NTN-B 7,0960 03/02/2014	5,76	15/08/2050	10,0000	21,113	26,974	32,155	5.181		
NTN-B 7,5015 21/09/2015	5,76	15/08/2050	10,0000	22,290	25,676	32,155	6.479		
NTN-C 8,3500 01/03/2005	5,76	01/04/2021	10,0000	14,974	34,063	36,580	2.517		
NTN-C 8,3500 01/04/2005	5,76	01/04/2021	10,0000	14,666	34,063	36,580	2.517		
NTN-C 8,4000 02/05/2005	5,76	01/04/2021	10,0000	14,888	34,063	36,580	2.517		
NTN-C 9,4000 01/06/2005	5,76	01/04/2021	10,0000	14,889	34,017	36,580	2.563		
<b>Valor contábil</b>					<b>1.609.640</b>	<b>2.278.937</b>	<b>2.422.257</b>	<b>143.320</b>	

### 4.3.8 Cálculo da Taxa de Juros atuarial para o exercício de 2017

A taxa de juros de 5,76% foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 375, de 17 de abril de 2017.

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos, a “duração” do passivo do Plano de Benefícios da Fundação resultou em 13,65 anos, com uma taxa parâmetro máxima de 6,24% ao ano.

A adequação e a aderência da taxa de juros constam do estudo técnico elaborado pela consultoria Mercer Human Resource Consulting Ltda, o qual resultou em uma projeção de taxa de retorno real de 6,24% com probabilidade de 59,30%, e de 5,76% com probabilidade de 75,80%, confirmando a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios, em atendimento à Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e à Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015. Conseqüentemente, por recomendação do consultor atuarial, houve a adoção da taxa de juros parâmetro de 5,76% ao ano, que foi utilizada na Avaliação Atuarial de dezembro/2017.

## 5 Exigível Operacional

	2017	2016
<b>Gestão Previdencial</b>		
Benefícios a pagar – Provisões	1.189	1.223
Recursos Antecipados	54	3
Retenções a recolher	5.879	5.690
<b>Total Gestão Previdencial</b>	<b>7.122</b>	<b>6.916</b>
<b>Gestão Administrativa</b>		
Contas a Pagar	1.124	1.168
Retenções a recolher – Impostos a Recolher	225	148
Tributos a Recolher	69	70
<b>Total Gestão Administrativa</b>	<b>1.418</b>	<b>1.386</b>
<b>Investimentos</b>		
Outras exigibilidades (*)	5.136	4.694
<b>Total de Investimentos</b>	<b>5.136</b>	<b>4.694</b>
<b>Total Exigível Operacional</b>	<b>13.676</b>	<b>12.996</b>

(\*) O valor de honorários advocatícios de R\$ 5.134 (R\$ 4.668 em 2016), provisionado no balanço de 2017 em “Outras Exigibilidades” dos Investimentos, corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução no 53/02 do Senado Federal, referentes às LFT-AL.

## 6 Exigível Contingencial

### 6.1 Exigível Contingencial - Investimentos

#### Imposto de Renda – IRRF

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que

trata a MP nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.

- Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário - RET.
- Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bitributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a conseqüente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foram lançados também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a Fibra recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, de 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a Fibra.

Diante da decisão, a Fibra apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantiam a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista, que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais. O juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a Fibra o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia, no Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto. A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado improcedente, sendo que o relator alegou que quando findo o processo

judicial, a fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores jurídicos, a Fibra, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a fundação poderá ainda entrar com Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a Fibra contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vem sendo defendidas judicialmente, cuja opinião é fundamental no julgamento do processo.

Em setembro de 2006, a Fibra obteve, por meio de seus advogados, junto à 6ª Vara Federal de Brasília a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso a conta dos depósitos judiciais passou a ser corrigida, pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, sendo que a Fibra já pleiteou a regularização do saldo, visto que a determinação judicial é para correção anterior e futuro dos depósitos judiciais.

Com a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que instituiu o REFIS IV, a Fibra reavaliou sua questão tributária tendo em vista uma eventual adesão aos benefícios propostos. Após a análise dos termos da Lei e da Portaria Conjunta nº 10, subscritas pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Receita Federal, de 9 de novembro de 2009, onde estabelece que só terão direito aos descontos previstos em lei os contribuintes que depositaram judicialmente o valor principal do tributo questionado acrescido das respectivas multas e juros, concluiu-se que a Fibra ficou impossibilitada de aderir ao REFIS IV.

Diante disso, o Conselho Deliberativo decidiu pela manutenção das ações judiciais, bem como efetuar a provisão da diferença entre o Auto de Infração Complementar atualizado (R\$ 111.643) e o saldo da conta judicial (R\$ 71.447) no valor de R\$ 40.196 (atribuída à remuneração a menor da conta judicial de TR para SELIC e juros desde os fatos geradores do Auto de Infração Complementar), com base no § 2º, do artigo 12, da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004, onde estabelece que para a realização dos objetivos da EFPC “os riscos identificados devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadorismo e prudência, sendo recomendável que as prováveis perdas sejam provisionadas, antes de efetivamente configuradas”.

Em 30 de novembro de 2009, a ação cautelar, na análise de mérito, foi julgada improcedente, porém com contradições, equívocos e omissões, o que levou a Fibra, com orientação de seus consultores jurídicos, apor embargos de declaração, com base no artigo 535 do Código de Processo Civil.

A decisão destes embargos foi publicada em 15 de agosto de 2011, tendo sido acolhidos em parte, acabando por não suprir, totalmente, a

omissão sobre a adesão da Fibra à anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01, a qual havia sido garantida por meio da liminar obtida.

Diante deste julgamento desfavorável, em 22 de agosto de 2011, novos Embargos de Declaração foram opostos pela Fibra, com o objetivo de suprir a omissão da decisão acerca dos efeitos da liminar durante o período de sua eficácia, bem como para garantir a adesão da Fibra à anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01. Em 29 de junho de 2012, foi proferida decisão que rejeitou os referidos Embargos. Com a decisão desfavorável, a Fibra interpôs Recurso de Apelação, para o qual aguarda julgamento.

Com a publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o prazo para adesão ao REFIS de tributos federais, o Conselho Deliberativo, após análise do parecer jurídico da consultoria tributária responsável pelo processo e nos cálculos realizados pela Fibra, decidiu:

- i) pela continuidade da estratégia jurídica em curso;
- ii) pela não adesão ao REFIS; e
- iii) pela não desistência da ação.

Em 23 de abril de 2014 a Fibra foi comunicada da decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais que negou provimento ao Recurso Especial, e informando da insuficiência dos valores depositados judicialmente para cobrir todos os lançamentos do Auto de Infração complementar emitido pela Receita Federal, pelo fato de terem sido incluídos os juros neste auto de infração.

Com a decisão desfavorável a Fibra, por meio do escritório de advocacia responsável, protocolou Embargos de Declaração, alegando contradição e erro material na decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais. Os embargos foram rejeitados, e em 08 de agosto de 2014, tendo a Fibra recebido a Intimação nº 727/2014 da Receita Federal do Brasil para em 30 dias recolher o valor adicional, ou apresentar medidas que suspendessem a cobrança. Não cabiam mais recursos administrativos à decisão, a Fibra deveria, no prazo de 30 dias, pagar ou depositar judicialmente R\$ 43 milhões, em adição ao depósito judicial dos valores feitos em 2002. Na intimação, o Fisco concluiu que os valores depositados teriam sido suficientes para cobrir somente os fatos geradores até junho/2000, ficando os fatos posteriores em aberto, sujeitos aos juros e à multa de mora, constante na Intimação.

Como a estratégia jurídica em curso no ano de 2002 estava limitada aos valores já depositados judicialmente àquela época, as perspectivas jurídicas eram otimistas, em face da inexistência de jurisprudência. Ao longo dos últimos anos, o governo federal vinha oferecendo incentivos para quitação de tributos, com efeitos similares ao da adesão à anistia, por meio de adesão ao REFIS.

A adesão ao REFIS não vinha sendo considerada atrativa, em função da avaliação jurídica e financeira dos riscos financeiros envolvidos e das chances de sucesso nos âmbitos administrativo e judicial, porém o risco jurídico se elevou ao longo dos últimos anos, em função das sucessivas decisões desfavoráveis nos âmbitos administrativo e judicial e o risco financeiro também se elevou, ultrapassando o valor depositado em 2002, especialmente em função da recente exigência de depósito adicional constante na Intimação da Receita Federal de 08 de agosto de 2014, no valor de R\$ 43 milhões.

Diante disso, o Conselho Deliberativo aprovou a adesão ao REFIS, por meio da Resolução do Conselho Deliberativo - RCD010, de 18 de agosto de 2014, cujos efeitos e posição atual dos débitos, estão a seguir demonstrados:

	2017	2016
<b>Provisões Acumuladas atualizadas</b>		
<b>IRRF anistia</b>	<b>93.008</b>	<b>90.270</b>
Provisões iniciais (valores depositados)	44.737	44.737
Atualização das provisões efetuadas	46.095	46.095
Provisões Complementares	48.204	48.204
Pagamento REFIS à vista	(28.730)	(28.730)
Ganho com o REFIS (reversão da provisão) (28.736)	(28.736)	(28.736)
Atualização da provisão após REFIS	11.438	8.700
<b>IRRF RET</b>	<b>23.293</b>	<b>22.471</b>
Provisões iniciais	8.617	8.617
Atualização das provisões efetuada	14.676	13.854
<b>Subtotal das provisões acumuladas atualizadas</b>	<b>116.301</b>	<b>112.741</b>
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(142.086)	(135.773)
<b>Provisões Líquidas para IRRF</b>	<b>(25.785)</b>	<b>(23.032)</b>

## 6.2 Exigível Contingencial – Gestão Previdencial

A maioria dos processos judiciais movidos pelos assistidos contra a Fibra ou contra o Patrocinador ITAIPU Binacional não impacta no patrimônio líquido da Fibra, pois de acordo com o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios, nas “hipóteses de condenação judicial, referente a ato ou omissão inerente à gestão de Recursos Humanos do Patrocinador, ou revisão administrativa promovida pelo Patrocinador, que implique majoração dos benefícios concedidos ou a conceder pela Fibra, caberá ao respectivo Patrocinador efetuar o aporte do numerário correspondente à diferença de reserva matemática, deduzida dos valores de contribuição de responsabilidade dos Participantes”.

Visando estabelecer procedimento para análise das demandas judiciais de assistidos com possível impacto atuarial e consequentemente apurar os valores passíveis de provisionamento contábil na Fundação e no Patrocinador ITAIPU, foi expedida pelo Diretor Jurídico da ITAIPU a Determinação DET/JUD/004/12, de 07 de agosto de 2012.

O resultado dos trabalhos conjuntos entre o Patrocinador ITAIPU e a Fundação, no ano de 2012, resultaram no recebimento pela Fundação de R\$ 4.672, relativos ao aporte para cobertura do impacto financeiro e atuarial, provocado por ações judiciais movidas por assistidos, que conforme o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios são de responsabilidade da Patrocinadora ITAIPU, sendo que R\$ 3.272 foi contabilizado em outras adições da gestão previdencial; R\$ 839, relativo à substituição da penhora de imóvel por depósito judicial trabalhista e R\$ 561 para efetuar depósito judicial.

Em 2013, os estudos foram aprofundados e resultaram no provisionamento de R\$ 1.822, correspondendo a R\$ 5.310 em 2017, cujo valor foi registrado no Exigível Contingencial da Fundação (aumento do compromisso com os assistidos) e também em seu Ativo Realizável Previdencial (direito assegurado, pelo artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios). Para o Patrocinador ITAIPU os reflexos contábeis resultaram no registro contábil, de mesmo valor, em seu Passivo.

Nos termos previstos no § 1º do artigo 79 do Regulamento do Plano de Benefícios a Fibra encaminhou a correspondência E/DS/044/2015,

de 27 de maio de 2015, na qual submeteu a análise da diretoria jurídica, os valores correspondentes a três revisões administrativas promovidas pelo patrocinador para se evitar passivos trabalhistas futuros, alteraram a remuneração de três grupos de empregados, sendo:

. Adicional de Insalubridade (instituído no ACT 2012/2013, Cláusula 80) = R\$ 2.070;

. Adicional de Periculosidade para Agentes de Segurança (instituído via Termo Aditivo nº 03 do ACT 2013/2015) = R\$ 4.416; e

. Adicional de Periculosidade para Bombeiros (instituído em decorrência da ação coletiva nº 03243-2010-303-09-00-9 via Termo Aditivo nº 01 do ACT 2013/2015) = R\$ 1.848.

Como estas demandas estavam enquadradas na previsão Regulamentar, foram solicitadas providências de Itaipu para fins de ressarcimento de R\$ 8.334 (data base de maio de 2015), composto pelos valores mencionados e que foram respaldados por pareceres atuariais.

A Itaipu atendendo à solicitação da Fibra, em 13 de julho de 2015, procedeu ao pagamento de R\$ 8.334, referente aos valores correspondentes às três revisões ocorridas, que alteraram a remuneração de três grupos de empregados participantes da Fibra e complementou a correção de R\$ 147 em 31 de agosto de 2015.

Durante o exercício de 2017, as provisões foram atualizadas e foram incluídos os novos depósitos judiciais/recursais, conforme demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2017	2016
<b>EXEÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL</b>		
<b>1) PASSIVO PROVISÕES</b>	<b>6.572</b>	<b>6.343</b>
Ações judiciais não cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 do Regulamento	953	2.032
Ações judiciais com cobertura de Depósitos e Bloqueio Judicial/Recursal	309	430
Ações judiciais cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 – ITAIPU	5.310	1.822
Verbas para ajustes futuros de ações judiciais	0	2.059
<b>2) ATIVO – DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS E ATIVO DE CONTRAPARTIDA</b>	<b>5.619</b>	<b>2.252</b>
Bloqueio e Depósitos Judiciais/Recursais	309	430
Créditos de ações judiciais cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 – ITAIPU	5.310	1822
<b>PROVISÕES LÍQUIDAS DA GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>953</b>	<b>4.091</b>

## 6.3 Exigível Contingencial – Gestão Administrativa

### 6.3.1 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Programa de Integração Social – PIS

O Supremo Tribunal Federal – STF ao analisar a constitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, que trata da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e para o Programa de Integração Social - PIS, entendeu que somente existirá base de cálculo das mencionadas contribuições se houver faturamento, ou seja, venda de mercadorias ou de prestação de serviços ou a combinação de ambos.

A base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecida para os fundos

de pensão é lastreada na referida lei e resulta na soma do custeio administrativo (Sobrecarga Administrativa) e na remuneração do fundo administrativo, não sendo, portanto, faturamento.

Com base na decisão do STF e em parecer jurídico, a Fibra interpôs ação judicial visando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento das referidas contribuições sobre o custeio administrativo (sobrecarga administrativa e remuneração do fundo administrativo), tendo obtido liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS e do PIS, relativos a fatos geradores a partir da competência de agosto de 2008. A ação visa, ainda, à recuperação dos valores de PIS e COFINS que foram recolhidos após o encerramento das ações, relativa à anistia instituída pela MP nº 2.222/01.

Diante de decisão desfavorável, a Fibra em 07 de dezembro de 2011, protocolou Embargos de Declaração, pois foi verificado que o acórdão publicado partiu de premissas equivocadas, incorrendo, ainda, em omissão, cuja correção revelou-se essencial ao correto, deslinde da presente controvérsia. Com isso, foi requerido que seja reconhecido a não sujeição do PIS e da COFINS, pois a execução de planos de benefícios previdenciários não se enquadra no conceito de faturamento previsto no artigo 3º da Lei nº 9.718/98, nos termos da decisão do STF.

A partir de 1º janeiro de 2015, de acordo com o entendimento da consultoria JCMB com a alteração feita pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, que alterou a legislação tributária das Pessoas Jurídicas, a ação judicial que a Fibra movia pleiteando o não recolhimento das contribuições para o PIS/COFINS perdeu objeto. Com isso, a partir da competência de janeiro de 2015, a Fibra passou a recolher as contribuições para PIS/COFINS normalmente, e não por via de depósitos judiciais. A nova legislação prevê a cobrança dessas contribuições sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, diferentemente do que ocorria com a Lei, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendida como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços, que não é praticada por fundos de pensão.

Sendo assim, a consultoria JCMB, orientou a Fibra a não mais realizar depósito judicial das contribuições para o PIS/COFINS e passar a recolher a partir da competência de janeiro de 2015 (vencimento em 20/02/2015), diretamente à Receita Federal do Brasil, mantendo-se a mesma base de cálculo anteriormente utilizada.

Quanto aos valores já depositados, persiste a discussão judicial em torno da legitimidade da cobrança das contribuições.

### 6.3.2 Composição das Provisões e Depósitos Judiciais do PGA

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos às contribuições para o PIS, para a COFINS estão a seguir demonstrados:

	Valores Atualizados	
	2017	2016
<b>Provisões acumuladas</b>		
COFINS	5.367	5.052
PIS	872	821
<b>Subtotal das provisões acumuladas</b>	<b>6.239</b>	<b>5.873</b>
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(6.239)	(5.873)
<b>Provisões Líquidas do Exigível Contingencial do PGA</b>	-	-

## 7 Exigível Atuarial

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2017 e respectiva movimentação no exercício que findam nesta data são as seguintes:

	2017	2016
<b>Provisões Matemáticas</b>		
Benefícios Concedidos	2.850.000	2.638.248
Benefícios definidos	2.850.000	2.638.248
Benefícios a Conceder	967.291	997.402
Benefícios definidos	967.291	997.402
(-) Provisões Matemáticas a Constituir –		
Serviços passados	(44.567)	(47.193)
Reservas a amortizar	(44.567)	(47.193)
<b>Total de Provisões Matemáticas</b>	<b>3.772.724</b>	<b>3.588.457</b>

A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

	2017	2016
No início do exercício	3.588.457	3.276.199
Constituição no exercício	184.267	312.258
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>3.772.724</b>	<b>3.588.457</b>

## 8 Equilíbrio Técnico e Equilíbrio Técnico Ajustado

Representa os resultados realizados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados. O déficit técnico acumulado, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 305.483, sendo que em 31 de dezembro de 2016 a posição deficitária era de R\$ 315.670.

Já o Equilíbrio Técnico Ajustado, que considera o ajuste de precificação dos títulos federais, que era de R\$ 167.842 em 2016, passou para R\$ 162.163 em 2017.

A evolução do Equilíbrio Técnico Acumulado do exercício de 2016 para o exercício de 2017 está a seguir demonstrada:

Item	Descrição	Valor
<b>A</b>	<b>Evolução do Resultado Contábil</b>	
<b>1</b>	<b>Equilíbrio Técnico Acumulado em 31/12/2016 (Déficit Técnico)</b>	<b>(315.670)</b>
2	Atualização do Equilíbrio Técnico de 31/12/2016 para 31/12/2017 pela meta atuarial c/ defasagem	(27.558)
3	Variações ocorridas nas Provisões Matemáticas além da meta atuarial c/ defasagem <sup>(*)</sup>	(18.982)
4	Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial do ano de 2017 <sup>(*)</sup>	56.727
<b>5</b>	<b>Equilíbrio Técnico Acumulado em 31/12/2017 (Déficit Técnico)</b>	<b>(305.483)</b>
	<b>Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	
<b>B</b>	<b>Equilíbrio Técnico Contábil</b>	<b>(305.483)</b>
6	Ajuste de precificação - Resoluções CNPC 16/2014 (Nota Explicativa 4.3.7)	143.320
<b>7</b>	<b>Equilíbrio Técnico Ajustado (6 + 7) - demonstrado na DAL (Resolução CNPC 16/2014)</b>	<b>(162.163)</b>

(\*)1 Consiste nas variações referentes às atualizações das hipóteses de Crescimento Real de Salário, Rotatividade, Fator de Capacidade e Composição Familiar, além da diferença entre as ocorrências e o esperado das hipóteses previstas no mesmo exercício.

(\*2) Corresponde à diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano em 2017 e o Patrimônio de Cobertura do Plano em 2016, evoluído para 2017, considerando a obtenção de rentabilidade líquida igual à meta atuarial de rentabilidade do ano de 2017 - IPCA-IBGE sem defasagem + taxa de juros, no valor de R\$ 56.727.

Com a aprovação da Resolução CGPC 22, de 25 de novembro de 2015, foram estabelecidos limites individuais de déficit e superávit para cada plano de benefícios, em função do prazo médio do fluxo dos benefícios de cada plano, criando uma zona de equilíbrio entre esses limites, definindo entre destinação de superávit ou equacionamento de déficit, para a parcela do resultado que estiver fora da zona de equilíbrio.

Deste modo, o equilíbrio técnico ajustado do Plano, de R\$ 162.163, demonstrado na Demonstração do Ativo Líquido – DAL, representa, em dezembro de 2017, um déficit de 4,30% em relação ao valor total das Provisões Matemáticas, de R\$ 3.772.724.

Ainda que o Plano da Fibra tenha encerrado o exercício de 2017 com resultado deficitário, o mesmo se encontra em patamar inferior ao limite previsto na legislação. Este limite é representado por 1% x (duration - 4), que resulta em 9,65%, para uma "duration" de 13,65 anos.

Conclui-se então, que o resultado deficitário do Plano está localizado na zona de equilíbrio, ou seja, abaixo do limite correspondente à necessidade de equacionamento.

### 9 Fundos – Gestão Administrativa

O Fundo Administrativo foi constituído por meio da RDE nº 243/1997, de 12 de dezembro de 1997 da ITAIPU Binacional, e, ao longo dos 19 anos de sua criação a Fibra vem gerindo com eficácia seus gastos, sendo possível manter o total de Despesas Administrativas dentro dos limites das Receitas Administrativas.

Em fevereiro de 2015, foi submetido ao Conselho Deliberativo, que, por delegação da patrocinadora Itaipu Binacional, aprovou a alteração no Regulamento do PGA, o qual estabeleceu critérios objetivos e quantitativos relativos ao saldo do fundo administrativo.

Em fevereiro de 2015, foi submetido ao Conselho Deliberativo, que, por delegação da patrocinadora Itaipu Binacional, aprovou a alteração no Regulamento do PGA, o qual estabeleceu critérios objetivos e quantitativos relativos ao saldo do fundo administrativo.

Em 2017, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 10.331, conforme demonstrado a seguir.

A constituição do Fundo Administrativo nos exercícios findos em 31 de dezembro foi efetuada da seguinte forma:

	2017	2016
<b>Fundo administrativo permanente</b>	<b>517</b>	<b>611</b>
Saldo inicial	611	659
Constituição/Reversão	(94)	(48)
<b>Fundo administrativo financeiro</b>	<b>9.814</b>	<b>8.994</b>
Saldo anterior	8.994	7.531
Custeio administrativo do exercício	16.556	15.379
Despesas administrativas do exercício	(16.892)	(15.294)
Remuneração do fundo	1.062	1.331
Constituição/Reversão do fundo administrativo do financeiro para o permanente	94	47
<b>Saldo dos fundos da gestão administrativa</b>	<b>10.331</b>	<b>9.605</b>

### 10 Outras Contratações com o Patrocinador - ITAIPU - Rescisão de Dação em Pagamento - Plano BD

O "Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento" foi assinado, entre a Fibra e o patrocinador ITAIPU Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC nº 17, de 11 de julho de 1996. A cópia do contrato foi remetida para a Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a Fibra e o patrocinador ITAIPU, relativa ao Plano de Benefícios, foi aprovada.

O montante contratado está sendo pago por ITAIPU em 230 parcelas. Em 2017 foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo, posteriormente, ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial - RMA, apurada anualmente, cujo ajuste em 2017 foi de R\$ 4.158 (R\$ 2.330 em 2016). As parcelas remanescentes, referentes ao referido instrumento, somam um total de 62 parcelas.

Os efeitos desta operação no patrimônio da Fibra em 31 de dezembro de 2017 estão demonstrados no quadro a seguir

<b>Outras contratações com o Patrocinador – Rescisão da Dação em Pagamento</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	79.322
(-) valores de 12 parcelas recebidas em 2017 e do ajuste atuarial de 2016	(17.388)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2017	5.664
(+) Valor do ajuste atuarial de 2017	4.158
<b>= Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>71.756</b>

### 11 Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Fibra foram definidas como Participantes, a Patrocinadora e órgãos de governança, compostos pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos Conselho Fiscal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as operações com as partes relacionadas foram constituídas de contribuições, eventuais impactos atuariais e rescisão de dação em pagamento. Essas operações estão divulgadas nas notas explicativas 4.1 e 10.

### 12 Remuneração dos Diretores e Conselheiros da Entidade

Conforme Regimento Interno dos órgãos de governança, em seu Capítulo VIII, Art. 15, a Fibra não remunerará seus dirigentes por suas atividades nos órgãos estatutários, exceto no caso da diretoria executiva, cujos membros, com dedicação exclusiva, receberão seus salários nos órgãos de origem – Fibra ou Itaipu – acrescidos de gratificação de função, cuja importância é divulgada no Relatório Anual de Informações.

<b>SILVIO RENATO R. SILVEIRA</b>	<b>DENYSE GUBERT ROCHA</b>	<b>FLORÍCIO MEDEIROS DA COSTA</b>	<b>EDMILSON RICARDO</b>
Diretor Superintendente	Diretora de Administração e Processos	Diretor de Seguridade	Contador – CRC PR 033.375/0-8
CPF: 514.772.629-20	CPF: 510.083.789-68	CPF: 425.879.210-15	CPF: 566.559.329-04

# PARECER ATUARIAL DO PLANO

## 1. Evolução dos custos:

1.1. A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o plano de benefícios da Fibra, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nesta Demonstração Atuarial (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela Fibra, resultou no custo de 28,38%, que ao ser ajustado à contribuição prevista, ficou em 28,19% (excluído o custo administrativo e a contribuição normal de 10% dos aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme abaixo descrito:

Tipo de Benefício	2016		2017	
	Custo Puro Reavaliado	Custo Ajustado à Receita Prevista	Custo Puro Reavaliado	Custo Ajustado à Receita Prevista
Aposentadorias	21,29%	21,09%	21,20%	21,04%
Invalidez	0,72%	0,71%	0,80%	0,79%
Pensão por morte	2,96%	2,93%	2,92%	2,90%
Auxílio-doença	-	-	-	-
Pecúlio por morte	-	-	-	-
Resgates	0,06%	0,06%	0,08%	0,08%
Outros Benefícios (Auxílio Reclusão e Funeral)	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Outros Benefícios (Devolução Contribuição Designado)	0,48%	0,48%	0,48%	0,48%
Outros Benefícios (Benef. Esp. Temporário p/Morte)	0,10%	0,10%	0,09%	0,09%
<b>Subtotal - Custo Normal (1)</b>	<b>25,62%</b>	<b>25,38%</b>	<b>25,58%</b>	<b>25,39%</b>
Suplementar	2,32%	2,32%	2,32%	2,32%
Jóias	0,41%	0,41%	0,48%	0,48%
<b>Subtotal (2)</b>	<b>2,73%</b>	<b>2,73%</b>	<b>2,80%</b>	<b>2,80%</b>
<b>Total (1)+(2)</b>	<b>28,35%</b>	<b>28,11%</b>	<b>28,38%</b>	<b>28,19%</b>
Custo Administrativo		*1		*1

\*1 A sobrecarga administrativa, de total responsabilidade patronal, será igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistedos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2017, a idade média dos participantes ativos foi de 40,95 anos, desconsiderando os que constituem os riscos iminentes. Se considerados todos os participantes ativos, essa idade média na avaliação atuarial de 2017 seria de 41,94 anos.

1.2 O custo total reavaliado ajustado à receita prevista de 28,19% será custeado, no exercício de 2018, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra, tanto para os Participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Referência	Em %	
	2016	2017
Contribuição Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	10,79% *1	10,87% *1
Contribuição Normal da Patrocinadora	15,00% *2	15,00% *2
<b>Subtotal</b>	<b>25,79%</b>	<b>25,87%</b>
Custo Suplementar	2,32%	2,32%
<b>Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos):</b>	<b>28,11%</b>	<b>28,19%</b>
<b>Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:</b>		
Aposentados	10,00%	10,00%
Pensionistas	0,00%	0,00%

\*1 Inclui a contribuição Normal mais a Joia Atuarial: 10,39% + 0,48% = 10,87%, sendo 0,48% o percentual contributivo médio dos participantes destinado a dar cobertura à Joia Atuarial.

\*2 Não está incluído a contribuição destinada ao custeio administrativo, de total responsabilidade patronal, de valor igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistedos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

A Contribuição Pura vigente de 25,87% (que inclui a Joia Atuarial) da folha do Salário Real de Contribuição é ligeiramente superior ao Custo Normal Puro Reavaliado de 25,58% (ambos sem considerar a sobrecarga administrativa). Isso significa que poderão ser mantidas em 2018 as alíquotas de contribuição dos participantes e das patrocinadoras aplicadas durante o exercício de 2017.

## 2. Variação das provisões matemáticas:

A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) ao final do ano de 2016 e ao final do ano 2017 é a seguinte:

Referência	Valores em R\$ MIL		
	31/12/2016	31/12/2017	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	2.638.248	2.850.000	8,03%
Provisão de Benefícios a Conceder	997.402	967.292	-3,02%
Provisão Matemática a Constituir (*1)	-47.193	-44.567	-5,56%
<b>Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)</b>	<b>3.588.457</b>	<b>3.772.724</b>	<b>5,14%</b>

\*1: A ser amortizada pelo pagamento dos Patrocinadores, da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial, a vigorar durante 480 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 123 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2018, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

## 3. Principais riscos atuariais:

3.1 O Plano apresentou um Déficit Técnico Contábil de R\$ (305.483) mil. Aplicando o ajuste de precificação de títulos públicos de R\$ 143.320 mil, previsto nas Resoluções CNPC 15/2014 e 16/2014, o Plano permanece deficitário, só que em R\$ (162.163) mil, correspondendo esse último valor ao Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano.

3.2 Em relação à hipótese de Taxa Real de Juros, a mesma foi mantida, por recomendação do atuário responsável pelo Plano, em 5,76% a.a., considerando a "duration" do passivo de 13,65 anos e o estudo elaborado pela Mercer que estimou a rentabilidade real líquida (TIR) projetada em 6,24% a.a., calculada com base na Resolução CGPC 18/2006.

3.3 Em relação à hipótese de Crescimento Real de Salário, adotou-se a função logística ajustada  $S_x = 1,244430 / [1 + \exp(2,821449 - 0,069235x)]$ , com  $r^2 = 0,9839$ , onde  $S_x$  é o Salário Médio Ajustado do participante com idade  $x$ , obtida pela experiência do Plano nos últimos 16 anos, ou seja, de 2001 a 2016. Esta mudança onerou o passivo do Plano em R\$ 14.178 mil.

3.4 Em relação à hipótese de Rotatividade, adotou-se a função polinomial de 2º grau:  $Y = a - b(X-18) + c(X-18)^2$ , onde  $Y = 0,0257 - 0,0021(X-18) + 0,00005(X-18)^2$ , sendo limitada, por recomendação do atuário responsável pelo Plano, a projeção de saída dos participantes sem direito a benefício aos 40 anos de idade, obtida pela experiência do Plano nos últimos 16 anos, ou seja, de 2001 a 2016. Esta mudança reduziu o passivo do Plano em R\$ 1.158 mil.

3.5 O Fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo foi alterado em 2017, de 97,43% (adotado em 2016), para 97,37%. A alteração levou em consideração o estudo da Mercer, baseado nos cenários da consultoria Tendências (mesma previsão utilizada no estudo de Aderência da Taxa de Juros), que apontou um IPCA-IBGE médio de 4,92%, ao longo dos próximos 10 anos. Esta mudança reduziu o passivo do Plano em R\$ 2.325 mil.

3.6 Em relação à hipótese de Composição de Família de Pensionistas, conforme JM/1233/2017, de 30/06/2017, indicamos a utilização da família efetiva para a avaliação atuarial dos compromissos relativos aos Benefícios de Pensão por Morte (atuais e futuros) dos Assistidos e Família Média (Hx), calculada a partir do cadastro dos Participantes do Plano da Fibra no mês de dez/2016. Esta mudança reduziu o passivo do Plano em R\$ 5.551 mil.

3.7 Com relação às demais hipóteses atuariais, considerando o prazo de validade de 3 anos estabelecido pela Instrução PREVIC nº 23/2015, foram realizados novos estudos, não se verificando a necessidade de alterações.

3.8 Tomando por base o Patrimônio de Cobertura do Plano ao final de 2016 e de 2017 (sem o ajuste de precificação de títulos públicos) e utilizando o método da Taxa Interna de Retorno-TIR, a rentabilidade nominal anual líquida das aplicações financeiras deste Plano foi de 10,64% e utilizando o sistema de cotas foi de 10,63%, o que representou uma rentabilidade real de 7,62% a.a., tanto pela TIR, quanto no sistema de cotas, sendo superior aos 2,80% correspondentes à inflação IPCA-IBGE, acumulada de jan a dez/2017, aplicado com um mês de defasagem.

NOTA: Considerando a variação do IPCA-IBGE de jan a dez/2017, de 2,95%, sem qualquer defasagem, se obteve uma rentabilidade real de 7,47% a.a. (com base na TIR) e 7,46% a.a. (com base no sistema de cotas).

3.9 Um ponto a destacar é com relação à evolução da base de incidência da contribuição suplementar de 2,32% da folha total de remuneração dos patrocinadores, já que essa folha vem se reduzindo e, nesse cenário, há indicação para se alterar a forma de amortização da provisão matemática a constituir, correspondente ao tempo de serviço prestado aos Patrocinadores antes da criação do Plano de Benefícios Fibra averbado como tempo de filiação a esse plano, visando recuperar a capacidade de realizar, de forma efetiva, essa amortização.

3.10 Finalmente, um ponto relevante envolvendo Riscos Atuariais, decorre de que no período de 2006 a 2014 (exceto em 2011), o Patrocinador

concedeu reajustes reais acima da inflação incorporados à Tabela Salarial, embora não tenham ocorrido reajustes dessa natureza nos últimos 3 (três) anos, 2015, 2016 e 2017). Como os Benefícios dos assistidos e o Salário Real de Benefício tomam por base os reajustes ocorridos na Tabela Salarial, se verificou no referido período (2006 a 2014, exceto 2011), um aumento nos valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder acima do previsto, que, em parte, vem sendo coberto pela obtenção de rentabilidade acima da Meta Atuarial (inflação IPCA-IBGE acrescida da Hipótese de juros reais). Caso a prática de concessão de reajustes acima da inflação volte a se repetir no futuro, deverá ser encontrada uma forma para dar cobertura ao recorrente aumento do passivo atuarial.

#### 4. Soluções para insuficiência de cobertura:

A Contribuição Normal Pura (incluindo as joias atuariais) vigente mostra-se suficiente para dar cobertura ao custo normal, atuarialmente reavaliado, do Plano.

#### 5. Qualidade da Base Cadastral:

Com relação aos valores registrados como: Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, Provisão Matemática a Constituir e Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais aqui descritas, os regimes atuariais de financiamento apresentados no item 4 da Nota Técnica Atuarial do Plano de Benefícios da Fibra (JM/0012/2018) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fibra, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os eventuais ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2017, reletida nesta D.A..

#### 6. Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Não existe fundo previdencial para este Plano.

#### 7. Variação do resultado:

Neste contexto, a evolução do Resultado Acumulado (Contábil) de R\$ (315.670) mil apurado em 31/12/2016 para o Resultado Acumulado (Contábil) apurado em 31/12/2017 de R\$ (305.483) mil, estão apresentados a seguir:

1	Equilíbrio Técnico, registrado contabilmente em 31/12/2016	R\$ (315.670) mil
2	Atualização do Equilíbrio Técnico de 31/12/2016 para 31/12/2017 pela meta atuarial (c/ defasagem)	R\$ (27.558) mil
3	Aumento das Provisões Matemáticas decorrentes da alteração na hipótese de Crescimento Real de Salário	R\$ (14.178) mil
4	Redução das Provisões Matemáticas decorrentes da alteração na hipótese de Rotatividade	R\$ 1.158 mil
5	Redução das Provisões Matemáticas decorrentes de alteração do fator de capacidade dos benefícios para 97,37%	R\$ 2.325 mil
6	Redução das Provisões Matemáticas decorrentes da atualização da hipótese de Composição Familiar de Pensionista.	R\$ 5.550 mil

7	Outros Ganhos / (Perdas) Líquidos pulverizados e de origens diversas não registrados anteriormente	R\$(13.837) mil <sup>(*)1</sup>
8	<b>Impacto nas Provisões Matemáticas decorrente das situações refletidas nos itens anteriores</b>	<b>R\$ (46.540) mil</b>
9	Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial do ano de 2017 com IPCA-IBGE um mês defasado	R\$ 61.389 mil
10	Diferença entre utilização do IPCA defasado em um mês para IPCA sem defasagem, no cálculo da rentabilidade prevista.	R\$ (4.662) mil
11	<b>Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial do ano de 2017</b>	<b>R\$ 56.727 mil <sup>(*)2</sup></b>
12	<b>Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2017</b>	<b>R\$ (305.483) mil <sup>(*)3</sup></b>

(\*1) Consiste em desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de final de exercício, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria, crescimento real de salários e rotatividade), com o que realmente ocorreu de decremento no mesmo exercício, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano. Correspondente a apenas (0,37%) do total das Provisões Matemáticas avaliadas, em 31/12/2017, em R\$ 3.772.724 mil.

(\*2) Corresponde à diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano em 2017 (R\$ 3.405.852) mil e o Patrimônio de Cobertura do Plano em 2016 (R\$ 3.272.787) mil, evoluído para 2017, considerando a obtenção de rentabilidade líquida igual a meta atuarial de rentabilidade do ano de 2017 - IPCA-IBGE sem defasagem + taxa de juros, no valor de R\$ 56.728 mil. Considerando o Patrimônio de Cobertura evoluído pela meta atuarial com IPCA-IBGE com um mês de defasagem + taxa de juros, a diferença entre a rentabilidade do Patrimônio de Cobertura obtida é de R\$ 61.389 mil.

(\*3) O Resultado Contábil, em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 305.483 mil. Com a aplicação do ajuste na Precificação dos Ativos no valor de R\$ 143.320 mil, em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 375/2017), a situação atuarial do Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado), em 31 de dezembro de 2017, permanece deficitária em R\$ 162.163 mil.

**OBSERVAÇÃO:** O Passivo Atuarial deste Plano de Benefícios Definidos é avaliado considerando a evolução do Salário Real de Benefício de um ano para o ano seguinte, ou seja, a média dos últimos 36 Salários Reais de Contribuição no que se refere às parcelas fixas da remuneração e a média dos últimos 120 meses das parcelas variáveis da remuneração, o que apresenta variações, ora para maior, ora para menor, em relação à evolução do Salário Real de Contribuição de um exercício para o exercício subsequente.

## 8. Natureza do resultado:

O Resultado Contábil Deficitário do Plano de Benefício Definido vigente na Fibra, em 31/12/2017, é de R\$ 305.483 mil, porém mesmo levando-se em consideração a aplicação do ajuste na Precificação dos Ativos de R\$ 143.320 mil, em conformidade com a Resolução CNPC 26/2008 (incluindo a Portaria PREVIC nº 375/2017), a situação atuarial do Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado), em 31/12/2017, permanece deficitária em R\$ (162.163) mil. Esse nível de situação atuarial deficitária demonstra, à luz da legislação vigente, não existir, ao final de 2017, necessidade de equacionamento, pois a relação entre o Resultado Técnico Ajustado e o valor total das Provisões Matemáticas, R\$ (162.163) mil / R\$ (3.772.724) mil, cujo resultado é 4,30%, não chega

ao limite estabelecido pela Resolução CNPC 22/2015, sendo inferior a 9,65% ("duration" de 13,65 - 4), que é o limite estabelecido pela legislação, para que seja necessário equacionar o déficit existente no Plano.

É relevante destacar que, com base no Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Fibra de 31/12/2017, a taxa de equilíbrio encontrada (ou seja, aquela que, ao final do exercício anterior apresentaria uma Situação Atuarial de Equilíbrio Técnico Ajustado igual a R\$ 0,00) de 6,15% a.a., tem uma probabilidade de sucesso entre maior ou igual a 59,30% e maior ou igual a 67,40%, com base em simulações geradas pelo modelo "Monte Carlo", com nível de confiança de 95% (atendendo o disposto no §5º, Art.6º da Instrução nº23 da Previc) demonstrando que, em realidade, se pode dizer que o Plano de Benefícios Fibra estava equilibrado em 31/12/2017.

## 9. Soluções para equacionamento de déficit:

Não há a necessidade de equacionar o déficit existente no Plano em 31/12/2017, considerando que a relação entre o Resultado Técnico Acumulado (já considerando o ajuste de Precificação) e o valor total das Provisões Matemáticas, R\$ (162.163) mil / R\$ (3.772.724) mil, cujo resultado é 4,30%, não chega ao limite estabelecido pela Resolução CNPC 22/2015, ou seja, é inferior a 9,65% ("duration" de 13,65 - 4).

Ressalte-se que o déficit em relação às provisões matemáticas tem reduzido, pois em 2015 era de 5,20%, passando para 4,68% em 2016 e agora está em 4,30%.

## 10. Adequação dos métodos de financiamento:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido aberto a novas adesões de participantes, o regime financeiro adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte é o de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado, mostra-se plenamente adequado à legislação vigente.

Os benefícios de auxílio funeral e devolução de contribuição a designado são avaliados pelo regime financeiro de repartição na versão simples, em conformidade com a legislação vigente.

Os benefícios de auxílio reclusão e benefício especial temporário por morte são avaliados pelo regime financeiro de repartição na versão capital de cobertura, em conformidade com a legislação vigente.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2018

**José Roberto Montello**  
Atuário MIBA 426

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores Fundação Itaipu – BR de Previdência e Assistência Social - Fibra**

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Itaipu – BR de Previdência e Assistência Social - Fibra ("Fibra"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das pro-

visões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Itaipu – BR de Previdência e Assistência Social - Fibra em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fibra, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Fibra é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fibra continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fibra são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fibra.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fibra. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fibra a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2018

**PricewaterhouseCoopers**

Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

**Emerson Laerte da Silva**

Contador CRC 1SP171089/O-3

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2017, das respectivas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, da Mutação do Patrimônio Social Consolidada, do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e da Demonstra-

ção das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios, bem como dos atos da Diretoria Executiva relativos ao exercício de 2017, embasados, ainda, no parecer JM/0205/2018 da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e nos relatórios preliminares do auditor independente e de recomendações para o aprimoramento dos controles internos, emitido pela Auditoria Independente PricewaterhouseCooper, analisados na reunião do Colegiado de 20 de fevereiro de 2018, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, permitindo a aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2018.

**ANDREA SILVA MEDEIROS**

Presidente

**CLERIONE RAQUEL**

**HERTHER DA ROCHA**

Conselheira

**CLÁUDIA REGINA DAL**

**MORO BORGES**

Conselheira

**DIEB TANNOURI**

Conselheiro

## PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social – Fibra, no uso de suas atribuições estatutárias, examinaram o Relatório Anual de Informações e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, devidamente acompanhados pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e nos relatórios preliminares da auditoria externa PriceWaterhouseCooper e de recomendações para o aprimoramento de controles internos, além do posicionamento apresentado durante a reunião do Colegiado de 26 fev. 2018 e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, do Estatuto da Fibra, relativo ao exercício de 2017.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2018.

**João Emilio Corrêa da**

**Silva de Mendonça**

Presidente

**Rosimeri Fauth Ramadas Martins**

Conselheira

**Laerti Alves Quadrado**

Conselheiro

**Adriano Bardou Martins**

Conselheiro

**Eron Marcio Nyznyk**

Conselheiro

**Saulo Assumpção**

Conselheiro

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018

(Resumo - em atendimento a Resolução CGPC n  23 de 06 dez. 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Silvio Renato Rangel Silveira	514.772.629-20	Superintendente

**Objetivos da Gestão:** A gestão dos recursos da Fibra é realizada internamente pela própria Fibra e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimentos, levando-se sempre em consideração o limite de risco da Fibra e a característica de seu passivo.

Taxa Mínima Atuarial / �ndice de Referência			
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros	
01/2018 a 12/2018	I PCA	5,76%	
Alocação dos Recursos			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	70,00%	93,00%	79,50%
Renda Variável	1,00%	10,00%	5,00%
Imóveis	2,00%	3,00%	2,50%
Empréstimos e Financiamentos	2,00%	3,00%	2,50%
Investimentos Estruturados	1,00%	10,00%	6,50%
Investimentos no Exterior	1,00%	5,00%	4,00%

\* Alocação/Derivativos – Proteção+Exposição, conforme Art.44 da Resolução n  3.792.

Com o objetivo de melhorar a eficiência da gestão, os limites das carteiras de Renda Variável e Private Equity serão considerados conjuntamente sendo o seu ponto ótimo em 11,50% conforme quadro abaixo:

Segmento	Classe	Mín	Ponto �timo	Máx
Renda Variável	Ibovespa			
	Valor			
	Dividendos	2,00%	11,50%	20,00%
	Small Caps			
Estruturados	Private Equity			

No caso de Private Equity o valor máximo a ser aplicado não ultrapassar  o limite previsto de 10%, mas o limite máximo em Renda Variável poderá ultrapassar 10%, desde que somado ao Private Equity este limite seja inferior a 20%.

### Cenários Macroeconômicos

As projeções utilizadas para 2018, no estudo de ALM, foram:

Selic: 3,55% a.a.	IPCA: 4,37% a.a.
Ibovespa: 6,53% a.a.	Crédito + Pr�mio (IMA-B 5 + 1,06% a.a.): 3,80%

As taxas representam a rentabilidade real, descontada a inflação projetada para os anos futuros.

## Índice de Referência (benchmark)

Segmentos	Metas
Renda Fixa	Ativa: IMA Composto
Renda Variável	Ibovespa+1%
Estruturados	IHFA
Exterior	MSCI World em Reais
Imóveis	IPCA+4%
Empréstimos	IPCA+8,75%

### Carteira Consolidada de Investimentos:

Meta de Longo Prazo (14 anos): superar IPCA + 5,76%.

### Controle de Risco

Os procedimentos de controle interno e de avaliação de risco de investimentos da Fibra, que utiliza um modelo de risco próprio para fins gerenciais, estão inclusos nos Procedimentos Gerenciais e Operacionais, nos critérios e demais normas internas integrantes do escopo de certificação de qualidade da Fibra, aprovados pela Diretoria Executiva, e submetidos às auditorias interna e externa da qualidade, dentro do padrão da ISO-9000.

Os critérios para Avaliação dos Riscos estão assim dispostos:

- Risco de Mercado – Metodologia VaR, Benchmark VaR (B-Var), Component VaR, Testes de Stress e Backtesting;
- Risco de Crédito – RiskBank elaborado pela Consultoria Lopes & Filho Associados;
- Risco de Liquidez – ALM (*Asset Liability Management*), Fluxo do Passivo Atuarial, Controle de Liquidez e Solvência;
- Risco Operacional – Consultoria PFM / ISO 9000;
- Risco Legal – Administrador Fiduciário e parecer jurídico quando necessário;
- Risco Sistemico – Análise de stress.

A Fibra buscará a garantia do equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos do Plano e o passivo atuarial por meio da realização de estudos de ALM contratados junto a especialistas de mercado, e a incorporação dos resultados destes estudos na Política de Investimentos.

### Contratação de Gestores de Recursos

Os procedimentos e principais critérios para a contratação dos gestores de recursos da FIBRA estão descritos nos itens 11.1 e 11.2 da Política de Investimentos.

A Política de Investimentos da Fibra, na íntegra, está disponível no site [www.fundacaoitaipu.com.br](http://www.fundacaoitaipu.com.br) ou, se desejar, solicite cópia impressa.

## RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS – Plano de Benefícios - BD

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC nº. 13 de 01/10/2004, Art. 3º da Resolução CGPC nº. 23 de 06/12/2006, Instrução SPC nº 14 de 18/01/2007 alterada pela Instrução SPC nº. 21 de 07/04/2008 e Instrução MPS/Previc/DC nº 13 de 12/11/2014 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

### MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, EM ATENDIMENTO AO ART.19 DA RESOLUÇÃO CGPC N.º 13 DE 01/10/2004

O conselho fiscal em sua reunião ordinária realizada em 19 de fevereiro de 2018, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Fibra, após exame do Balanço Patrimonial de 2017, e demais demonstrações contábeis, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2017, emitiu parecer que as referidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômica-financeira da Fundação.

### 1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

(Inciso I do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Composição dos Investimentos	Posição em 2016		Posição em 2017		Limites Política Faixas de alocação		Limites 3.792
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Mín	% Máx	
<b>Total das Aplicações</b>	<b>3.180.419.706</b>	<b>100,00</b>	<b>3.384.267.630</b>	<b>100,00</b>	-	-	-
Renda Fixa	2.709.233.016	85,18	2.854.842.373	84,36	75	93	84,5
Renda Variável	154.892.914	4,87	166.550.342	4,92	1	10	6
Imóveis	83.111.028	2,61	88.168.899	2,61	2	3	2,5
Empréstimos	80.505.738	2,53	82.963.137	2,45	2	3	2,5
Estruturados	105.219.906	3,31	117.425.169	3,47	1	5	3
Exterior	47.296.168	1,49	74.191.116	2,19	1	4	1,5
Disponível em caixa	160.935	0,01	126.594	0,00	-	-	-

### 2. TAXA MÍNIMA ATUARIAL E RENTABILIDADES

(Inciso IV, V e VIII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Segmento	Bench-mark 2016	2016		Bench-mark 2017	2017	
		% Rentabilidade	% Bench-mark		% Rentabilidade	% Bench-mark
Renda Fixa	IMA Composto	13,76 <sup>(1)</sup>	28,49	IMA Composto	9,58 <sup>(1)</sup>	12,45
Renda Variável	Ibovespa +1%	32,01	40,32	Ibovespa +1%	25,81	28,13
Imóveis	IPCA+4%	1,98	10,54	IPCA+4%	10,19	7,07
Operações c/ Participantes	IPCA+8,75%	17,98	15,59	IPCA+8,75%	11,11	11,96
Estruturados	Ibovespa +3,5%	35,14	43,8	Ibovespa+3,5%	7,41	31,30
Exterior	MSCI World em Reais	(13,95)	(12,81)	MSCI World em Reais	23,82	21,92
<b>Rentabilidade Total</b>	<b>IPCA+5,76%a.a.</b>	<b>14,42<sup>(2)</sup></b>	<b>12,41</b>	<b>IPCA+5,76%a.a.</b>	<b>10,55<sup>(2)</sup></b>	<b>8,88</b>

(1) Rentabilidade da carteira de renda fixa com ativos marcados a mercado é 12,44%.

(2) Rentabilidade geral com ativos marcados a mercado é 12,96%

### 3. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA (EM RELAÇÃO AO IPCA+5,76% a.a.) (IN SPC 2 DE 18/05/2010)

Seg- mento	Meses	Segmento de Renda Fixa		Segmento de Renda Variável		Segmento Estruturados		Segmento Investimentos no Exterior		Segmento de Empréstimos		Segmento de Imóveis		Total do Plano		TMA	
		12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses
2017	Janeiro	1,73	3,39	37,20	(16,52)	32,64	(8,87)	(20,48)	51,73	5,34	15,55	(9,48)	(4,13)	3,45	0,33	11,42	47,37
	Fevereiro	1,47	2,68	36,71	(11,37)	33,21	(8,38)	(18,34)	52,62	5,09	15,11	(8,91)	(3,91)	3,29	0,48	10,79	46,88
	Março	1,28	3,24	14,71	(20,11)	34,90	(7,41)	(11,94)	58,32	4,05	15,71	(8,78)	(3,16)	2,38	(0,06)	10,59	45,93
	Abril	1,30	2,80	8,56	(20,77)	35,24	(6,74)	(4,61)	62,37	3,76	15,86	(8,34)	(2,65)	2,26	(0,46)	10,08	45,19
	Mai	1,37	2,22	13,82	(25,38)	35,72	(6,49)	(5,10)	67,52	4,13	15,25	0,94	9,74	2,78	(0,56)	9,56	45,01
	Junho	1,33	2,75	8,66	(28,22)	36,43	(10,96)	15,04	73,51	4,14	15,02	1,47	10,32	2,86	(0,89)	8,93	44,13
	Julho	1,28	2,08	2,36	(26,59)	36,31	(10,92)	2,08	63,48	3,74	14,28	1,83	9,71	2,31	(1,89)	8,63	44,49
	Agosto	1,43	2,24	10,41	(27,94)	22,70	(27,44)	1,64	66,89	3,49	13,93	2,09	9,46	2,46	(3,77)	8,36	44,43
	Setembro	1,04	2,87	15,16	(7,94)	22,87	(25,65)	5,03	57,78	2,88	14,55	1,92	9,65	2,36	(0,25)	8,44	43,87
	Outubro	0,99	2,33	5,05	(9,43)	22,67	(25,44)	16,00	67,80	2,36	14,23	1,69	9,24	1,97	(0,86)	8,62	43,90
	Novembro	0,89	2,25	7,55	(14,26)	36,11	(14,29)	9,71	57,78	2,17	13,76	1,52	9,17	2,30	(0,85)	8,73	43,60
	Dezembro	0,70	2,51	16,93	3,58	(1,46)	(14,50)	14,94	55,78	2,24	56,95	1,32	(27,94)	1,67	0,39	8,88	43,15

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC nº 2, de 18/05/2010. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (IPCA + 5,76% ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

### 4.DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR ( R\$)	% APLIC.
<b>TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS DISPONÍVEL/IMEDIATO</b>	<b>PRÓPRIA</b>	<b>3.379.133.336,19</b>	<b>100,00%</b>
<b>A - SEGMENTO DE RENDA FIXA</b>		<b>2.849.708.079,62</b>	<b>84,33%</b>
<b>A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA</b>	<b>PRÓPRIA</b>	<b>2.561.242.621,34</b>	<b>75,80%</b>
<b>1 - TÍTULOS PÚBLICOS</b>		<b>2.546.088.277,16</b>	<b>75,35%</b>
<b>BAIXO RISCO DE CRÉDITO</b>			
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B		2.314.276.125,54	68,49%
NTN - C - Notas do Tesouro Nacional - Série C		136.201.915,09	4,03%
LFT - Letra Financeira do Tesouro		95.610.236,53	2,83%
<b>2 - TÍTULOS PRIVADOS</b>		<b>15.154.344,18</b>	<b>0,45%</b>
<b>BAIXO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>15.154.344,18</b>	<b>0,45%</b>
1 - Debêntures		15.078.196,87	0,45%
Cemig GT		15.078.196,87	0,45%
2 - Certificado de Depósito Bancário - Pós-Fixado		76.147,31	0,00%
Banco Safra S/A		76.147,31	0,00%
<b>A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO</b>		<b>293.599.751,60</b>	<b>8,69%</b>
<b>1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA</b>		<b>293.599.751,60</b>	<b>8,69%</b>
BRZ Crédito Privado FIM	TERCEIRIZADA	5.487.704,87	0,16%
Bradesco FI Ref. DI Premium	TERCEIRIZADA	103.427.971,55	3,06%
FI Votorantim Institucional RF CP	TERCEIRIZADA	84.322.966,80	2,50%
AZ Quest Luce FIC FIRF CP LP	TERCEIRIZADA	50.191.881,09	1,49%
Porto Seguro Ref. DI CP	TERCEIRIZADA	50.169.227,29	1,48%
<b>A3 - EXIGÍVEL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(5.134.293,32)</b>	<b>-0,15%</b>
Honorários Advocáticos		(5.134.293,32)	-0,15%

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR ( R\$)	% APLIC.
<b>B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL</b>		<b>166.550.341,67</b>	<b>4,93%</b>
<b>B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS</b>		<b>165.937.255,46</b>	<b>4,91%</b>
ETF Ishares PIBB11	TERCEIRIZADA	36.009.750,00	1,07%
ETF Ishares BOVA11	TERCEIRIZADA	111.652.750,00	3,30%
Sulamérica Expertise FIA	TERCEIRIZADA	1.528.775,68	0,05%
M Square Institucional FIC FIA	TERCEIRIZADA	16.745.979,78	0,50%
<b>B2 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - EXCLUSIVOS</b>		-	<b>0,00%</b>
	TERCEIRIZADA	-	0,00%
<b>B3 - ALUGUEL DE ETF's</b>		<b>613.086,21</b>	<b>0,02%</b>
ETF Ishares	TERCEIRIZADA	612.706,00	0,02%
Valores a receber	TERCEIRIZADA	380,21	0,00%
<b>C - SEGMENTO DE ESTRUTURADOS</b>		<b>117.425.169,15</b>	<b>3,48%</b>
<b>C1 - QUOTAS DE FUNDOS ESTRUTURADOS</b>		<b>117.425.169,15</b>	<b>3,48%</b>
Neo Capital Mezanino FIP	TERCEIRIZADA	7.498.708,73	0,22%
Empreendedor Brasil FIP	TERCEIRIZADA	8.795.421,57	0,26%
FIP Terra Viva	TERCEIRIZADA	553.391,59	0,02%
Logística Brasil FIP	TERCEIRIZADA	34.135.097,63	1,01%
Pátria Real Estate II Private FIP	TERCEIRIZADA	11.800.603,25	0,35%
Pátria Special Opportunities I FIP	TERCEIRIZADA	13.903.750,27	0,41%
Brasil Energias Renováveis I FIP	TERCEIRIZADA	14.187.825,01	0,42%
P2 Brasil Infraestrutura III FIC FIP	TERCEIRIZADA	10.221.077,21	0,30%
Ória Tech 1 FIP	TERCEIRIZADA	16.329.293,89	0,48%
<b>D - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>		<b>74.191.115,61</b>	<b>2,20%</b>
<b>D1 - QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>		<b>74.191.115,61</b>	<b>2,20%</b>
Fundo BB Mult BlackRock IE FI	TERCEIRIZADA	42.350.591,93	1,25%
Fundo BB Mult Global Select Equity IE FI	TERCEIRIZADA	31.840.523,68	0,94%
<b>E - SEGMENTO DE IMÓVEIS</b>		<b>88.168.898,67</b>	<b>2,61%</b>
<b>E1 - EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO</b>	<b>PRÓPRIA</b>	<b>3.874.426,06</b>	<b>0,11%</b>
Edifício Governador Parigot de Souza		3.874.426,06	0,11%
Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR			
Térreo, 5º e 9º andar			
<b>E2 - EDIFICAÇÕES LOCADAS À PATROCINADORA</b>	<b>PRÓPRIA</b>	<b>43.781.491,38</b>	<b>1,30%</b>
Edifício Governador Parigot de Souza		43.781.491,38	1,30%
Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR			
<b>E3 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA</b>	<b>PRÓPRIA</b>	<b>40.512.981,23</b>	<b>1,20%</b>
7º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.773.871,12	0,14%
9º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.332.210,72	0,16%
10º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.332.210,72	0,16%
11º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.332.210,72	0,16%
24º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.694.195,04	0,17%
25º andar do Edifício Centro Comercial Itália		6.156.093,28	0,18%
26º andar do Edifício Centro Comercial Itália		6.486.395,44	0,19%
Rua Marechal Deodoro, 630 - Centro - Curitiba - PR			
Direitos em Alienação de Investimentos em Imóveis		675.000,00	0,02%
Aluguéis a Receber		730.794,19	0,02%
<b>F - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES</b>	<b>PRÓPRIA</b>	<b>82.963.137,11</b>	<b>2,46%</b>
Empréstimos Simples		82.963.137,11	2,46%

(\*) O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos do patrocinador oriundos da reversão da dação em pagamento, no valor de R\$ 67.597.348,87.

## 5. DEMONSTRATIVO POR TIPO DE GESTÃO: TERCEIRIZADA OU PRÓPRIA

Data: 31/12/2017

(Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	RENDA VARIÁVEL	%	ESTRUTURADOS	%	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	%	OPERAÇÃO C/ PART.	%	IMÓVEIS	%	TOTAL	% sobre o total
<b>1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA</b>	<b>2.556.234.922,38</b>	<b>89,70%</b>	-	-	-	-	-	-	<b>82.963.137,11</b>	<b>100%</b>	<b>88.168.898,67</b>	<b>100,00</b>	<b>2.727.366.958,16</b>	<b>80,71%</b>
<b>2 - GESTÃO TERCEIRIZADA</b>	<b>293.599.751,60</b>	<b>10,30%</b>	<b>166.550.341,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>117.425.169,15</b>	<b>100,00%</b>	<b>74.191.115,61</b>	<b>100%</b>	-	-	-	-	<b>651.766.378,03</b>	<b>19,29%</b>
Bradesco Asset Management S/A	103.427.971,55	3,63%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103.427.971,55	3,06%
BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	-	-	112.265.836,21	67,41%	-	-	-	-	-	-	-	-	112.265.836,21	3,32%
SulAmérica Investimentos Gestora de Recursos S/A	-	-	1.528.775,68	0,92%	-	-	-	-	-	-	-	-	1.528.775,68	0,05%
Banco Itaú-Unibanco S/A	-	-	36.009.750,00	21,62%	-	-	-	-	-	-	-	-	36.009.750,00	1,07%
BB DTVM S/A	-	-	-	-	-	-	74.191.115,61	100%	-	-	-	-	74.191.115,61	2,20%
BRZ Investimentos Ltda.	5.487.704,87	0,19%	-	-	42.930.519,20	36,56%	-	-	-	-	-	-	48.418.224,07	1,43%
DGF Gestão de Fundos Ltda.	-	-	-	-	553.391,59	0,47%	-	-	-	-	-	-	553.391,59	0,02%
Ória Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	16.329.293,89	13,91%	-	-	-	-	-	-	16.329.293,89	0,48%
Pátria Investimentos Ltda.	-	-	-	-	25.704.353,52	21,89%	-	-	-	-	-	-	25.704.353,52	0,76%
P2 Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	10.221.077,21	8,70%	-	-	-	-	-	-	10.221.077,21	0,30%
Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	14.187.825,01	12,08%	-	-	-	-	-	-	14.187.825,01	0,42%
NEO Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	7.498.708,73	6,39%	-	-	-	-	-	-	7.498.708,73	0,22%
M Square Brasil Investimentos Ltda.	-	-	16.745.979,78	10,05%	-	-	-	-	-	-	-	-	16.745.979,78	0,50%
Votorantim Asset Management S/A	84.322.966,80	2,96%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84.322.966,80	2,50%
AZ Quest Invetimentos Ltda.	50.191.881,09	1,76%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.191.881,09	1,49%
Porto Seguro Investimentos	50.169.227,29	1,76%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.169.227,29	1,48%
<b>TOTAL GERAL</b> (% s/ o total dos investimentos)	<b>2.849.834.673,98</b>	<b>84,34%</b>	<b>166.550.341,67</b>	<b>4,93%</b>	<b>117.425.169,15</b>	<b>3,48%</b>	<b>74.191.115,61</b>	<b>2,2%</b>	<b>82.963.137,11</b>	<b>2,46%</b>	<b>88.168.898,67</b>	<b>2,61%</b>	<b>3.379.133.336,19</b>	<b>100,00%</b>

## 6. RISCO DE MERCADO MÉDIO MENSAL (21 DIAS ÚTEIS) - INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%

VaR - Valor em Risco	2016		2017		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	92.990.709	3,55	93.787.765	3,35	10,00 <sup>(1)</sup>
Segmento de Renda Variável	16.124.012	10,90	10.852.940	6,72	30,00 <sup>(1)</sup>
Segmento de Estruturados	2.721.680	3,45	4.842.582	4,35	10,00 <sup>(1)</sup>
Carteira Consolidada	105.648.040	3,65	107.426.315	3,19	15,00 <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Alterado o limite na Política de Investimentos para 2013, conforme o Critério de Avaliação de Risco I-001-2011 de 23/12/2011 revisão 2.

## 7. RISCO DE CRÉDITO<sup>(\*)</sup>

Segmento de Renda Fixa	2016	2017	% Limite Resolução 3.792
Baixo Risco de Crédito Tesouro	93,93%	96,19%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	6,07%	3,81%	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	-	-	20,00%

(\*) Percentual em relação à carteira de investimentos.

## 8. EMISSÕES DE TÍTULOS PRIVADOS CARTEIRA PRÓPRIA

EMPRESA	APLICAÇÃO ATUAL	% PL
<b>EMPRESAS FINANCEIRAS</b>	<b>76.147,31</b>	<b>0,00</b>
Banco Safra S/A	76.147,31	0,00
<b>EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS</b>	<b>15.078.196,87</b>	<b>0,45</b>
Debêntures Cemig GT	15.078.196,87	0,45
<b>Total</b>	<b>15.154.344,18</b>	<b>0,45</b>

## 9 - Informações gerais:

Custodiante: Banco Bradesco S.A  
 Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A  
 Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A  
 Responsável pelo controle do risco: Fundação Itaipu-BR  
 Responsável pela auditoria de gestão: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

## 10- Informações do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001

Administrador Qualificado: Tel: 41-3321.4365  
**Silvio Renato Rangel Silveira**  
 Diretor Superintendente da Fibra e-mail: rangel@fundacaoitaipu.gov.br

# RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS – Plano de Gestão Administrativa - PGA

## 1. Alocação dos recursos da carteira de investimentos

Composição dos Investimentos	Posição em 2016		Posição em 2017		Limites Política Faixas de alocação		Limites 3.792 % Alvo
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Mín.	% Máx.	
Total das Aplicações	9.180.701,91	100,00	10.087.583,09	100,00	-	-	-
Renda Fixa	9.179.810,91	99,99	10.087.491,89	100,00	0	100	100
Disponível em caixa	891,00	0,01	91,20	0,00	0	0	0

## 2. Taxa mínima atuarial e rentabilidades

Segmento	Benchmark 2016	2016		Benchmark 2017	2017	
		% Rentabilidade	% Benchmark		% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	100% CDI	14,29	14,00	100% CDI	10,35	9,95

## 3. Divergência não planejada (em relação ao CDI a.a.) (IN SPC 2 DE 18/05/2010)

Segmento	Meses	Segmento de Renda Fixa		Total do Plano		TMA	
		12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses
2017	Janeiro	0,48	3,71	0,48	3,71	13,92	43,23
	Fevereiro	0,43	3,55	0,43	3,55	13,76	43,35
	Março	0,45	3,31	0,45	3,31	13,64	43,77
	Abril	0,59	3,31	0,59	3,31	13,34	43,73
	Mai	0,59	3,43	0,59	3,43	13,14	43,83
	Junho	0,51	3,31	0,51	3,31	12,75	43,82
	Julho	0,59	3,48	0,59	3,48	12,41	43,62
	Agosto	0,75	0,88	0,75	0,88	11,95	43,54
	Setembro	0,77	1,28	0,77	1,28	11,43	43,17
	Outubro	0,64	1,26	0,64	1,26	10,99	42,74
	Novembro	0,55	1,25	0,55	1,25	10,47	42,36
	Dezembro	0,40	1,20	0,40	1,20	9,95	41,78

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC nº 2, de 18/05/2010. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (100% do CDI), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

## 4. Detalhamento dos Investimentos

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PGA		10.087.583,09	100,00%
DISPONÍVEL/IMEDIATO	PRÓPRIA	91,00	0,00%
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		10.087.491,89	100,00%
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	PRÓPRIA	-	0,00%
1 - TÍTULOS PÚBLICOS		-	0,00%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		-	0,00%
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B		-	0,00%
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		10.087.491,89	100,00%
1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		10.087.491,89	100,00%
Bradesco Referenciado DI Premium	TERCEIRIZADA	5.916.006,25	58,65%
FI Votorantim Institucional RF CP	TERCEIRIZADA	4.171.485,64	41,35%

## 5. Demonstrativo por tipo de gestão: terceirizada ou própria

Data: 31/12/2017 (Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	TOTAL	% sobre o total
1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	91,20	0,01%	91,20	0,00%
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	10.087.491,89	100,00%	10.087.491,89	100,00%
Bradesco Asset Management	5.916.006,25	58,65%	5.916.006,25	58,65%
Votorantim Asset Management	4.171.485,64	41,35%	4.171.485,64	41,35%
<b>TOTAL GERAL</b> (% s/o total dos investimentos)	<b>10.087.583,09</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.087.583,09</b>	<b>100,00%</b>

## 6. Risco de mercado mensal (21 dias úteis) - intervalo de confiança de 95%

VaR - Valor em Risco	2016		2017		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	1.259	0,01	6.582	0,06	10,00 <sup>(1)</sup>

(1) Alterado o limite na Política de Investimentos para 2013, conforme o Critério de Avaliação de Risco I-001-2011 de 23/12/2011 revisão 2.

## 7. Risco de crédito<sup>(\*)</sup>

Segmento de Renda Fixa	2016	2017	% Limite	Resolução 3.792
Baixo Risco de Crédito Tesouro	77,28%	63,18%	100,00%	
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	22,72%	36,82%	80,00%	
Médio e Alto Risco de Crédito	0,00%	0,00%	20,00%	

(\*) Percentual em relação à carteira de investimentos.

## 8 - Informações sobre despesas

DESCRIÇÃO	2017 Total	2016 Total
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DA FIBRA</b>	<b>16.892.238,69</b>	<b>15.294.034,55</b>
Pessoal e Encargos - Pessoal Próprio e Estagiários	11.672.869,25	10.356.577,64
Pessoal e Encargos - Dirigentes	747.686,98	666.421,04
Despesas com treinamentos - inscrições e viagens	117.600,98	136.362,44
Consultoria atuarial e previdenciária	188.173,11	199.732,19
Auditoria Externa	116.008,16	151.540,23
Consultoria de Investimentos	364.281,13	345.910,02
Consultoria Informática	585.965,88	459.842,17
Despesas advocatícias	374.352,18	389.689,76
Comunicação Social	232.660,86	101.556,90
Ativo Permanente de Pequena Monta	7.272,87	3.650,61
Consultoria de RH	85.965,48	62.365,90
Manutenção de equipamentos e software	43.246,50	33.866,91
Consultoria do Sistema de Gestão da Qualidade e Riscos	38.891,48	108.911,15
Gestão/Planejamento estratégico	9.536,37	0,00
Microfilmagem/digitalização e armazenagem de documentos.	31.629,76	26.829,04
Impostos e taxas diversas	2.906,67	0,00
Mensageiros, avaliação de imóveis e outras	8.950,00	69.597,92
Material de expediente	40.716,91	50.577,50
Seguros	40.658,85	36.426,64
Alugueis	322.225,65	299.914,77
Água, Luz e Telefone	47.254,50	36.185,55
Associações de Classe	100.209,31	97.633,91
Despesas de viagens	324.086,76	298.429,20
Despesas postais e telegráficas	62.464,85	53.289,90
Conservação, limpeza, copa, manutenção e condução e transporte	54.526,12	56.374,59
Despesas legais e tributárias (PIS, COFINS, TAFIC)	1.054.861,68	1.035.895,75
Jornais, livros e revistas	19.156,62	15.700,70
Depreciações e Amortizações	198.579,78	200.752,12

## Custos de Gestão de Investimentos

DESCRIÇÃO	2017 Total	2016 Total
<b>1) - DESPESAS CONTABILIZADAS DIRETAMENTE NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>1.577.031,44</b>	<b>1.473.587,74</b>
Honorários Advocatícios - recuperação de investimentos	510.606,79	594.283,80
IPTU e Condomínio de imóveis não locados e taxa de venda de imóveis	538.461,50	392.751,10
Custódia/Controladoria	415.566,70	382.350,32
SELIC, CETIP e outras	112.396,45	104.202,52
<b>2) - DESPESAS DEBITADAS NOS FUNDOS EXCLUSIVOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Auditoria Externa	-	-
Custódia/Controladoria	-	-
Corretagens	-	-
SELIC, CETIP, CBLC e outras	-	-
Taxa de Performance Fee	-	-
Taxa de Administração dos fundos exclusivos	-	-
Taxa de Fiscalização da CVM	-	-
<b>TOTAL DOS CUSTOS DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>1.577.031,44</b>	<b>1.473.587,74</b>

Rua Comendador Araújo, 551 – 9º andar  
80420-000 | Curitiba | Paraná  
Telefones 41 3321 4001 – 0800 41 4404  
www.fundacaoitaipu.com.br  
fibra@fundacaoitaipu.com.br  
Escritório em Foz do Iguaçu:  
Centro Executivo de Itaipu  
Telefone 45 3520 5210

Este relatório foi impresso  
a um custo unitário de  
R\$ 8,21 provenientes de  
recursos específicos do custeio  
administrativo.  
Disponível também no *site*.

Constituição 26-02-1988  
Início das atividades 01-04-1988  
Reconhecida em 30-11-1988  
Portaria nº 4367-MPAS

#### DIRETORIA EXECUTIVA

**Silvio Renato Rangel Silveira**  
Diretor-Superintendente

**Denyse Gubert Rocha**  
Diretora de Administração e  
Processos

**Flórcio Medeiros da Costa**  
Diretor de Segurança

#### CONSELHO DELIBERATIVO

**João Emílio Corrêa da Silva de  
Mendonça**  
Presidente

**Adriano Bardou Martins**  
Presidente Substituto

**Rosimeri Fauth Ramada Martins**

**Laerti Alves Quadrado**  
Representante dos Ativos

**Eron Márcio Nyznyk**  
Representantes dos Ativos

**Saulo Assumpção**  
Representante dos Assistidos

#### CONSELHO FISCAL

**Andrea Silva Medeiros**  
Presidente

**Clerione Raquel Herther  
da Rocha**  
Presidente Substituta

**Claudia Regina Dal Moro  
Borges**  
Representante dos Ativos

**Dieb Tannouri**  
Representante dos Assistidos

#### COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Luiz Covello Rossi**  
Presidente

**Mariana Favoreto Thiele**  
Presidente Substituta  
**Alexandre Mugnaini**

**Alexandra Dias Mendonza**  
Representante dos Ativos

**Silvio José Silvestre**  
Representante dos Ativos

**Nilson Nagata**  
Representante dos Assistidos